



DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
MESTRADO EM ESTUDOS DA PAZ E DA GUERRA NAS NOVAS
RELAÇÕES INTERNACIONAIS
UNIVERSIDADE AUTÓNOMA DE LISBOA
“LUÍS DE CAMÕES”

O CONFLITO ENTRE REINO DA ARÁBIA SAUDITA E
REPÚBLICA ISLÂMICA DO IRÃO

Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Estudos da Paz e da Guerra nas
Novas Relações Internacionais

Autor: Gonçalo Cândido Pessoa

Orientador: Professor Doutor Luís José Rodrigues Leitão Tomé

Número do candidato: 20140380

Abril de 2020

Lisboa

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais e familiares próximos pelo seu apoio e motivação na minha busca pelo conhecimento.

Ao meu professor doutor Luís Tomé, o meu agradecimento profundo pelos seus conselhos, paciência e atenção investidos neste percurso académico.

O meu “obrigado” à Universidade Autónoma de Lisboa, Instituição que sempre me apoiou, e sem qual não teria percorrido o caminho até à presente dissertação.

RESUMO

A tensão crescente entre o Reino da Arábia Saudita e a República do Irão justifica o enquadramento do presente trabalho. É um conflito antigo que está na base da recente tensão e das guerras no Médio Oriente. A instabilidade na região, com destaque desde o tratado de Sikes-Picot, tem vindo numa gradação crescente, de tal forma que todos os países da zona assistem diariamente a mudanças e violência.

Acentuam-se as divergências profundas de cariz religioso entre os países que são as potências regionais da zona, com o acompanhamento de atores externos no contexto do aproveitamento dos recursos naturais que os Estados rivalizam entre si no comércio global, de forma a adquirirem mais influência e poder económico. Compreender e analisar o conflito entre as duas potências regionais, bem como as razões por detrás do mesmo, permitir-nos-á um enquadramento dos interesses e objetivos geopolíticos, dos potenciais estratégicos e das estratégias de cada país.

Com o conhecimento da complexidade de variáveis do conflito entre os dois Estados, a comunidade internacional terá uma opinião pública mais informada e poderá ajudar a encontrar soluções avançadas que terminem o dissenso e contribuam para a Paz no planeta que a civilização habita.

Palavras-chave: Geopolítica; Potenciais Estratégicos; Médio Oriente; Religião.

ABSTRACT

The growing tension between the kingdom of Saudi Arabia and the Islamic Republic of Iran justifies the framing of the present work. It is an ancient conflict that underlies the recent tension and wars in the Middle East. The instability in the region, particularly since the Sikes-Picot treaty, has been steadily increasing so that all countries in the area are witnessing daily change and violence.

The deep divergences of a religious nature are accentuated between the countries that are the regional powers of the zone, with the accompaniment of external actors in the context of harnessing the natural resources that the states rival in global trade to gain more influence and economic power. Understanding and analyzing the conflict between the two regional powers, as well as the reasons behind it, will allow us to frame the geopolitical interests and objectives, the strategic potentials, and the strategies of each country.

Knowing the complexity of variables in the conflict between the two states, the international community will have a “better-informed” public opinion and can help found for advanced solutions that end dissent and contribute to peace on the planet that civilization inhabits.

Keywords: Geopolitics; Strategic Potentials; Middle East; Religion.

ÍNDICE GERAL

RESUMO.....	3
ABSTRACT.....	4
LISTA DE FIGURAS.....	6
ACRÓNIMOS	7
INTRODUÇÃO	8
1. QUADRO TEÓRICO-CONCEPTUAL, CONTEXTUALIZAÇÃO GEO- HISTÓRICA E ESTADO DA ARTE.....	12
1.1. CONCEITOS FUNDAMENTAIS.....	12
1.2. QUADRO TEÓRICO: PERSPETIVA GEOPOLÍTICA E REALISMO	26
1.3. CONTEXTO GEO-HISTÓRICO	29
1.4. ESTADO DA ARTE.....	36
2. POTENCIAL ESTRATÉGICO E ESTRATÉGIAS DA ARÁBIA SAUDITA E DO IRÃO.....	39
2.1 FATORES DO POTENCIAL ESTRATÉGICO	41
2.2 ESTRATÉGIA DO IRÃO	71
2.3 ESTRATÉGIA DA ARÁBIA SAUDITA	74
3. MANIFESTAÇÕES DO CONFLITO ARÁBIA SAUDITA-IRÃO.....	76
3.1. O CONFLITO NOS DISCURSOS.....	77
3.2. CORRIDA AOS ARMAMENTOS	80
3.3. INSTRUMENTALIZAÇÃO DA RELIGIÃO E DAS CORRENTES SUNITA E XIITA	82
3.4. CONFLITOS POR PROCURAÇÃO (PROXY WARS)	85
3.5. OUTRAS DISPUTAS DE INFLUÊNCIA NO MÉDIO ORIENTE	89
3.6. OUTRAS CONEXÕES GEOPOLÍTICAS.....	92
CONCLUSÕES	105
BIBLIOGRAFIA	107

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa do Médio Oriente.....	21
Figura 2 - O acordo de Sykes-Picot	22
Figura 3 - Densidade Populacional do Reino da Arábia.	43
Figura 4 - Densidade populacional na República do Irão.	44
Figura 5 - Produção de petróleo por região.....	46
Figura 6 - Reservas de petróleo (2018) por região.....	47
Figura 7 - Produção de gás natural por região	48
Figura 8 - Reservas de gás natural (2018) por região.....	48
Figura 9 - Os países com as maiores reservas de petróleo do mundo, 2019.	49
Figura 10 – Os principais 15 países detentores de reservas de gás natural, 1960-2019.	49
Figura 11 - Gestão de áreas marinhas, 2018.	51
Figura 12 - Regiões marinhas da Arábia Saudita.....	52
Figura 13 - Regiões marinhas do Irão.....	52
Figura 14 - Produção de petróleo da Arábia Saudita.....	54
Figura 15 - Exportações da Arábia Saudita.....	55
Figura 16 - Importações da Arábia Saudita.....	56
Figura 17 - Produção de petróleo do Irão.....	58
Figura 18 - Exportações do Irão.....	59
Figura 19 - Importações de armamento militar da Arábia Saudita.....	66
Figura 20 - Importações de armamento militar do Irão.....	67
Figura 21 - Despesa militar do Irão, Arábia Saudita, Catar e EAU	68
Figura 22 - Despesa militar por país, a preços constantes (2017) em dólares americanos, 1988-2018.....	80
Figura 23 - Despesa militar no Médio Oriente em 2018.	81
Figura 24 - Ataques e mortes pelo terrorismo, por região, 2002-2018.	83
Figura 25 - Distribuição geográfica dos principais grupos do mundo islâmico.	83

ACRÓNIMOS

CIA – *Central Intelligence Agency*
EAU – Emirados Árabes Unidos
EI – Estado Islâmico
EIU – *Economist Intelligence Unit*
ENL – Exército Nacional Líbio
EUA – Estados Unidos da América
FMI – Fundo Monetário Internacional
GCC – Conselho de Cooperação do Golfo
OCI – Organização de Cooperação Islâmica
OMC – Organização Mundial do Comércio
ONU – Organização das Nações Unidas
OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OTAN – Organização do Tratado Atlântico Norte
PIB – Produto Interno Bruto
RPC – República Popular da China
SAR – *Saudi Arabia Rial*
SIPRI – *Stockholm International Peace Research Institute*
TIJ – Tribunal Internacional de Justiça
TNP – Tratado de Não Proliferação Nuclear
U.E. – União Europeia
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USD – *United States Dollar*
ZEE – Zonas Económicas Exclusivas

INTRODUÇÃO

A escalada do confronto entre o Reino da Arábia Saudita e a República Islâmica do Irão, duas grandes potências regionais que travam uma luta constante pelo poder e influência na região e no mundo muçulmano, tem vindo a assumir grandes proporções no contexto da comunidade internacional.

Este tema é pertinente e relevante no quadro das Relações Internacionais, porquanto o conflito entre os dois Estados tem sido destaque em todo o mundo. Envolve diretamente um número considerável de população com diferenças a nível religioso (sectarismo). Esta é uma das regiões do planeta que mais exporta hidrocarbonetos, e onde estão localizadas grandes reservas de petróleo e gás natural. Por estar no centro da atenção da comunidade internacional, o conflito e a região atraem cada vez mais atores. A delimitação do tema e do conflito entre as duas potências regionais, na região do Médio Oriente, é tratada em capítulo mais à frente.

O objetivo do presente trabalho é compreender e analisar o conflito entre o Reino da Arábia Saudita e a República Islâmica do Irão, perceber as razões por detrás do conflito e que implicações advêm do mesmo. Para isso, faremos um levantamento dos respetivos interesses e objetivos geopolíticos, dos potenciais estratégicos e das estratégias de cada um, assim como os jogos de poder mútuos e manifestações e ramificações desse conflito.

Por outro lado, procuraremos entender as consequências que o conflito acarreta para a região do Médio Oriente e para o panorama internacional, sejam elas a nível social, económico ou geopolítico, não só para os Estados, mas também para Estados externos à região, sempre numa perspetiva de comparar as duas potências regionais, demonstrando o ponto de situação do conflito, que já é visto por alguns pensadores como uma nova Guerra Fria.

Guerra Fria essa que ficou conhecida pelo jogo de poder entre as duas grandes superpotências da altura, Estados Unidos da América (EUA) e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Tal como acontece neste conflito entre duas potências regionais, que estão num constante jogo de poder e influência sobre outros Estados e organizações, numa busca constante por poder e reconhecimento.

Metodologia

Como metodologia de pesquisa para o desenvolvimento do presente trabalho foi utilizado o método de abordagem hipotético-dedutivo¹, que pretende combinar os conhecimentos previamente adquiridos com base no método indutivo com a racionalização do método dedutivo. Quanto ao procedimento, foi privilegiado o método histórico, de forma a analisar a relevância do conflito entre as duas potências regionais do Médio Oriente para o estudo das Relações Internacionais, em particular para os estudos da paz e da guerra nas novas relações internacionais.

Na técnica de recolha e tratamento da informação, utilizaremos a pesquisa bibliográfica através de fontes indiretas, livros e artigos de revistas científicas, nacionais e estrangeiras, e documentos eletrónicos e, sempre que possível e preferencialmente, fontes diretas, incluindo discursos e documentos oficiais de várias organizações internacionais e dos próprios Estados em análise. Utilizaremos todo o material bibliográfico e todos os ensinamentos e trabalhos desenvolvidos pelo mestrando na parte letiva do curso, os quais estarão refletidos neste trabalho.

Tendo em atenção que, no âmbito das Relações Internacionais, existem inúmeras correntes e escolas de pensamento, deixamos claro que ao longo da dissertação iremos adotar uma teoria ou abordagem realista.

O realismo é considerado, por muitos pensadores, como a teoria mais importante do quadro das Relações Internacionais, uma vez que grande parte dos estudos sobre relações entre Estados é sustentada pela teoria realista, que considera o Estado o principal ator do sistema internacional e que a estabilidade depende das ações dos próprios Estados, que procuram sempre salvaguardar e proteger os seus interesses e as suas estratégias.

O sistema internacional é visto pelo realismo como um espaço anárquico e de competição, no qual os atores soberanos procuram, através da política externa, assegurar uma melhor posição em relação aos outros Estados (Mearsheimer, 2001). Esta vantagem – que é constantemente procurada pelos Estados – é atingida com o objetivo de assegurar a sobrevivência e, para isso, os Estados recorrem muitas vezes a alianças e pactos com outros Estados que tenham interesses e objetivos que se complementem, a fim de alcançar um equilíbrio de poder no sistema internacional.

Para o realismo, as relações entre os Estados devem ser analisadas sob a premissa de como as coisas são, e não como deveriam ser.

¹ Desenvolvido por Karl Popper, filósofo e professor austro-britânico.

Acompanhada desta teoria clássica e convencional das Relações Internacionais, irá também ser adotada uma perspectiva geopolítica, que entendemos ser a mais correta, dada a natureza do trabalho. Uma vez que é constantemente utilizada ao longo de toda a estrutura do trabalho, assentando na relação entre geografia e política – ou espaço mais poder –, que é, no fundo, do que se trata neste conflito entre os dois Estados.

Estrutura

O trabalho está estruturado em três capítulos, entre esta introdução e as conclusões. No primeiro capítulo, fazemos o enquadramento e contextualização do tema, enunciando conceitos importantes para o entendimento do trabalho. De seguida, passamos ao contexto histórico dos dois atores, dividido por três grandes eras: a primeira, um contexto histórico do conflito enquanto árabes e persas – e aqui referimos o tempo em que não existiam Estados soberanos; a segunda, enquanto xiitas e sunitas, mais ligada à divisão religiosa e sectária a que estamos habituados a ouvir sempre que se fala de Médio Oriente; por último, um contexto histórico do conflito enquanto Estados. E aqui, sim, aludimos já à formação de uma rivalidade que veio para ficar até aos dias de hoje.

O segundo capítulo do trabalho caracteriza as duas potências regionais em análise, e, necessariamente, olha com uma lente mais focada sobre a parte interna de cada potência regional. Faremos uma breve contextualização acerca da evolução da estratégia ou do pensamento estratégico, para depois passarmos para o *core* deste segundo grande capítulo, que são os potenciais estratégicos dos dois Estados. Isto é, uma série de fatores que representam o potencial estratégico de um Estado, como fatores físicos, humanos, económicos, militares ou políticos, que acabam por ser definidores daquilo que o Estado representa e qual o seu potencial estratégico. Veremos ainda como os dois Estados se posicionam estrategicamente na cena internacional, procurando salvaguardar os seus interesses.

No terceiro capítulo, intitulado *Geopolítica, interesses, objetivos e estratégias*, analisaremos as múltiplas ramificações e manifestações do conflito Arábia Saudita – Irão e de como este se interliga com outras disputas geopolíticas, enfatizando a ingerência e ação de atores internos, mas também externos. Serão abordadas as guerras por procuração, ou *proxy wars*, que envolvem indiretamente os dois Estados objetos do estudo de caso do trabalho, sobretudo na região, nomeadamente em Estados mais fracos e debilitados, onde há um constante vazio de poder que pode ser preenchido e moldado por atores externos, conferindo, assim, mais influência e poder na região. Em segundo

lugar, iremos mencionar as áreas de disputa de influência, em particular Estados como Egito, Bahrein e Líbia, que são alvos de constante luta e disputa entre o reino saudita e o Irão, por serem Estados que não se declaram tão facilmente apoiantes de um ou de outro, que são importantes a nível cultural e religioso, assim como a nível territorial e logístico, e que, por isso, são relevantes a nível geoestratégico.

Finalmente, nas conclusões faremos uma síntese do demonstrado ao longo de todo o trabalho, assim como os argumentos que foram apresentados.

1. QUADRO TEÓRICO-CONCEPTUAL, CONTEXTUALIZAÇÃO GEO-HISTÓRICA E ESTADO DA ARTE

Neste capítulo, será dado um breve enquadramento sobre alguns conceitos fundamentais, para melhor entendimento do presente trabalho. Como os conceitos de conflito, potência, grande potência, média potência, pequena potência e potência regional, necessários para compreender em que conceito se enquadram os dois Estados objetos do estudo.

Um enquadramento histórico que demonstra que a rivalidade entre sunitas e xiitas, árabes e persas, Arábia Saudita e Irão é antiga e tem propensão para continuar ao longo dos tempos.

Tem ainda um subcapítulo denominado *Estado da arte*, que, no fundo, reflete o que se tem desenvolvido sobre o tema, com diferentes opiniões e pontos de vista de diversos autores, pensadores e cientistas.

1.1. CONCEITOS FUNDAMENTAIS

Antes de mais, é necessário entender alguns conceitos importantes e inerentes ao trabalho que se segue. Conceitos como conflito, potência, grande potência, média potência, pequena potência ou potência regional são importantes para podermos caracterizar os dois Estados objeto de estudo. Para além destes, o conceito de estratégia, tal como geopolítica e geoestratégia, que lhe estão associados, são fundamentais para a elaboração do trabalho.

Conflito

Um primeiro conceito relevante para este estudo é o de conflito. A palavra remete para a origem latina – *conflictus* – e significa: alteração, pendência, choque, embate, luta, oposição ou disputa (Priberam, 2019).

O conceito de conflito acompanha a raça humana desde os seus primórdios; o conflito está presente ao longo da História da Humanidade e podemos encontrar várias definições do mesmo. De maneira geral, o conflito é um fenómeno social, sendo, por isso, bastante complexo.

Enquanto, para alguns autores (Kacala, 1997), o conceito de conflito é mais abrangente, sendo visto como disputa, discrepância, desacordo, encontro armado ou guerra (*apud* Kazanský, 2015), para outros, o conflito é uma situação em que a violência é usada, em que existe uma luta entre dois países ou uma situação em que pensamentos, sentimentos, opiniões e ideais estão em contradição (Oxford Advanced Learner's Dictionary, 2005, *apud* Kazanský, 2015).

Já para outros autores, a definição de conflito é vista como uma situação na qual um determinado grupo (tribo, grupo étnico, grupo ideológico ou Estado) ou um indivíduo está em disputa com um ou mais grupos ou indivíduos. E, por isso, o conflito é uma luta por valores relativos à manutenção ou aumento do bem-estar, *status* ou poder. E os seus respetivos opositores tentam neutralizar, ferir ou remover os rivais (Krejci, 2007, *apud* Kazanský, 2015).

Para Waisová (2005), o conflito é uma realidade social, na qual pelo menos duas partes (indivíduos, grupos, Estados), com perspectivas diferentes de certos factos ou interesses divergentes e contraditórios, se opõem, representando, portanto, uma situação em que, ao mesmo tempo, pelo menos duas partes se esforçam por obter os mesmos bens, que são insuficientes para satisfazer a necessidade dos dois lados (*apud* Kazanský, 2015).

Para outros autores, e ligado a uma vertente mais sociológica, o conflito traduz-se “na luta entre grupos sociais pela supremacia, envolvendo tensões, discórdia e choque de interesses” (Giddens & Sutton, 2014).

Segundo Qin Yaqing, podemos entender conflito de duas formas diferentes: a primeira é olharmos para o conflito como algo normal e corrente, em que existe uma suposição central que é a diferença. Ao haver diferença entre dois atores, sejam eles indivíduos, grupos ou Estados, existe tendência para haver conflito. Tal como havia uma diferença entre os EUA e a URSS, diferença essa ideológica, que originou a Guerra Fria. Mais tarde, com Samuel Huntington e o choque de civilizações, a diferença assentou nas civilizações, acabando por levar inevitavelmente ao conflito.

A outra abordagem diz respeito ao conflito como algo anormal, pois, apesar de constataremos a existência de conflitos constantes, isso não tem de representar algo normal. O conflito tem de ser entendido como algo artificial, sendo inventado pelo homem. Para esta vertente de pensamento, o conflito tem de ser algo resolvível, comparando mesmo a teoria do *yin* e *yang*, do bem e do mal, do que está certo e errado, mas realçando que estes dois se complementam. Esta teoria vê a diferença como algo

necessário para a harmonia, apoiando sempre a pluralidade e heterogeneidade (Yaqing, 2018).

Antônio Moreira encara o “*conflito como um estado de excitação coletiva entre sociedades politicamente organizadas e com implantação territorial, desavindas por interesses divergentes, e em que a possibilidade de erupção de fenómenos violentos é não desprecienda*” (Feiteira, et al., 2016).

Uma situação de conflito ocorre sempre que os interesses ou necessidades de um indivíduo ou grupo são incompatíveis com outros indivíduos ou grupos, não podendo ganhar a não ser que o outro saia danificado ou a perder.

O caso mais comum é o da competição entre indivíduos ou grupos pela posse ou poder de um bem escasso. Durante um conflito internacional entre dois Estados, as suas fronteiras começam a ficar turvas, sobretudo a nível internacional, enquanto a nível interno o uso da força é controlado pelas instituições do Estado; já a nível internacional, é mais difícil encontrar-se uma solução pacífica, pois não existe um poder coercivo que seja maior do que os próprios Estados, estando, portanto, todos ao mesmo nível.

Para o presente trabalho, a definição operacional de conflito pela qual nos seguiremos é a seguinte: “*O conflito é como uma luta ou disputa entre pessoas, grupos, Estados com necessidades, ideias, crenças, valores, interesses e objetivos opostos, criando, assim, uma incompatibilidade de posições*”, uma vez que esta definição se aproxima da teoria realista, a teoria que acompanha o presente trabalho.

Conflito entre Estados e conflito internacional

Depois de definirmos o conceito de conflito, é importante também adicionar algumas noções do conceito de conflito entre Estados, ou conflito interestatal, que, tal como o nome indica, representa um conflito entre dois ou mais Estados, pois, no fundo, é disso que este trabalho trata, do conflito entre a Arábia Saudita e o Irão.

Embora não estejam disponíveis muitas definições de conflito entre Estados, optamos por retirar a noção de conflito e juntar a noção de interestatal, retirando, assim, um conceito que seja operacional e que se adeque à natureza do trabalho.

Portanto, entende-se conflito interestatal como uma luta, divergência ou disputa entre dois ou mais Estados-nação, que têm objetivos, interesses, estratégias ou políticas diferentes, os quais se cruzam num determinado momento, criando incompatibilidades e gerando tensão e conflito.

Quanto à definição de conflito internacional, apenas conseguimos retirar uma noção antiga, mas que, ainda assim, se adequa aos tempos de hoje. E é uma noção de conflito internacional usada no Tribunal Internacional de Justiça (TIJ).

Na sentença (página 12 do documento oficial traduzido em inglês e francês) do caso “*Macrommatis*”, datado de 1924, o TIJ definiu conflito internacional como: “(...) *um desacordo sobre uma questão de direito ou de facto, uma contradição, uma oposição de teses jurídicas ou de interesses entre dois Estados.*”

Os Estados, da mesma forma que os homens, estão sujeitos a paixões, a choque de interesses, a divergências mais ou menos sérias, em que os conflitos são inevitáveis (Accioly, 2008, *Manual de Direito Internacional Público*, p. 242).

Potência

Outro conceito pertinente ao presente trabalho é o de potência. Este conceito é aplicado a algumas unidades políticas consideradas mais relevantes, dependendo do seu reconhecimento internacional.

O conceito de potência foi utilizado pela primeira vez no Congresso de Viena, em 1815². Anteriormente, o conceito de potência estava ligado “*a poderes cujas características económicas, militares, estratégicas, diplomáticas e políticas tornavam as suas ideologias, ações e políticas de interesse vital para todos os outros Estados e membros da sociedade internacional. Vistos como os que sustentam ou desafiam a ordem internacional, decidindo da sua estrutura, quer individualmente quer em grupo*”, (Figueiredo, 2012).

O conceito de potência está sempre a par do conceito de poder, e talvez esteja mais interligado com um dos três elementos constitutivos do poder, isto é: população, governo e território. Neste caso, o território transmite e passa a ideia de poder desde sempre, pois a procura por território tem sido uma constante, não só na história das relações internacionais, mas também do ser humano.

Frequentemente, os debates em torno do conceito de potência referem uma certa escala de potências (grande, média e pequena, assim como regional) que importa analisar também aqui, uma vez que tendemos a caracterizar o Irão e a Arábia Saudita como potências regionais.

² Pelo historiador prussiano Von Ranke.

Keohane, em 1969, abordou a escala de potências. Em primeiro lugar, surgiam as superpotências (potências que determinam o sistema internacional), em que a política externa desempenha um papel crítico na formação e natureza do sistema internacional. Seguem-se as grandes potências e as potências regionais (Estados que influenciam o sistema internacional). Em terceiro lugar, as potências intermédias (potências que afetam o sistema) que, quando tomam medidas individuais, exercem pressão no sistema através do comportamento coletivo das organizações regionais e internacionais (Bova, 2019).

Grande potência ou superpotência

O conceito de grande potência estava diretamente relacionado com uma vitória em guerras de elevada dimensão, como aconteceu com os impérios europeus, de que são exemplos os impérios romano, bizantino ou otomano, numa primeira fase. Numa segunda fase, podemos referir os EUA, com a vitória na Guerra Fria frente à URSS.

Algumas destas foram – e continuam a ser – consideradas grandes potências, uma vez que, depois dessas vitórias, o destino das relações internacionais passou e passa pelas suas tomadas de decisão.

No seguimento das guerras napoleónicas (1815), os quatro grandes poderes ou potências (Grã-Bretanha, Rússia, Prússia e Áustria) reuniram-se no Congresso de Viena (1815) e acordaram que negociariam com a França (considerada o quinto grande poder) a fim de estabelecer a paz na Europa. Todos os poderes ou potências estavam reunidos em Viena, pois os pequenos poderes não participaram nas negociações (Dickinson, 1920), traduzindo-se na afirmação dos grandes sobre os pequenos poderes.

As grandes potências reorganizaram o mapa europeu, restauraram dinastias, partiram a Polónia, uniram a Bélgica com a Holanda, neutralizaram a Suíça, criaram a Confederação Germânica e emitiram leis internacionais sobre navegação de rios e o nível de representantes diplomáticos e suprimiram o comércio de escravos (Dickinson, 1920: 295).

Média potência

O conceito de média potência está também relacionado com o poder de influência nas relações internacionais, de equilibrar ou desequilibrar as relações de poder já existentes, embora de uma forma mais leviana do que uma grande ou pequena potência. A média potência pode ser caracterizada por uma dimensão geográfica média (Jordaan, 2003), tendo igualmente como característica a forma como a sua política externa é capaz de estabilizar e legitimar a ordem global, recorrendo, assim, a iniciativas multilaterais e de cariz cooperativo.

Para além disso, as médias potências são consideradas, de forma geral, importantes no plano estratégico. Durante a Guerra Fria, os poderes intermédios foram considerados fundamentais para a estabilidade das políticas internacionais. Estabeleceram pontes entre as duas grandes potências mundiais e mediarão os poderes em causa. Estas são as características que definem a importância destes poderes (REF).

Segundo o autor Eduard Jordaan, estes Estados têm elementos importantes, como recursos, um vasto território, uma população considerável e economias consideradas dinâmicas e de algum impacto a nível internacional. As potências médias utilizam a sua política externa para se catapultarem no plano internacional. *“Por outro lado, as médias potências procuram manter o status quo existente na ordem internacional (MQL,I,II). Este elemento deve ser analisado de um ponto de vista, a nosso ver, muito realista. A manutenção do estatuto que lhe é reconhecido representa, para uma média potência, pelo alcance e dimensão natural média do seu poder, o garante da sua sobrevivência. Por natureza envolvem-se na procura constante de legitimidade e estabilidade da ordem internacional atual, pois beneficiam da lógica neoliberal (recentemente em crise) que vigora”* (Figueiredo, 2012).

Wight (1978: 65) considerava que o poder intermédio é aquele que possui poder militar, estratégia e recursos que, em tempos de paz, ajuda as grandes potências e que, em tempos de guerra, pode infligir danos consideráveis ao grande poder.

Cooper, Higot e Nossal também referem que os poderes intermédios podem ser reconhecidos pela sua política externa. Os autores identificam as características através da política externa, no sentido da busca de soluções multilaterais para os problemas da ordem internacional. Não obstante, os poderes intermédios apontam sempre para a estabilidade global e para uma perspetiva conservadora, perpetuando o *statu quo*.

Segundo Carl Von Clausewitz, um poder intermédio protege os vizinhos de grandes potências em caso de conflito de grandes poderes. É interessante constatar que as organizações internacionais operam como forças multiplicadoras para que os poderes intermédios atinjam os objetivos nos interesses da sua política externa.

Pequena potência

As pequenas potências nunca foram, historicamente, atores principais na condução das relações internacionais e da ordem mundial em vigor. Com o processo de descolonização ocorrido a partir dos anos 60 e 70 do século XX, surgiram mais países de menor dimensão, aumentando o estudo sobre este tipo de países por parte dos especialistas em relações internacionais.

São vistos como Estados que não reúnem capacidade suficiente para decidir os seus próprios destinos. Neste caso, e ao contrário das médias potências, as pequenas potências são adjectivadas pela dimensão do seu poder, não pela dimensão geográfica. No geral, as pequenas potências estão naturalmente associadas ao conceito de microestados, isto é, Estados que não conseguem assegurar a sua própria segurança e que, por isso, delegam essa tarefa a outras potências maiores. Estas potências não têm um impacto significativo no sistema internacional, ao ponto de conseguirem obter o reconhecimento internacional.

São tidos como Estados com pouca capacidade a nível de recursos, a nível militar e a nível económico, procurando constantemente participar em organizações multilaterais e alianças, na tentativa de, assim, conseguirem fazer ouvir a sua voz. Muitas vezes, as pequenas potências veem-se obrigadas a tomar decisões influenciadas por outros poderes estatais mais fortes, sendo, por isso, vistas como mais passivas do que ativas no plano internacional.

Existem exceções à regra na “ciência dos homens no tempo”³ da era moderna, em que pequenos Estados atingem a hierarquia dos grandes poderes. Para se obter uma correcta visão do poder de um Estado é necessário não descurar os métodos e a análise quantitativa e qualitativa na definição dos mesmos. Valente de Oliveira (1990) indicou, num estudo, que o professor Adriano Moreira designou Estado de pequeno poder: “(...)

³ Uma noção possível de História.

pequenos poderes são aqueles que na busca dos seus interesses associam-se a um poder liderante mesmo que o teatro operacional seja dominado por uma estratégia indireta, podendo escolher um comportamento neutral. A qualificação de um Estado é determinada por sua previsão de aumento do poder.”

O Estado pequeno, para atingir os seus objetivos, confia e acompanha as grandes potências.

Um pequeno poder tem influência limitada noutros Estados e, por vezes, envolve-se entusiasticamente em organizações internacionais, apoiando leis internacionais. Todavia, não são chamados para conflitos ou assuntos internacionais quando se requer um nível mais elevado de diplomacia.

Os pequenos poderes ou Estados têm dificuldade em proteger a sua economia, a sua política e proteção social, necessitando de alianças internacionais. Assim, sentem fortemente a pressão das grandes potências e tendem a seguir os conceitos e fluxos impostos por estas, obtendo compromissos de solução de conflitos, ao invés de atos de ação militar e de força.

O índice populacional também importa, e alguns especialistas entendem que potências menores são aquelas com menos de 15 milhões de habitantes. Outros entendem que essas potências terão um número até 30 milhões de habitantes (Bova, 2019).

Potência regional

Assim, se tivermos por referência a referida escala de potência grande, média ou pequena, podemos caracterizar o Irão e a Arábia Saudita como médias potências a nível global, mas grandes potências a nível regional. Demonstraremos e analisaremos esta ideia nos capítulos seguintes, mas impõe-se, desde já, explicitar conceptualmente a noção de potência regional.

O conceito de potência regional é um conceito à parte, uma vez que uma potência regional pode também ser considerada uma média ou grande potência. Este tipo de conceito é baseado em fatores como a elevada influência a nível regional, ou seja, entre Estados da mesma região, neste caso, a região do Médio Oriente. Para alguns autores, estas potências não têm peso na tomada de decisão internacional de forma global, nem

são consideradas fatores-chave, contudo, têm um papel importante nas decisões na região em que estão inseridos.

Segundo Neumann⁴, uma potência regional faz parte de uma região e nessa parte delimitada é capaz de se impor a qualquer grupo, aliança ou coligação de Estados. Tem uma grande influência nos demais assuntos da região. Estes Estados são, por norma, os mais ativos na política externa, atuando de uma forma mais autoritária na sua região, tendo, em muitos casos, o papel estabilizador e provedor de segurança para os restantes Estados. A vontade de ser considerado líder da sua região é uma constante, sendo capaz de influenciar e formar alianças com os restantes Estados com menos recursos e capacidade de influência externa. Para além disso, são capazes de liderar a construção da identidade regional, através de influências normativas e culturais, entre outras.

Os poderes regionais são considerados candidatos a poderes intermédios no sistema internacional, enquanto os poderes intermédios são considerados em contraposição às grandes potências.

Os poderes regionais são considerados importantes quanto à região em causa, mas sem significado ou influência no contexto global. Estes poderes possuem uma vasta população e um PIB expressivo no contexto da região, ostentando, por vezes, grande força militar convencional, a par de armas nucleares (Bova, 2019).

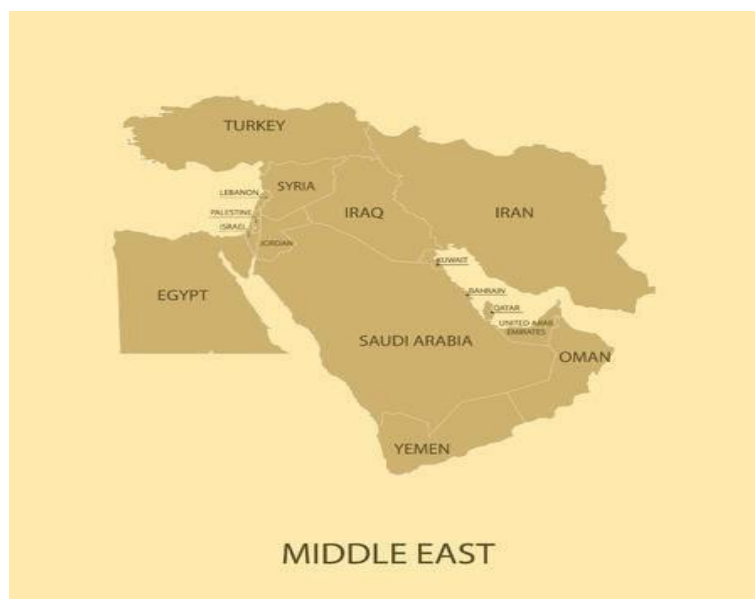
Stephan Schirm define poderes regionais combinando-os com recursos relacionados com a perceção do poder regional pelos Estados circundantes. O critério de classificação proposto pelo analista atende à real influência política na região, ao reconhecimento do estatuto de liderança do poder pelos outros Estados ou atores na região e fora dela e à existência de recursos organizacionais e materiais na projeção de poder internacional, articulado com liderança e domínio e criação de regras.

A região Médio Oriente

Pelo facto de estarmos perante duas potências regionais na região do Médio Oriente, onde também são mais evidentes as manifestações do conflito entre ambos, justifica-se a delimitação da dimensão geográfica em que estas se conflituam, isto é, o Médio Oriente, conforme se pode ver nesta imagem.

⁴ Autor norueguês, cientista político e antropólogo social, é o atual Montague Burton Professor de Relações Internacionais na London School of Economics desde 2012.

Figura 1 – Mapa do Médio Oriente.



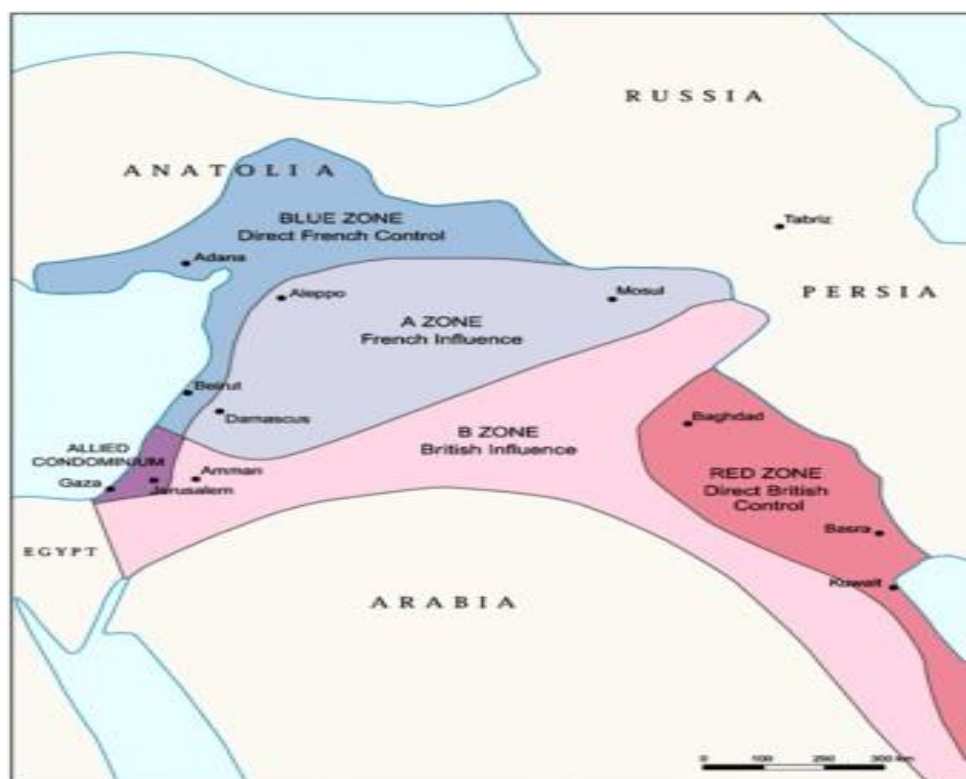
Fonte: TRAJKOVSKI, Ilcho. 123RF.

A criação do Médio Oriente está na base de um tratado importante, assinado entre duas potências europeias – Reino Unido e França, numa altura de domínio colonial. O nome do tratado ficou conhecido pelos nomes dos dois responsáveis das duas potências, o militar Mark Sykes e o diplomata francês François Georges-Picot, resultando no tratado de Sykes-Picot. Datado de 16 de maio de 1916, teve como fim estabelecer a influência na região do Médio Oriente depois de uma derrota do império otomano, que dominava a região. Para conseguir a vitória, foi prometido ao povo árabe que, se ajudasse na luta contra os otomanos, seria criado um Estado árabe, algo que não aconteceu.

O tratado de Sykes-Picot levou, mais tarde, à criação de Estados como o Iraque, onde se confinaram diferentes fações religiosas, como sunitas, xiitas e curdos, que não eram nem são compatíveis, isto é, a divisão com “régua e esquadro” acabou, obviamente, por correr mal, criando mais instabilidade, conflito e violência na região.

Uma divisão do género “mapa cor-de-rosa”, que veio satisfazer os interesses estratégicos das duas potências europeias: numa primeira fase, o controlo do canal do Suez, um importante meio de trocas e rotas comerciais para todo o mundo; numa segunda fase, a descoberta de petróleo na região, na primeira década do século XX, fez com que este tratado tenha sido muito benéfico para os europeus.

Figura 2 - O acordo de Sykes-Picot.



Fonte: VERHEGGE, Ellen. 2017. Redelijk Eigenzinnig.

Este tratado em nada beneficiou a população do Médio Oriente, que ficou dividida e reinada por pessoas exteriores ao seu próprio território.

Potencial estratégico

Relativamente ao conceito de potencial estratégico, as definições e opções encontradas não são muitas, mas parece-nos importante seguir o conceito introduzido pelo escritor analítico Pedro A. Rodrigues Pires, num trabalho publicado no Instituto de Defesa Nacional (IDN) sobre o potencial estratégico da base tecnológica de indústrias de defesa para Portugal, publicado em dezembro de 2017. Apesar de o conceito ter sido introduzido num âmbito diferente daquele que estamos a tratar, consideramos que é adequado e enquadra-se com o que vai ser apresentado mais no Capítulo 2.

“O Potencial Estratégico é o conjunto de factores que possibilitam que um Estado tenha poder para influenciar outros numa determinada situação em apoio da sua Estratégia. O Potencial Estratégico engloba factores tangíveis e intangíveis tal como disponíveis e latentes, sendo que os factores latentes poderão estar acessíveis depois do seu desenvolvimento. Desta forma, o Potencial Estratégico revela-se como a capacidade

de um Estado ter uma determinada força e o Poder passa a ser a capacidade de aplicar essa força para atingir um objectivo,” (Pires, 2017).

Estratégia

Ao longo da História, podemos constatar que a estratégia está sempre alinhada com a política, sendo esta última considerada uma doutrina de fins ou de objetivos, enquanto a primeira é uma doutrina de meios, isto é, uma doutrina que se preocupa em como fazer o pretendido, de que forma, em que sítio, com o quê e quando o fazer.

Se passarmos pela evolução da própria ideia de estratégia, esta tem vindo a alterar e a modificar-se, como a generalidade das coisas e conceitos, acompanhando, assim, o rumo que o mundo toma. A estratégia, numa primeira fase, remontando à Grécia Antiga, era considerada uma arte do general para planejar, organizar, dirigir a sua campanha e comandar o seu exército, ou seja, era muito linear e apenas ligada à componente militar.

Numa outra fase, já no século XVIII, Joly de Maiseroy⁵ percebeu que para poder vencer era necessário refletir, combinar ideias e tentar prever futuros acontecimentos, o que corresponde, então, a um nível superior da arte da guerra, considerado sublime e dependente do raciocínio.

Passando para um caso mais conhecido, o de Napoleão Bonaparte, nos séculos XVIII e XIX, com a sua grande tática ou altas partes da guerra.

No mesmo período, temos Carl Von Clausewitz⁶, que introduziu um novo conceito para a estratégia, apresentando-a como arte de utilizar as batalhas para atingir os fins da guerra e, assim, também a arte de ligar combates. Procurou entender a guerra através da identificação dos seus elementos definidores, tentando igualmente explicar a derrota e a vitória. Deixou um grande legado no âmbito das relações internacionais, com a sua famosa e célebre frase: “A guerra é a continuação da política por outros meios”. Isto é, a intenção política é sempre a finalidade, enquanto a guerra é um meio. Acrescentou ainda que a guerra tem a sua própria gramática, isto é, as suas próprias regras, mas não tem lógica, pois essa pertence à política.

⁵ Paul-Gédéon Joly de Maizeroy, nascido em 10 de janeiro de 1719 em Metz, França, tendo falecido a 7 de fevereiro em 1780, na mesma cidade. Autor de várias obras sobre tática e estratégia, como: *Traité de Tactique, Pour Servir de supplément au cours de tactique théorique*.

⁶ Militar prussiano que nasceu em 1780 e que ocupou o cargo de general das forças armadas. É considerado um grande estratega e teórico militar, ficou conhecido pela sua obra *Vom Krieg* ou *Da Guerra*. Considerado fundamental no domínio das relações internacionais.

Seguiu-se então Antoine Jomini⁷, que introduziu princípios científicos na guerra, como uma conduta operacional, a logística e a organização. Entendia a guerra quase como um jogo de xadrez, contudo, não inseriu a guerra nos contextos políticos ou sociais.

Mais tarde, já no século XX, Liddel Hart⁸ teorizou que a estratégia era coordenar e dirigir todos os recursos disponíveis, a fim de concretizar os objetivos definidos pela política e visados com a guerra, denominando este conceito como o de grande estratégia. Mais importante ainda é o contributo que deu ao salientar que, para se atingir as finalidades da coação, a política teria de usar outros recursos que não apenas os militares (Grande Estratégia), acabando por introduzir uma visão mais abrangente. Deixou ainda a ideia de que a estratégia não tem de vencer resistências, tem de diminuir a possibilidade de resistência, explorando a ação e a surpresa.

Ainda no século XX, André Beaufre⁹ introduz o conceito de estratégia total, que refletia arte de empregar a coação para atingir os fins definidos previamente pela política.

Antes de partirmos para o conceito de estratégia, é necessário delimitarmos esse mesmo conceito. Os atores que estão implicados são, neste caso, os Estados, coligações ou “quase-Estados”¹⁰. Os objetivos são, como referido anteriormente, os definidos pela política. O ambiente que retrata este conceito será o de oposição ou hostilidade de certas vontades políticas. Quantos aos meios, serão considerados todos, tanto materiais como morais, tendo assim a capacidade para gerar, estruturar e aplicar. A estratégia pode, assim, ser considerada uma arte e uma ciência (arte e técnica). *“Ciência e Arte de desenvolver e utilizar, com o máximo rendimento, as forças materiais e morais de um Estado ou Coligação, a fim de se atingirem os objetivos fixados pela Política e que suscitem, ou podem suscitar, a hostilidade de uma outra vontade Política”*, (Tenente-general Abel Cabral Couto, 1968).

Apesar de considerarmos este conceito bastante completo, refletindo perfeitamente o conceito de estratégia, tal como o mundo está em constante mudança também este mesmo conceito passou a ter algumas limitações, pelo que, tentando acompanhar a proliferação de novos atores internacionais e a mudança do paradigma

⁷ Teórico militar do século XIX, participou nas invasões napoleónicas.

⁸ Nasceu em 1895 e é lembrado como um grande teórico, historiador e militar inglês, tendo teorizado sobre a estratégia. É apelidado de Clausewitz do século XX, ou como a figura principal da guerra moderna.

⁹ Nasceu em 1902, foi um general francês e um estrategista militar, sobretudo numa fase de independência nuclear francesa.

¹⁰ Estados que não conseguem fazer valer as suas ordens e leis, onde a coesão social já não é possível, deixa de haver funcionamento político, social e económico, entrando assim em colapso, como a Somália, o Ruanda e a Libéria.

civilizacional, passou a ser considerado, 30 anos mais tarde, esta diferente versão. *“Ciência e Arte de desenvolver e utilizar, com o máximo rendimento, as forças materiais e morais de um Estado ou Coligação, a fim de se atingirem os objetivos fixados pela política e que suscitem, ou podem suscitar, a hostilidade de uma outra vontade Política”*, (Tenente-general Abel Cabral Couto, 1998).

Dentro da estratégia existem várias visões e teorias, contudo, sobressai uma que classifica a estratégia em três grandes categorias: a primeira é a estratégia genética, aquela que tem a capacidade de gerar os meios; a segunda é a estratégia estrutural, que organiza os meios gerados pela estratégia genética; e a terceira é a estratégia operacional, aquela que aplica os meios organizados pela estratégia estrutural.

Existem inúmeras maneiras de usar o conhecimento estratégico, por exemplo, focar objetivos e empregar bem os meios, chamando-se a isso planeamento estratégico; ou então identificar o valor estratégico, calculando várias possibilidades e vulnerabilidades. Contudo, é com o potencial estratégico que vamos passar ao próximo subcapítulo, tentando conhecer os meios das duas potências regionais em causa.

Geoestratégia

Consideramos importante frisar o conceito de geoestratégia, utilizado pela primeira vez por Giacomo Durando, em 1846, ligado à geografia militar. A geoestratégia, contudo, só teve relevância depois de a geopolítica se ter afirmado enquanto área do saber. Tradicionalmente, a geoestratégia é muito ampla, porque normalmente existe sempre conflito e contrapoder e, apesar de haver muitas tentativas de sobreposição e associação entre geopolítica e geoestratégia, ambas têm o espaço em comum, ou a geografia. Embora não haja política nem estratégia sem poder, as duas referenciam dois níveis: os atores (Estados, grupos intraestatais religiosos, transnacionais, supranacionais) e o sistémico (impacto que as relações têm no sistema, como o resultado dos atores e respetivos comportamentos).

É seguro afirmar que a política é mais ampla do que estratégia, uma vez que a política define os objetivos que a estratégia tenta reagir e explicar como. Logo, a geopolítica é mais ampla e incorpora a geoestratégia, uma vez que não pode haver estratégia sem política e, conseqüentemente, geoestratégia sem geopolítica.

Por isso, decidimos utilizar o seguinte conceito de geoestratégia: *“Relaciona geografia e estratégia, referindo-se às modalidades de estabelecimento hierarquização e*

prossecução de objetivos políticos, gerando e utilizando recursos e capacidades, num ambiente admitido como competitivo e concorrencial” (Tomé, 2010).

1.2. QUADRO TEÓRICO: PERSPETIVA GEOPOLÍTICA E REALISMO

É necessário frisar que o presente trabalho é elaborado à luz de duas diretrizes, a perspetiva geopolítica e a Teoria Realista das Relações Internacionais, considerando as duas como “lentes” para melhor compreender a análise e explicações feitas ao longo do trabalho.

Perspetiva geopolítica

Conceito fulcral para o presente trabalho, porque a geopolítica é algo que existe desde sempre, contudo, começou a ser estudada mais aprofundadamente a partir do século XIX.

O conceito de geopolítica resulta da junção de duas palavras – geografia mais política. Se recorrermos ao passado, verificamos que desde sempre a geografia é importante, pois os homens, desde os primórdios, tentam tirar partido das posições geográficas para fins políticos. Um grande exemplo disso são os castelos, comumente situados em pontos altos e de difícil acesso, com uma boa visão. Existe uma clara ideia de que a geografia influencia comportamentos e interações do ser humano. Houve, inclusive, Estados, nações e cidades que se fixaram em certos pontos por motivos geográficos, quer fosse por extensão ou configuração.

Por outro lado, temos a política como a capacidade de impor comportamentos e, simultaneamente, a capacidade de resistir à imposição de comportamentos. Se não houver poder para impor, tem de haver capacidade de resistir à imposição de outro. Todo o poder tem um contrapoder. A política é, assim, a prática da luta pela manutenção ou aquisição e exercício do poder. O poder está ligado à imposição, à ameaça ou ao uso de coação, acabando por ter influência nos comportamentos por via da persuasão e atração.

O estudo da geopolítica deriva do interesse do homem em compreender a relação entre a geografia e o poder, ou entre o espaço e a política; a geopolítica não deve ser entendida como uma correlação de forças nas relações internacionais ou num determinado espaço geográfico, não deve ser entendida como uma repartição geográfica

do poder, um estudo dos conflitos e das guerras ou da política internacional. A geopolítica é tudo isto, mas não apenas isto, e não se deve falar em geopolítica sem ligar às relações internacionais. *“A geopolítica refere a política e as dinâmicas de poder – isto é, os discursos e as práticas relacionados com a aquisição e o uso do poder, o exercício do poder, as relações de poder e a estrutura de poder – em função de e num determinado espaço, tendo em conta os fundamentos e elementos geográficos aí presentes, seja ao nível mais local ou a uma escala mais ampla, como uma região ou o mundo no seu conjunto”* (Tomé, 2010).

A perspetiva geopolítica, tal como explicado na introdução, remete-nos para as componentes geográficas e políticas que acompanham todo e qualquer Estado, podendo ser mais evidentes e prioritárias nuns do que em outros por vários motivos, como a diferença económica, a História ou a capacidade em pôr em prática.

Mas no caso concreto deste estudo, o conflito entre a Arábia Saudita e a República Islâmica do Irão, é evidente que a geopolítica é uma constante – e de forma acentuada – na esfera dos dois Estados, desde logo pelo conflito entre ambos, que leva a uma maior relevância da geopolítica.

Os exemplos práticos que evidenciamos são a perspetiva geográfica e a de território, entenda-se terrestre, marítimo ou aéreo. Os dois Estados estão em constante competição para conseguir tirar mais ganhos do que o inimigo, seja em disputas por alguns territórios ou na luta pelo controlo e exercício de influência em certas áreas estratégicas do Médio Oriente.

Sempre com o intuito de retirar o máximo de ganhos políticos, pois a subordinante é a política, sejam eles ganhos económicos, sociais ou em termos de influência e controlo sobre outros Estados vizinhos e regionais ou organizações internacionais, entre outros.

O realismo nas relações internacionais

Quanto à teoria realista das relações internacionais, é importante perceber que o trabalho é visto à luz de uma teoria realista de que as coisas são como são, e não como deveriam ser. Teoria esta que surgiu historicamente como contraponto à teoria idealista, que emergiu antes da II Grande Mundial e que fracassou completamente, uma vez que não a conseguiu evitar.

Temos então duas fases do realismo: o realismo clássico, que é o berço do realismo e que retrata pensadores como Maquiavel ou Hobbes; e o realismo moderno ou neorealismo, com Carr e Morgenthau.

A visão realista prevê um panorama internacional tal como ele é, ou seja, anárquico, sem uma entidade que seja reguladora, com os Estados todos ao mesmo nível, teoricamente, porque existe sempre um Estado mais forte e influenciador que outro, pois não existe um equilíbrio no que toca ao poder estatal de cada um. Ideia esta que surgiu no século XVII por Thomas Hobbes, que ficou conhecido como um dos principais pensadores do realismo com a sua obra *O Leviatã* (Larcerda, 2006).

Existe ainda, no realismo, um enfoque no poder em detrimento da componente moral, e é isso que muitas vezes observamos quando abordamos o conflito entre a Arábia Saudita e o Irão, pois são inúmeros os casos em que o poder se sobrepõe claramente à moral.

Tal como a ideia estatocentrista, que defende que o Estado é o centro das relações internacionais e que os cidadãos são meros atores virtuais e de pouca importância, sendo os Estados, esses sim, soberanos, unitários e formalmente iguais entre si. Fazendo da diplomacia e da guerra instrumentos do Estado no seu relacionamento intraestatal (Larcerda, 2006).

O realismo faz ainda referência à questão do equilíbrio de poderes, isto é, deve haver um relativo equilíbrio entre os Estados, que são os grandes atores do sistema internacional, para que estes possam manter uma paridade, e não um conflito por um deter mais poder que o outro.

Quanto ao realismo moderno, surge depois do início da II Guerra Mundial, tendo sido estruturado por Edward Carr e Hans Morgenthau, dois pensadores que ficaram marcados na área das relações internacionais pelos seus contributos e teorias.

Carr salientou a importância dos Estados enquanto unidades políticas e detentores do poder de conduzir as próprias relações internacionais, uma vez que são soberanos e unitários. O Estado detém legitimidade e o poder de coerção e autodeterminação dos seus próprios interesses. Este autor afirma ainda que nenhuma organização intergovernamental poderá estar à cima de qualquer Estado, o único ator relevante para o realismo.

Quanto a Morgenthau, o seu contributo refletiu nos seis princípios do realismo, como o facto de a política obedecer às leis objetivas da natureza humana ou de os interesses dos Estados serem sempre configurados tendo por base o poder. O realismo parte do princípio de que o interesse definido como poder constitui uma categoria

objetiva; o realismo político conhece o significado de moral e reconhece a tensão entre preceitos morais e as demais exigências para que a ação política seja bem-sucedida. O realismo político recusa-se a identificar aspirações morais de determinação nação com as leis que governam o mundo e não ignora a existência de padrões de pensamento que não sejam ditados pela política.

Ambos deram o seu contributo para o neorrealismo, ou realismo moderno, ficando a noção de que o Estado é o ator principal e de que os Estados são unitários e racionais, a ponto de agirem com base nos seus interesses para maximizarem os seus lucros. Desde sempre, o Estado, enquanto unidade política, tem como objetivos salvaguardar a sobrevivência e a integridade territorial no sistema internacional (Pinto & Bravo, 2016).

1.3. CONTEXTO GEO-HISTÓRICO

Neste capítulo, procura-se contextualizar a história por detrás do conflito entre a Arábia Saudita e o Irão, uma vez que é necessário entender o passado para se perceber as ações tomadas no presente. O conflito entre as duas potências regionais é um conflito que cruza velhas rivalidades e conflitualidades entre árabes e persas, entre sunitas e xiitas.

A primeira distinção a fazer é entre árabes e persas, duas etnias completamente diferentes. Os árabes são provenientes da Arábia ou península Arábica (Iémen, Omã, Emirados Árabes Unidos [EAU], Catar, Bahrein e Arábia Saudita). Os persas são descendentes dos povos indo-europeus que estiveram na região hoje conhecida por Irão por volta do ano 1000 a.C.

Mesmo antes do islamismo existiu uma vincada rivalidade entre estas duas etnias. Uma evidência disso mesmo foi a batalha de Dhi Qar, no sul do Iraque, uma batalha pré-islâmica entre Árabes e Persas que data do ano 609. A luta teve origem num desacordo entre as duas partes, uma vez que os sassanidas confiavam nos Lakhmid, uma tribo árabe, para a proteção da sua capital, Al-Hirah, situada no Iraque, onde os árabes defendiam as suas fronteiras contra eventuais incursões de outras tribos árabes. Certa altura, as tribos árabes acabaram por derrotar os Lakhmid, levando a um saque nas caravanas persas. Após essa derrota, os líderes persas aprisionaram o rei Lakhmid e elegeram outra tribo como sua aliada, a tribo Tayy. Consequentemente, deu origem a um confronto aberto entre Persas e Árabes, tendo os Persas a tribo aliada do seu lado.

A batalha foi ganha pelos árabes e, para além do simbolismo militar e político desta guerra, a mesma parece ter um significado ideológico e simbólico para os dois povos até aos dias de hoje.

Os árabes falam o árabe de origem semita, da mesma origem do hebraico, enquanto os persas falam farsi, uma língua indo-europeia e que, por curiosidade, é mais parecida com o português. Apesar das diferenças entre línguas, ambos usam o alfabeto árabe, com algumas variantes.

A nível religioso, parece existir um consenso, uma vez que ambos professam o islamismo. Contudo, existe uma clara divisão quanto à corrente que seguem, uma vez que os árabes seguem normalmente a corrente sunita e os persas a corrente xiita.

Divisão esta que remonta ao berço do Islão, e do profeta Maomé que é considerado o ser humano mais perfeito, aquele que uniu os povos e que recebeu a visita do Arcanjo Gabriel e que o ordenou que recitasse os versos enviados por Deus, neste caso, Alá.

Após a morte de Maomé em 632, em Medina (cidade santa sita na Arábia Saudita), não havendo sucessor, deixou um vazio no lugar mais importante do mundo islâmico. E foi na tentativa de encontrar um líder supremo, o Califa, que houve uma clara divisão, entre Sunitas e Xiitas. Os Sunitas sustentavam que o líder deveria ser eleito, tendo por base a consulta da comunidade islâmica, enquanto que os Xiitas sustentavam que o sucessor deveria ser eleito com base na liderança, e o sucessor seria Ali, genro de Maomé.

Quando falamos do contexto histórico do Irão vem imediatamente à mente o império persa, ou seja, a sucessão de sociedades e entidades políticas que controlaram o planalto iraniano (uma formação geológica que cobre a maior parte do Irão e ainda alguns países fronteiriços) ao longo dos tempos. A primeira civilização data de cerca de 2700 a.C. até 539 a.C., e foi a civilização elamita, considerada o berço da formação do império persa; muitas mais civilizações passaram por esse mesmo planalto e ajudaram a desenvolver a nação persa.

A Arábia Saudita

A origem do Estado data de 1750, com Muhammad Bin Saud, que se alia a Abd al-Wahh, ligado ao Wahabismo, um movimento religioso e político datado do século XVIII como um movimento reformista de reconstrução social e moral, que tem como objetivo

“purificar” o Islão, encaminhando, assim, os muçulmanos para os princípios originais. Como tal, este movimento rejeita qualquer tipo de mudança ou inovação, indo contra o politeísmo ou até mesmo contra alguns hábitos, como tabaco ou álcool; os wahabitas alegam serem os verdadeiros sunitas (Grumet, 2015).

Desde então, a aliança entre a casa Saud e o Wahabismo tem perdurado, contudo, o Estado só foi consolidado como tal anos mais tarde, já no século XX, pois até então assistia-se a um domínio do império otomano. A partir de 1902, Abdul Aziz Ibn Saud começou a reconquista e conseguiu unir vários territórios e tribos árabes. Em 1932, depois da unificação dos territórios, surge oficialmente o Reino da Arábia Saudita.

Até aos dias de hoje, existe uma grande ligação entre o Estado e as tribos, o que faz com que haja diferenças dentro do próprio reino. As regiões tribais têm uma cultura

mais conservadora do Islão, enquanto noutras áreas mais cosmopolitas e urbanas vê-se uma atitude mais moderna, dominada sobretudo por elites nacionais.

O Irão

Em 1501, surge a dinastia Safávida, com origem no Azerbaijão e fundada por Ismail I, que veio a ser Xá do Irão durante o período inicial da dinastia, tendo sido o responsável pela instauração do xiismo como a religião oficial do Irão. A dinastia Safávida durou cerca de dois séculos.

Surgiu depois a dinastia Qajar, uma família iraniana com origem turca, que ficou no poder do Irão até 1925. Foi nesta dinastia que o Irão se tornou uma monarquia constitucional, em 1906. O clero sempre teve um papel importante, mas nunca ocupou o poder. Tal como a maioria dos Estados do Médio Oriente, o Irão também se viu sujeito à competição entre os dois grandes colonialistas do século XIX, Grã-Bretanha e a Rússia. Por um lado, os ingleses com interesses no petróleo iraniano; por outro, a Rússia com interesses geopolíticos, querendo o apoio iraniano a fim de conseguirem dominar a Ásia central (Pina, 2018).

Em 1925, surgiu a dinastia Pahlavi, derivada do general iraniano Reza Khan Pahlavi, que foi apontado pelo Parlamento como o novo monarca. Esta dinastia vai durar até 1979, e foi durante este período que o Estado iraniano ganhou o nome de Irão. Foi uma dinastia que ficou conhecida pela sua modernização, sendo tida como ocidentalizada, algo que começou a não ser bem visto, originando um sentimento nacionalista.

Este sentimento nacionalista eclodiu na revolução iraniana de 1979, que veio alterar a monarquia autocrática pró-ocidental de Pahlavi para uma república islâmica teocrática liderada por Aiatola Khomeini.

Aiatola Khomeini liderou esta revolução baseada em várias causas que provocavam o descontentamento do povo iraniano. A primeira terá que ver o com o facto de o Xá já não ser bem visto pelos seus cidadãos, depois de se subjugar ao poder colonial ocidental. A segunda causa está ligada à opressão, censura e contramedidas na direcção daqueles que questionassem o regime. A terceira causa bastante importante foi também uma razão económica, nomeadamente a pobreza que se vivia no Estado iraniano¹¹. A

¹¹ Ao longo da história, observamos que em múltiplas situações de revoltas ou manifestações a situação tende a piorar quando a pobreza faz parte do dia a dia dos cidadãos, como no caso da Revolução Francesa de 1789.

quarta e última foi a subestimação, por parte do Xá, do movimento que Aiatola Khomeini liderava.

Surge em 1979 Aiatola Khomeini como líder da revolução iraniana, encaminhando e influenciando as massas a colocarem-se contra a corrupção do Xá e a favor de uma reinstalação do verdadeiro Islão, não um Islão moderno com muitas influências externas, mais concretamente ocidentais.

A chegada de um novo líder supremo instalou uma série de políticas que iam em direção ao Islão do passado, muito assente nas antigas tradições. Obviamente, aos olhos dos sunitas, e em particular do Estado saudita, esta subida do novo líder iraniano não foi bem vista, uma vez que Aiatola Khomeini afirmou que queria ir para além do Irão e ser considerado um líder do mundo muçulmano. Além disso, este novo Irão de Khomeini olhava para a presença externa como uma ameaça, portanto, a forte presença dos EUA na região, em particular junto do reino saudita, era alvo de constantes críticas por parte da liderança iraniana.

Para atingir os seus objetivos, o líder supremo do Irão tentou que a revolução iraniana fosse um exemplo para o mundo islâmico e que a maioria desse mundo – que é sunita – deveria aceitar e entender o Estado iraniano como o líder e a potência máxima, não só da região do Médio Oriente, mas também de outros continentes que compreendem Estados de origem muçulmana (Grumet, 2015).

Apesar dos recursos económicos, políticos e militares que as duas potências tinham e continuam a deter, já no final do século XX, perceberam que não têm suficientes recursos para uma conseguir subjugar a outra às suas ideologias através do *hard power*¹². Entendem, portanto, que a melhor maneira de conseguir esse poder é através de guerras culturais e políticas, implicando sempre a componente religiosa. Inclusive, Khomeini tentou por várias vezes virar o mundo muçulmano contra o reino saudita, afirmando, em várias ocasiões, que este iria contra a sua própria religião em prol de interesses externos ocidentais, como no apoio a Saddam Hussein ou até mesmo no incidente em Hajji, em 1987. Afirmou mesmo que a cidade santa de Meca estaria mal entregue àquela sociedade wahabita.

¹² Como é comum na área das relações internacionais, o *hard power*, ou poder forte, remete para a ação coerciva ou imposição de força. Ao contrário do *soft power*, ou poder suave, que remete para a dissuasão ou capacidade de influenciar outro Estado ou órgão político.

Começamos a observar uma Arábia Saudita cada vez a apoiar mais o sectarismo e a defender uma verdadeira identidade sunita, sempre em contraste com a comunidade xiita, tendo como núcleo central a vertente wahabita.

Num clima de constante tensão e conflito entre as duas potências regionais, a Arábia Saudita, além das intenções de exportar o seu wahabismo para o mundo muçulmano, decidiu montar uma política externa assente na formação de alianças e de apoio externo, com vista, obviamente, a conter a república islâmica iraniana.

Um exemplo disso foi a guerra entre o Irão e o Iraque, durante a década de 80 do século XX, na qual o Iraque, liderado por Saddam Hussein¹³, um líder de cariz nacionalista árabe (Carvalho, 2016), com pretensões geopolíticas no território iraniano, pensou que o alvo não teria condições para se defender. Se, por um lado, como se refere anteriormente, a Arábia Saudita apoiou o Iraque com suporte financeiro de milhares de milhões de dólares, por outro, tivemos um apoio religioso, como xiita e curdo, ao Irão.

Outro exemplo dessa estratégia saudita foi a criação de várias organizações e coligações internacionais, como o *Gulf Cooperation Council (GCC)*¹⁴, com o objetivo de integração financeira. Esta organização é uma das mais influentes na região, sendo igualmente composta por membros externos ao Golfo Pérsico, assim como nem todos os Estados do Golfo fazem parte da mesma, como o Irão e o Iraque. Considera-se o GCC um poderoso instrumento de contenção política do Irão, no sentido de minimizar o papel deste Estado na região. Uma das evidências desta política é o facto de a organização se ter juntado e apoiado a criação de resoluções e de sanções económicas impostas pelos EUA ao Irão. Com esse apoio ao ocidente, o GCC beneficiava de acordos de armamento, e “lavando com uma mão a outra”, o objetivo de conter o Irão estaria mais salvaguardado.

Com a morte de Aiatola Khomeini, em 1989, ficou um Irão forte e com um governo centralizado, mas com grandes problemas políticos, económicos e sociais. É eleito para presidente Hashemi Rafsanjani, que chega ao poder com a necessidade de uma reconstrução económica iraniana, algo que ajudou para uma *détente*¹⁵ com o Estado saudita.

¹³ Presidente do Iraque no período de 1979 a 1991 e, mais tarde, de 1994 a 2003, conhecido como um presidente ditador. Para além disso, também ficou conhecido por ser uma das figuras centrais do partido Ba'ath, que partilhava de ideais como o nacionalismo e o socialismo árabe.

¹⁴ Organização fundada em 1981, com sede em Riade, na Arábia Saudita. Composta por seis Estados do Golfo Pérsico: Omã, Arábia Saudita, Qatar, Kuwait, Bahrein e Emirados Árabes Unidos.

¹⁵ Um momento de apaziguamento entre as duas potências, neste caso, potências regionais.

A década de 90 demonstra um período de normalização das relações entre os dois Estados rivais, demonstrando que não só conseguiam conviver, como também cooperar minimamente em casos que beneficiassem os dois países.

Estiveram em sintonia em questões menos centrais, como tráfico de drogas e contrabando. Chegaram a um acordo político sobre a peregrinação a Meca, denominada *Hajj*.

Para além disso, outros sectores alvo de cooperação entre os dois atores foram o petróleo e a economia. A queda dos preços do petróleo atingiu, nessa altura, valores alarmantes para os Estados produtores. A Arábia Saudita e o Irão juntaram-se na redução drástica de produção de petróleo, a fim de aumentar o preço do barril.

Apesar deste momento menos conturbado entre os dois Estados e da demonstração de que podiam cooperar minimamente em assuntos e problemas comuns, nunca se assistiu a uma aliança, a uma iniciativa conjunta mais efetiva no que toca a segurança, atendendo às pretensões iranianas sobre alguns Estados-membros do GCC (Grumet, 2015).

Existem pretensões territoriais que se mantêm até hoje, como as pretensões no canal de Shat-Al-Arab, formado pela confluência dos rios Tigre e Eufrates, que desaguam no Golfo Pérsico. Este canal foi palco, durante a década de 80, de guerras entre Iraque e Irão, assim como mais tarde, em 2003, voltou a haver conflito e disputa sobre este canal.

Outro exemplo de disputa é o conflito pelas duas ilhas conhecidas por *Greater tunb* e *Lesser tunb*, situadas no Golfo Pérsico, perto do estreito de Ormuz, que são alvo de conflito por parte da república islâmica iraniana e dos EAU. Apesar da reivindicação das duas ilhas por parte dos EAU, a ilha maior é a única ocupada por contingentes militares iranianos.

A Arábia Saudita, tal como todos os outros Estados do mundo, tem conflitos por disputas internacionais, principalmente com o Iémen, Estado fronteiriço que está, como referido anteriormente, numa guerra civil, numa *proxy war*¹⁶, na qual a Arábia Saudita está envolvida contra o Irão, a fim de evitar que atividades ilegais transpassem para o seu território. Os responsáveis sauditas reforçaram a barreira de segurança ao longo da fronteira já demarcada com o Iémen.

Para além desta questão com o Iémen, a Arábia Saudita vê-se confrontada com outras disputas internacionais, em particular com o Kuwait, país com o qual também faz

¹⁶ Guerra por procuração.

fronteira territorial, mas tem problemas fronteiriços igualmente com o Irão, devido às divisões das fronteiras marítimas dos três Estados.

Outra disputa que acabou por ficar decidida em 2016 foi sobre as ilhas Tiran e Sanafir, que se encontram no Mar Vermelho e que eram administradas pelo Estado egípcio. A disputa, contudo, que já teria algumas décadas, acabou por ficar decidida em 2016, com a passagem para a Arábia Saudita, uma vez que se enquadravam nas águas territoriais sauditas. Contudo, houve uma reivindicação automática por parte da opinião pública e de alguns dirigentes egípcios, uma vez que seria uma vergonha para o Egito perder as ilhas no Mar Vermelho. Em 2017, houve uma rejeição do acordo por parte do tribunal egípcio, afirmando-se que as ilhas deveriam ficar sob soberania egípcia. Em junho de 2017, o Comité de Defesa e Segurança Nacional do Egito aprovou por unanimidade a transferência das ilhas, o que acabou por ser confirmado pelo Parlamento, poucos dias depois. Acredita-se que esta decisão final tenha sido influenciada por uma suspensão de transferências de hidrocarbonetos durante vários meses, o que acabou por pressionar o Governo egípcio.

Estas disputas internacionais que a Arábia Saudita enfrenta são apenas uma pequena parte das ameaças com as quais convive diariamente, num mundo globalizado e interligado, e por isso temos observado, tal como em quase todo o mundo, a um aumento dos gastos em armamento e despesas militares, apesar do fim da Guerra Fria. Hoje em dia, observamos que os Estados continuam a armar-se e a gastar cada vez mais, a fim de segurar e proteger o seu Estado, território, população e, obviamente, os seus interesses.

No ano de 2001, um acordo de segurança entre os dois Estados foi assinado, visando o apoio do programa nuclear iraniano pelo reino saudita. Contudo, as relações voltaram a deteriorar-se, depois de políticas consideradas mais agressivas por parte da Arábia Saudita. Divergências por parte do presidente iraniano Ahmadinejad face à postura saudita em assuntos como Israel e Palestina, a situação em Gaza e o apoio ao Hamas¹⁷.

Em 2011, começa a guerra civil síria, que acabou por perdurar durante vários alguns anos, tendo tido o seu início com uma revolta por parte dos cidadãos sírios com o objetivo de destituir o atual presidente Bashar al-Assad, colocando alguém que trouxesse democracia e liberdade ao Estado sírio. Por outro lado, as forças leais ao presidente – que

¹⁷ Movimento islâmico palestino pró-sunita e de cariz político e militar, ativo sobretudo na área de Gaza.

combatem esta revolução – afirmam que esta é uma mera desculpa e que quem estaria por detrás da mesma seriam forças terroristas armadas e perigosas que visavam apenas desestabilizar o Estado.

A fim de satisfazer os seus interesses, acredita-se que o Reino da Arábia Saudita financiou as forças rebeldes sírias, visando destituir Bashar al-Assad, um líder influente e pró-xiita, ligado ao Irão, onde é visto com confiança, pois estrategicamente tem no Estado sírio um aliado importante.

Mais tarde, a guerra civil no Iémen não contribuiu em nada para as relações dos dois Estados, uma vez que a Arábia Saudita apoia as forças iemenitas contra as forças rebeldes xiitas, os Houthis¹⁸, apoiados pelo Irão. Por um lado, temos o Irão a acusar a Arábia Saudita de lançar ataques militares e deitar bombas contra muçulmanos civis, em vez de mediar o conflito; por outro, temos a Arábia Saudita a acusar o Irão de ingerência nos assuntos internos do Iémen, a fim de satisfazer os seus interesses geopolíticos.

1.4. ESTADO DA ARTE

O conflito saudita-iraniano tem sido dos temas mais abordados a nível internacional, no que diz respeito às relações internacionais e geopolítica mundial, isto porque se trata de um conflito entre duas potências regionais. O conflito, contudo, ainda não se tornou num conflito armado direto e declarado, mas poderá vir a desenvolver-se dessa forma a qualquer momento.

Trata-se de um conflito que envolve cada vez mais a religião e as diferentes vertentes do Islão, sendo as duas principais sunitas e xiitas. É importante ressaltar que o número de muçulmanos sunitas é muito maior do que o número de xiitas. *“O sunismo tem sido a facção dominante tanto do ponto de vista demográfico como político. Correspondendo aproximadamente a 80% dos muçulmanos”* (Soromenho-Marques, 2016, p. 22).

E uma vez que o conflito, apesar de ser entre potências regionais, tem por trás inúmeras conexões e ligações com outros atores estatais e não estatais, põe em causa a segurança não só da região do Médio Oriente, como também a Europa e a Ásia.

¹⁸ Movimento político e religioso, conhecidos como partidários de Deus, maioritariamente xiitas. Este grupo político foi formado nos anos 90 depois da unificação do Iémen.

As correntes e autores divergem quanto às responsabilidades e movimentações internacionais de ambos. Alguns afirmam que a guerra direta entre as duas potências estará a uma distância ainda considerável, como é o caso de Oranat Prasanpot que escreve: *“Although Iran and Saudi Arabia are having tensions throughout the Middle East at the moment and the perception of Iran acquiring nuclear power, we still can be sure that both countries will not exercise their military power to alter the regional map as Saddam Hussein did in 1990 with the invasion in Kuwait. Or even if they do, other regional powers such as Turkey and Egypt will ask for assistance from the American military or other superpowers in order to restore the status quo back in the Middle East.”* (Prasanpot, 2016).

Contudo, com os recentes ataques às bases petrolíferas no Estado saudita e as acusações constantes viradas para a República Islâmica do Irão, a guerra direta entre os dois Estados parece não ser assim uma realidade tão distante, se eventualmente o Irão tiver sido responsável pelos ataques.

Segundo Joshua Landis, diretor do *Centre of Middle East Studies* da Universidade de Oklahoma, essa realidade parece distante devido às consequências e dificuldades que se avizinhariam para os sauditas, se entrassem em guerra direta, mesmo com algum apoio por parte dos EUA. As perdas seriam muito elevadas para entrar em guerra com um Irão mais bem preparado militarmente, apesar de o reino saudita ser o terceiro país que mais gasta a nível mundial em termos militares. *“Saudi Arabia will not support a war with Iran that has a Saudi return address on it,” “Saudi Arabia would support a war between the US and Iran, if Saudi Arabia could hide behind the US, but not one where the Saudis must step out in front, because the Saudis would lose.”* (Sanchez, 2019).

Outros autores fazem referência à questão do dilema de segurança entre os dois Estados, que tem vindo a ser uma constante no conflito, apesar de terem os seus processos de tomada decisão e estratégias muito antagónicas. A eventual solução para o conflito seria recorrer à vertente bilateral, assim como uma normalização e apaziguamento entre a divisão sunita e xiita, sendo que a vertente religiosa tem um enorme peso e um papel importante entre ideologias religiosas diferentes. *“We are able to recommend alternate policy measures that may improve the bilateral relationship between Iran and Saudi Arabia. Irrespective of the limitations of this research, we conclude that normalizing the centuries old Shia-Sunni divide can play a significant role in weakening the underlined ideological motivations that infuriate the Iranian-Saudi rivalry. It is of utmost importance*

to bridge the gap between conflicting religious ideologies through educational and cultural exchanges” (Sayed, 2017).

Para além destas perspetivas, existem outras, por exemplo, a de Hassan Ahmadian, que introduz na sua obra a importância da ingerência externa e dos comportamentos de outros Estados, abordado também neste trabalho, uma vez que num mundo cada vez mais globalizado e interdependente as relações multilaterais, bilaterais e alianças são uma realidade nas relações internacionais.

O autor fala-nos, além de muitos fatores comuns a outros pensadores da matéria, da importância dos EUA e da diferença que fez a mudança de presidência, de Barack Obama para Donald Trump, algo que se fez sentir não só no Estado em causa, mas em todo o mundo, em particular no Médio Oriente.

Lastly, sectarian division is at an all-time high. Geopolitical rivalry coalesced around the Arab uprisings, deepening the Shia–Sunni divide and leading to direct conflict. While Obama’s balancing policy distanced the US from sectarian rhetoric and its effects on the ground, Trump’s anti-Iran policy risks making Washington a sectarian actor. As the Harvard professor Stephen Walt puts it, Trump is trying to create a ‘sort of Sunni axis’. Iran and its regional allies, for a variety of reasons, have long resisted being labelled sectarian. With Trump buying into the Saudi regional line, however, he seems more anti-Shia and pro-Sunni to those involved in the Middle East’s regional conflicts. The Trump administration’s bilateral and regional policies are heightening Iran–Saudi rifts. The president’s bilateral policies are increasing regional reluctance to hold direct talks. This is especially true for Riyadh, which is banking on Trump to strengthen its regional position vis-à-vis Iran before embarking on any engagement. Meanwhile, Trump’s ambiguous regional policy is destabilising an already volatile situation. Iran sees a new threat, Saudi Arabia a new opportunity (Ahmadian, 2018).

Apesar das diferenças que encontramos nos trabalhos científicos dos mais diversos autores, uma opinião parece ser comum à maioria, que reside no facto de o conflito entre os dois Estados ser algo que promete perdurar no tempo, assim como a questão sectária parece ser o *core* da instabilidade e rivalidade na região, sobretudo acentuada pela componente religiosa que vem desde os primórdios, como analisámos anteriormente. Tal como o autor Kevin Dupont refere, e nós partilhamos da mesma opinião, parece haver uma instrumentalização da religião para mascarar o aspeto central, que é a geopolítica e a procura constante pelo poder: *“Having used the essence of religion in order to mask political agendas, both states are left in a zero-sum game. Religion is*

present here, but political hegemony and the extension of the Saudi or Iranian sphere of influence in the Middle East takes priority, yet are veiled in religious schisms, leaving what remains and what will remain in the coming years” (Dupont, 2019).

Apesar dos discursos inflamados, que transmitem tensão entre os responsáveis pelos dois Estados, parece haver sempre uma tendência para apaziguar as relações no último momento. Isto é, quando chega o momento de um possível conflito armado e direto entre as duas potências regionais, ambos os atores parecem desviar a atenção ou nunca afirmar aquilo que a comunidade internacional vê, talvez pelo facto de haver mais em jogo para além do atores da região do Médio Oriente, por haver atores externos, como uma potência mundial – neste caso, os EUA –, que estão em constante permanência e exercício de influência na região, ou até mesmo por haver a noção dos enormes gastos económicos, físicos, humanos e políticos que um conflito armado direto poderia trazer. Esperamos clarificar melhor estas ideias ao longo do presente trabalho.

2. POTENCIAL ESTRATÉGICO E ESTRATÉGIAS DA ARÁBIA SAUDITA E DO IRÃO

Os dois Estados do Médio Oriente, Arábia Saudita e Irão – objetos de estudo do presente trabalho – tendem a ser consideradas, no âmbito das relações internacionais, potências regionais, isto é, são duas potências com poder e capacidade de influenciar o futuro e o desenvolvimento de uma região. Tal como referido no subcapítulo 1.1, no qual se explica como podemos caracterizar as diversas potências.

Existem várias maneiras de calcular aproximadamente o poder ou potencial que um Estado pode ou poderá ter no futuro, como: a população, a economia ou Produto Interno Bruto (PIB), orçamento e efetivo militar, entre outros fatores. O subcapítulo 2.1 pretende, assim, analisar o potencial estratégico das duas potências, procurando, sempre que possível, fazer uma análise comparativa entre os dois Estados, designadamente nos fatores geográfico, humano, recursos naturais, económico, sociocultural, político e militar.

Nos subcapítulos 2.2 e 2.3 analisamos as estratégias de cada uma das potências, invocando os respetivos interesses, objetivos e alinhamentos.

A política externa é uma componente fundamental na governança dos todos os Estados-nação, contudo, tornou-se ainda mais importante nas duas últimas décadas, uma vez que as relações entre Estados se tornaram mais complexas. A globalização e o

encurtar do espaço e do tempo fizeram aparecer uma série novos atores internacionais, não só estatais, como estávamos habituados anteriormente, mas também não estatais, organizações governamentais e não governamentais, grupos terroristas, grupos de criminalidade organizada, entre outros.

Estes novos atores trouxeram novas realidades, novos desafios e ameaças para o panorama internacional, fazendo com que os Estados queiram estar na vanguarda e atualizados e preparados para o desenrolar do tempo.

Apesar de comum a todos os Estados-nação, a política externa, ou a maneira como é montada a estratégia, objetivos e interesses, varia de Estado para Estado, sendo que estes adaptam-se e moldam-se aos seus recursos, capacidades e competências. No nosso caso, o reino saudita e a República Islâmica do Irão têm objetivos, interesses e estratégias oponentes e competitivas.

O Reino da Arábia Saudita está localizado na península arábica, é o segundo maior país árabe do mundo, a seguir à Argélia, e faz fronteira com Iraque, Jordânia, Kuwait, Catar, Bahrein, EAU, Omã e Iémen.

É considerado um dos atores predominantes na região do Médio Oriente, para além do seu vasto território, que faz com que seja dos maiores Estados na região; a componente histórica e toda a sua tradição faz com que seja, e pretenda ser o ator principal do mundo islâmico.

O país é considerado como o “guardião” das cidades santas de Meca e Medina, locais santos, pois foi nestas cidades que o profeta Maomé nasceu e morreu. Para além disto, os principais rituais desta religião muçulmana estão ligados a Riad. *“Reconhecida como o lugar de nascimento do Islão, o significado simbólico da Arábia Saudita não pode ser subestimado, já que é não só o destino da Hajj (peregrinação anual a Meca e um dos cinco pilares do Islão) como o local para onde se orientam as orações diárias de todos os muçulmanos”* (Pinto, 2011).

Por conseguinte, todos estes valores e tradições estão profundamente ligados à Arábia Saudita, promovendo um contexto mais conservador e tradicional.

Já a República Islâmica do Irão encontra-se localizada na Ásia ocidental, fazendo fronteira com Estados como Azerbaijão, Arménia, Turquemenistão, Cazaquistão e Federação da Rússia. O Irão divide-se em 31 províncias, administradas por um governador eleito pelo Ministério do Interior.

2.1 FATORES DO POTENCIAL ESTRATÉGICO

Para entendermos melhor em que situação se encontra o confronto entre as duas potências regionais é necessário conhecermos verdadeiramente os seus meios, e para isso recorreremos aos fatores do potencial estratégico de cada Estado.

a) Fator geográfico

Começando então pelo fator físico, o **Reino da Arábia Saudita**, encontra-se localizado no Médio Oriente, mais propriamente na península Arábica, tem cerca de 4272 quilómetros de fronteira no total, fazendo fronteira com o Iraque (811 kms), Jordânia (731 kms), Kuwait (221 kms), Omã (658 kms), Qatar (87 kms), EAU (457 kms) e Iémen (1307 kms). O seu litoral ou linha costeira é de cerca de 2640 quilómetros e a área total é de 2 149 690 km² (CIA, 2019).

O clima é considerado como deserto, por isso é seco e árido com temperaturas consideravelmente elevadas. A sua altitude média é de cerca de 665 metros e o ponto mais alto é Jabal Sawda, com cerca de 3133 metros.

A nível do uso da terra, em 2011, segundo o *CIA World Factbook*, a terra agrícola da Arábia Saudita contava com cerca de 80,7%, a terra arável com cerca de 1,5%.

No que toca a desastres naturais, a Arábia Saudita conta com frequentes tempestades de areia e poeiras. E conta também com muitas formações vulcânicas, apesar de nos últimos séculos ter ocorrido pouca atividade (CIA, 2019).

O reino saudita é considerado o maior país do mundo sem ter um rio no seu território. As extensas linhas costeiras no Golfo Pérsico e no Mar Vermelho permitem o transporte e navegação, tendo como objetivo depois chegar ao canal do Suez.

Quanto à **República Islâmica do Irão**, encontra-se também situada no Médio Oriente, mais propriamente no Golfo Pérsico. Tem uma área total de cerca de 1 648 195 km² e conta com cerca de 116 600 km de água. O Irão faz fronteira com Afeganistão (921 kms), Arménia (44 kms), Azerbaijão (689 kms), Iraque (1599 kms), Paquistão (959 kms), Turquia (534 kms) e Turquemenistão (1148 kms), o que dá um total de cerca de 5894 quilómetros de fronteira com países terceiros (CIA, 2019).

A nível de linha costeira, conta com cerca de 2440 quilómetros, e o seu clima é considerado árido ou semiárido e subtropical ao longo da costa do Mar Cáspio. O terreno

é acidentado e montanhoso, tem uma bacia alta e central com vários desertos e montanhas, algumas planícies descontínuas ao longo de ambas as costas (CIA, 2019).

A altitude situa-se nos 1305 metros e o seu ponto mais alto é o Kuh-e Damavand, com cerca de 5626 metros de altitude.

Em 2011, a terra agrícola iraniana era de cerca de 30,1%, mas terra correspondente a floresta era apenas de 6,8%. Os desastres naturais são as secas periódicas, algumas inundações, tempestades de areia e ainda alguns terremotos.

b) Fator humano

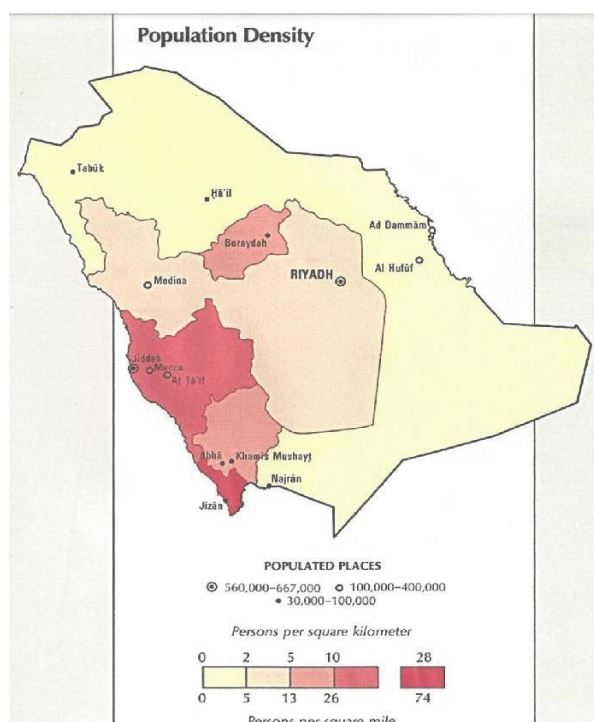
No que concerne ao fator humano, a população do Reino da Arábia Saudita encontra-se no 41.º lugar do *ranking* populacional, com cerca de 34 milhões de pessoas, contudo, estima-se que entre 3 a 5 milhões de habitantes sejam imigrantes ilegais (World Population Review, 2019).

Uma vez que o Estado em causa tem uma área num total de 2 149 690 km², a sua densidade populacional cifra-se em 15,61 pessoas por km².

Apenas cerca de 2,84% da população vive em áreas rurais, que se traduz em sensivelmente 5 milhões de pessoas, enquanto na área urbana conta-se cerca de 83,53% de população.

A densidade populacional está mal dividida por toda área saudita, isto porque grande parte do território da península arábica envolve enormes áreas de deserto, pelo que a população tende a situar-se nos polos industriais e mais desenvolvidos financeira e tecnologicamente.

Figura 3 - Densidade Populacional do Reino da Arábia.



Fonte: HUSSAIN, Ahmad. Research Gate.

Continuando na demografia, é importante passar por algumas taxas, por exemplo: os números totais quando falamos de mortalidade na Arábia Saudita, no ano de 2016, 209 mil mulheres e 312 mil homens que deu num total 521 mil mortes nesse ano. A taxa de mortalidade infantil, nesse ano, situou-se em 13 mortes por cada 1000 nascimentos.

A pirâmide etária saudita refere que o grupo etário maioritário se encontra entre os 25 e os 54 anos (46,86%), sendo que 7 559 248 são homens e 5 829 656 são mulheres (CIA The World FactBook, 2018). A idade média a nível total situa-se nos 27,5 anos, sendo a masculina nos 28,2 anos e a feminina 26,7 anos. A esperança média de vida total é de cerca de 75,5 anos: a masculina é de 73,4 e a feminina de 77,7 anos.

No âmbito das habilitações literárias, 97% dos homens e 91,1% das mulheres sabem ler e escrever.

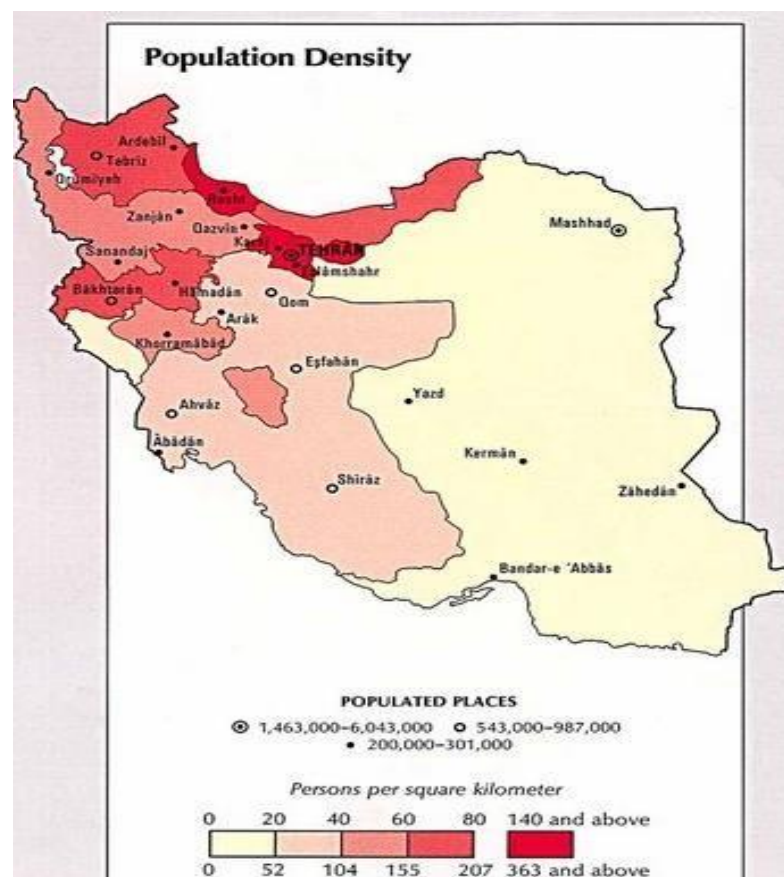
Os grupos étnicos encontrados no reino saudita são: em primeiro lugar, os árabes nascidos na Arábia Saudita, com cerca de 60,7%, que se traduzem em aproximadamente 19,3 milhões; a maioria encontra-se nas três grandes cidades: Riade Jeddah e Dammam. O segundo grupo são os sírios, com cerca de 9,7%, que se traduzem em 2,6 milhões de pessoas que foram forçados a sair do seu país à procura de melhores condições de vida e estabilidade política. O terceiro grupo étnico são os indianos, com 7,8%, muito devido ao

acordo feito entre os dois Estados no âmbito da troca de trabalhadores, que envolvia um prémio de 2500 dólares para cada trabalhador recrutado sob o acordo (Too, 2018).

Já a República Islâmica do Irão conta com cerca de 82 021 564 milhões de pessoas, encontrando-se no 18.º lugar da lista de países com maior população.

Com um crescimento populacional de 1,24% em 2017, esta potência regional registou uma densidade populacional de 49,29 pessoas por km² no ano de 2016, e, ao contrário da Arábia Saudita, no ano de 2017 a percentagem de população urbana situava-se nos 74,4%.

Figura 4 - Densidade populacional na República do Irão.



Fonte: CIA Atlas of the middle east. 1993. Mappery.

A esperança média de vida total dos iranianos encontra-se nos 74 anos, sendo no sexo masculino de 72,7 e no sexo feminino de 75,5 anos. A taxa de natalidade registou, no ano de 2017, 17,9 nascimentos por 1000 pessoas; no mesmo ano, a taxa de mortalidade registou 5,3 mortes por 1000 pessoas.

A pirâmide etária refere que o grupo etário maioritário se encontra entre os 25 e os 45 anos, contando com cerca de 48,57% da população; a população mais jovem, entre

os 0 e os 14 anos, conta com 24,19%; e a população mais velha, dos 65 anos para cima, conta com 5,32%. Podemos afirmar, portanto, que a população iraniana não é, de todo, uma população envelhecida.

No que diz respeito às habilitações literárias, cerca de 86,8% conseguem ler e escrever, sendo que 91,2% dos homens iranianos e 82,5% das mulheres iranianas sabem ler e escrever.

Os muçulmanos são o grupo étnico maioritário, com cerca de 99,4%, com uma maioria xiita, como já foi abordado em capítulos anteriores. O resto da percentagem de população é composta por judeus, cristãos e outros grupos, como árabes ao longo da fronteira com o Iraque.

c) Fator dos recursos naturais

O reino saudita ocupa o terceiro lugar em termos de riqueza no que toca a recursos naturais do mundo, avaliados em cerca de 34,4 biliões de dólares americanos, apenas batido pelos EUA, em segundo lugar, e pela Federação da Rússia, em primeiro.

O recurso que mais se destaca é, sem dúvida, o petróleo. Com a segunda maior reserva de petróleo do mundo, o reino saudita representa cerca de 17.2% das reservas globais (BP Statistical review of world energy, 2019). A produção de petróleo começou no ano de 1933, quando se descobriu petróleo pela primeira vez na região, e desde então a produção de petróleo tem sido a principal e maioritária no *income* do Estado saudita, assim como em grande generalidade dos países da região do Médio Oriente.

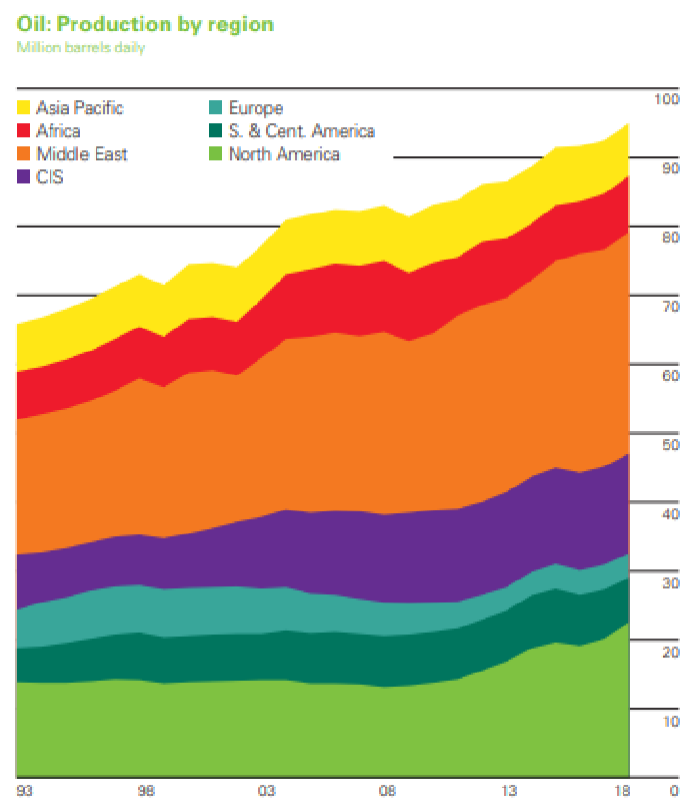
Na República do Irão, a situação é semelhante à da Arábia Saudita, isto é, a principal fonte de rendimento do Estado iraniano é a produção e exportação de hidrocarbonetos, principalmente petróleo e gás natural.

Contudo, para além destes dois recursos naturais existem outros, como carvão, cromo, cobre, minério de ferro, chumbo, manganês, zinco e ainda enxofre.

Segundo dados de 2018, em termos de produção de petróleo ou crude¹⁹, o Irão apresenta-se em sexto lugar numa lista global de produtores de petróleo, com uma produção de cerca de 4,41 milhões de barris por dia; em contrapartida, o reino saudita encontra-se na segunda posição, com uma produção de cerca de 12,28 milhões de barris por dia (BP Statistical review of world energy, 2019)

¹⁹ Crude, significa que ainda está num estado natural, cru, ou até mesmo ainda por processar.

Figura 5 - Produção de petróleo por região.

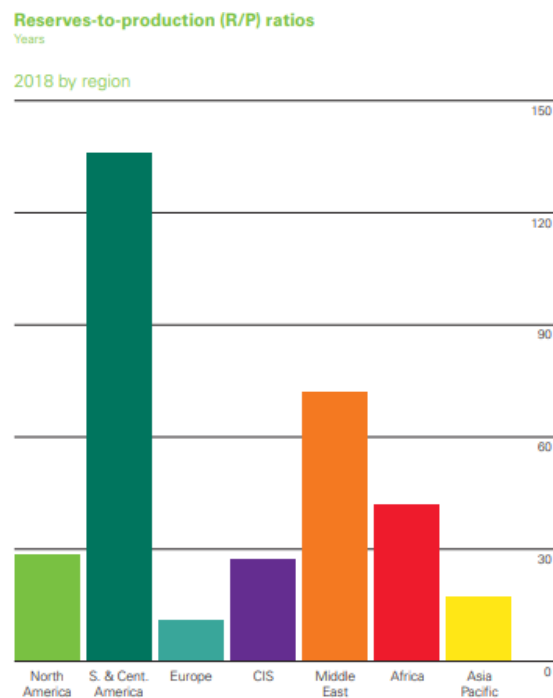


Fonte: British Petroleum. Statistical review of world energy 2019.

Na Arábia Saudita, a principal companhia a nível energético é a Saudi Aramco, que detém o acesso exclusivo da exploração e produção de gás. As principais companhias energéticas são a *Tavanir*, the *Iran Power Generation, Transmission and Distribution Management Company*, que detêm o monopólio dos recursos naturais.

Quanto ao Irão, ocupa o 4º lugar no *ranking* relativo ao *share* mundial de reservas de petróleo, representando 9.0% das reservas globais, enquanto que a Arábia Saudita ocupa o segundo lugar atrás da Venezuela com 17.2% (BP Statistical review of world energy, 2019).

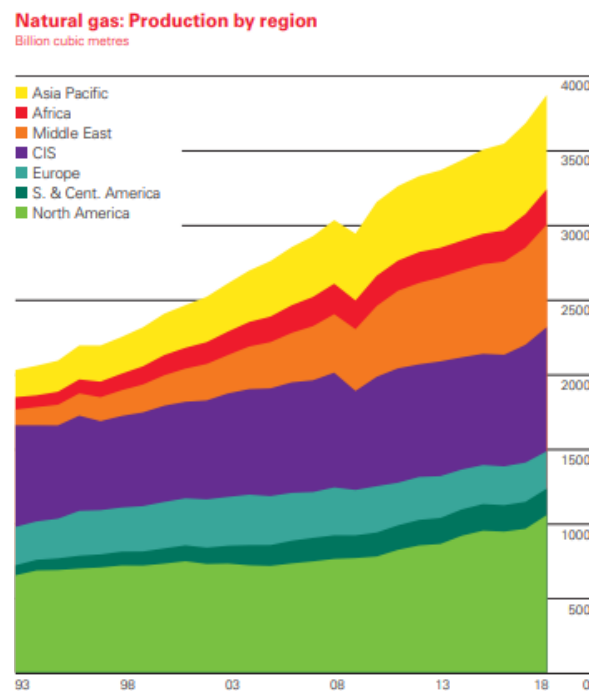
Figura 6 - Reservas de petróleo (2018) por região.



Fonte: British Petroleum. Statistical review of world energy 2019.

Apesar de ser um Estado importante no que toca à produção, exportação e consumo de petróleo, tal como a Arábia Saudita, o Irão tem muito mais importância no que diz respeito ao gás natural, porque a república iraniana tem a segunda maior reserva de gás natural do mundo, logo a seguir à Federação da Rússia (BP Statistical review of world energy, 2019).

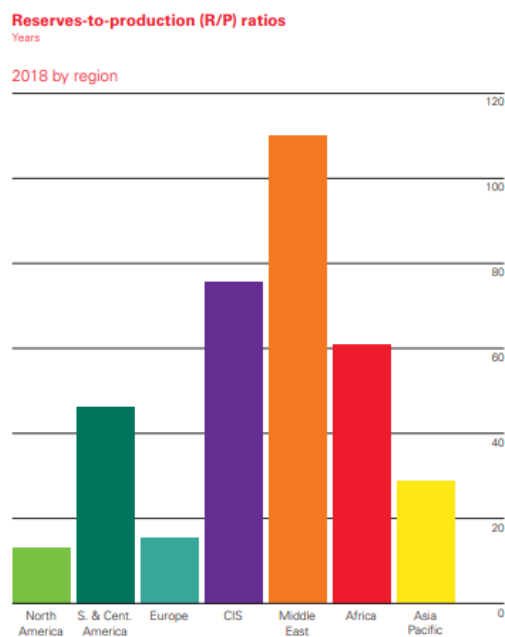
Figura 7 - Produção de gás natural por região.



Fonte: British Petroleum – Statistical review of world energy 2019.

Acredita-se que dois terços das reservas de gás natural do Irão, situadas em *offshores*, ainda não tenham sido exploradas.

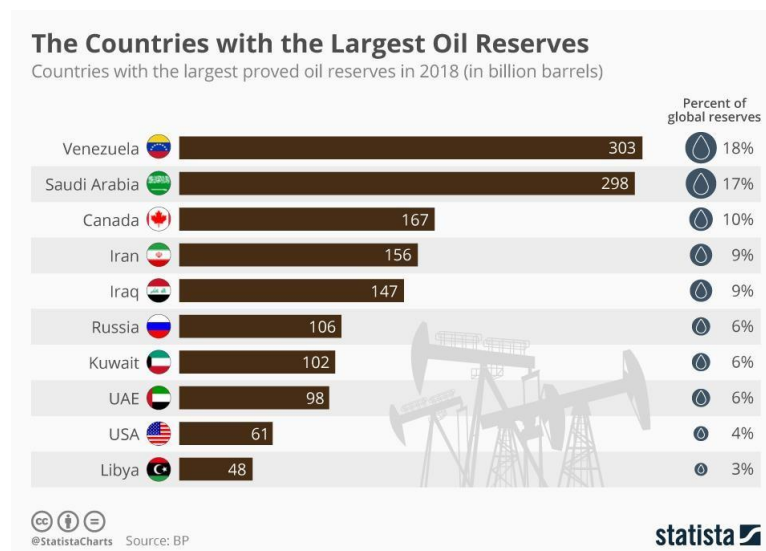
Figura 8 - Reservas de gás natural (2018) por região.



Fonte: British Petroleum – Statistical review of world energy 2019.

Os recursos energéticos representam uma manifestação do conflito, sendo estes a principal fonte económica das duas potências regionais do Médio Oriente. Uma com petróleo em abundância (Arábia Saudita) e outra o gás natural (Irão), consideradas duas *commodities* e geralmente associadas uma à outra em termos de libertação e captura.

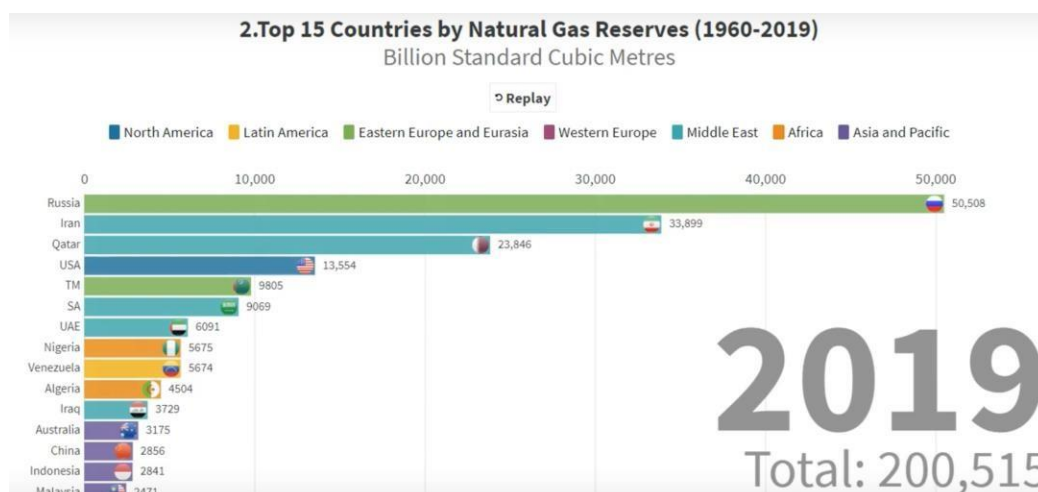
Figura 9 - Os países com as maiores reservas de petróleo do mundo, 2019.



Fonte: RICHTER, Felix. 2019. Statista.

Relativamente ao gás natural, os dois países também estão bem classificados quanto às respetivas reservas naturais, embora, neste caso, o fosso entre os dois Estados seja maior. O Irão ocupa o segundo lugar a nível mundial, atrás da Federação da Rússia, e o reino saudita ocupa o sexto lugar atrás dos EUA.

Figura 10 – Os principais 15 países detentores de reservas de gás natural, 1960-2019.



Fonte: Visual Analytics. 2019.

Por serem sobretudo dois recursos energéticos muito apetecidos e utilizados em toda a parte do globo, fazem com que as duas potências regionais ganhem influência e poder a nível internacional, pois outros Estados dependem deles para se manterem em pleno funcionamento, em particular grandes Estados, como a República Popular da China (RPC) ou a Índia.

A globalização, os excessos e aumento da utilização destes hidrocarbonetos começa, contudo, a pôr em causa e a pensar até quando durarão as reservas. Logo, o que a maioria dos Estados pensa é em salvaguardar um plano B, para que quando os recursos naturais acabarem consigam equilibrar e estar à altura, nomeadamente através das energias renováveis. Este é o caso do reino saudita e da sua *Kingdom Vision 2030*, que tem numa das suas estratégias as energias renováveis.

Mas a curto prazo não se estima que as energias convencionais se esgotem, por isso, o lucro proveniente dessa área continuará a encher os cofres dos dois Estados, e sendo rivais, muitos autores acreditam que o objetivo do Irão, com os ataques às bases petrolíferas sauditas, era danificar a economia e as receitas provenientes da venda de petróleo. Tal como acontece quando existem sanções ao Irão por parte da comunidade internacional, pois acabam por influenciar as vendas do seu petróleo e gás natural. “*The renewed sanctions under President Donald Trump are less damaging for gas than oil, but are still a problem. If condensate could not be exported and storage filled up, some gas production would have to be shut in, and replacing it would require returning some gas-burning power plants to oil. Increased domestic condensate refining capacity, including the new 350,000bl/d Persian Gulf Star refinery, has only partly alleviated this problem.*” (Mills, 2019).

Enquanto líderes regionais e detentores de duas das maiores reservas mundiais de recursos naturais, é importante perceber que existe muita disputa de influência nos mares e rotas que fazem diariamente para exportar grandes quantidades de petróleo ou gás natural, como é o caso do estreito de Ormuz.

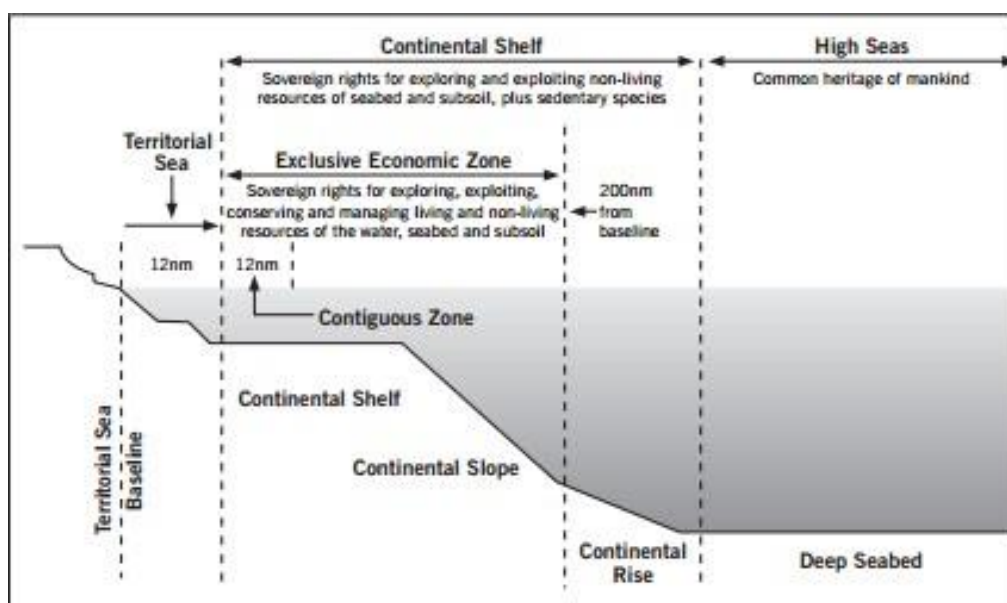
O estreito de Ormuz situa-se geograficamente entre o Irão e Omã, ligando o Golfo de Omã ao Golfo Pérsico e ao Mar Árábico, constituindo-se como um ponto geoestratégico por ser uma das principais rotas de comércio para todo o mundo, representando cerca de 30% de todos os recursos naturais comercializados em mar.

O estreito de Ormuz acaba por ser alvo de vários ataques a navios e embarcações, como meio para atingir os fins políticos, algo que foi evidente no caso dos recentes ataques a seis navios petrolíferos, em junho de 2019, com os EUA a culparem o Irão. Como o lado leste do Golfo Pérsico e do estreito de Ormuz pertence ao Irão, este tem maior vantagem estratégica para controlar, atacar ou até mesmo sabotar embarcações importantes.

E pertence ao Irão devido às Zonas Económicas Exclusivas (ZEE), um conceito criado na Convenção sobre o Direito do Mar, em 1982, impulsionado sobretudo por Estados africanos, em particular, os aqueles em desenvolvimento, que não estavam preparados para permitir uma remoção ilimitada de recursos nas suas zonas territoriais marítimas²⁰.

Uma ZEE é uma área além e adjacente ao mar territorial e pode estender-se até um máximo de 200 milhas náuticas a partir das linhas estipuladas. Dentro destas ZEE, os Estados gozam de direitos soberanos sobre todos os recursos encontrados, assim como assumem e exercem jurisdição sobre algumas atividades realizadas nessas áreas (Oliveira, 2017).

Figura 11 - Gestão de áreas marinhas, 2018.

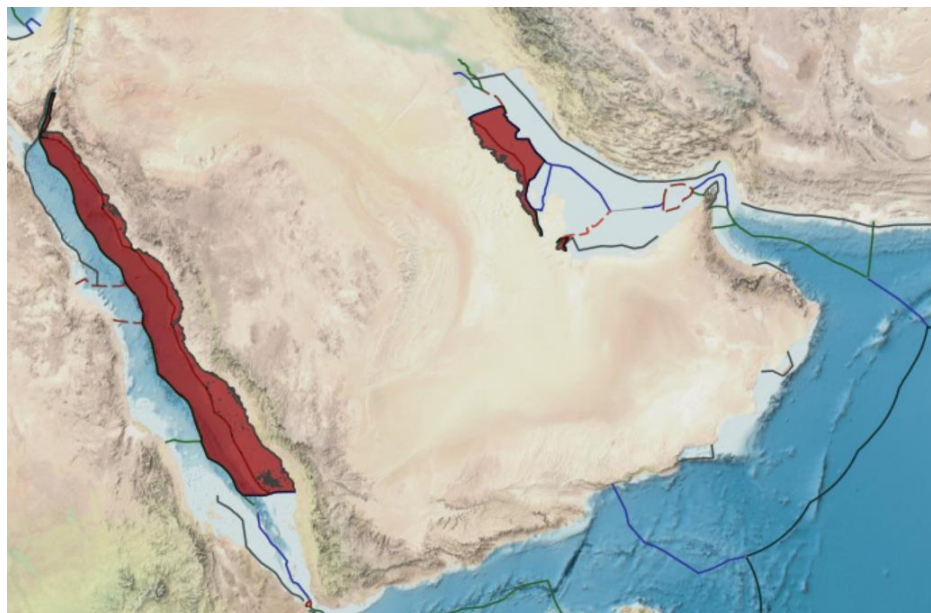


Fonte: Environment Guides. 2018.

²⁰ “The exclusive economic zone is an area beyond and adjacent to the territorial sea, subject to the specific legal regime established in this Part, under which the rights and jurisdiction of the coastal State and the rights and freedoms of other States are governed by the relevant provisions of this Convention.” United Nations Convention on the Law of the Sea, 1982, p. 43.

Na figura seguinte, podemos ver representada a vermelho, que o Reino da Arábia Saudita, tanto do lado ocidental como do lado oriente, detém ainda grandes zonas marítimas.

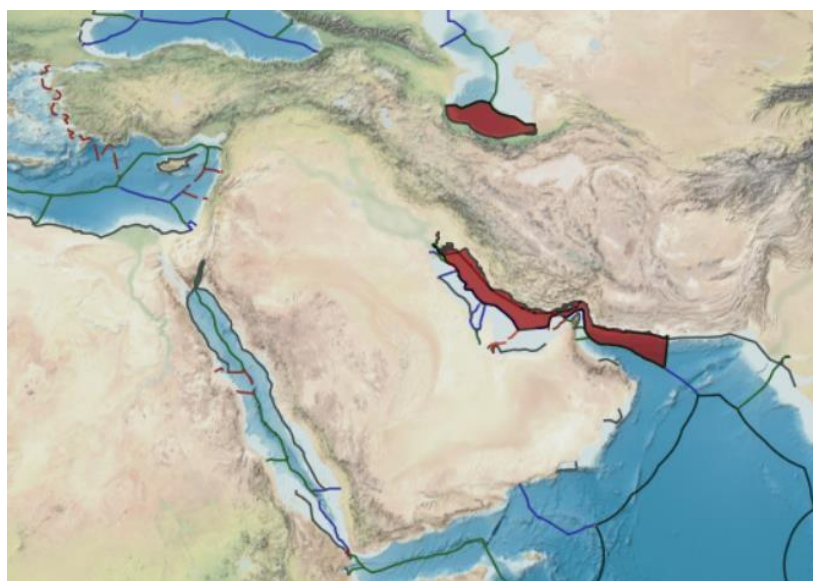
Figura 12 - Regiões marinhas da Arábia Saudita.



Fonte: Marine Regions.

Nesta figuram em contrapartida, podemos observar as zonas marítimas que correspondem ao Irão, percebendo-se como estão perto. Sendo o mar um território muito mais difícil de delimitar, ao contrário do terrestre, é fácil os dois Estados entrarem em conflitos, embora a marinha saudita não seja tão forte, como iremos constatar mais à frente, no subcapítulo fator militar.

Figura 13 - Regiões marinhas do Irão.



Fonte: Marine Regions.

d) Fator económico

Este fator é considerado dos mais importantes para qualquer Estado, em qualquer ocasião ou situação, sendo a economia uma ciência social que movimenta o mundo tal como o conhecemos.

A economia saudita é, desde há algumas décadas, impulsionada pelas grandes receitas obtidas pelos hidrocarbonetos, como temos vindo a sublinhar ao longo do presente trabalho; contudo, podemos afirmar que, ao contrário de outros países da região, o reino saudita sempre teve mais algum capital, o que permitiu fazer investimentos e dinamizar a componente económica, passando, assim, de um país subdesenvolvido para um país moderno.

Durante as décadas de 70 e 80 do século xx, desenvolveram-se planos quinquenais que permitiram desenvolver as estruturas de transportes e comunicações. Para além destas áreas, outras foram também tidas em conta, como a educação, a formação profissional e a saúde. Apesar da dependência do petróleo ser bastante produtiva e rentável para o país, a Arábia Saudita percebeu que tanto é capaz de ascender rapidamente a uma posição de poder económico, como também, com a mesma velocidade, é capaz de perder quantidade considerável de poder, sempre na base dos preços do petróleo e da lei da oferta e da procura.

Atualmente, por se perceber essa dependência clara dos hidrocarbonetos para conseguir prosperar num mundo em constante mudança e com uma consciência completamente diferente no que toca às questões ambientais e de planos a longo prazo, os responsáveis sauditas procuram criar alternativas para que o petróleo não seja a principal e única fonte de rendimento considerável do Estado saudita.

É possível afirmar que o reino saudita herdou a economia conhecida hoje como sector primário dos seus antepassados, mais propriamente das tribos árabes que habitavam a Península Arábica.

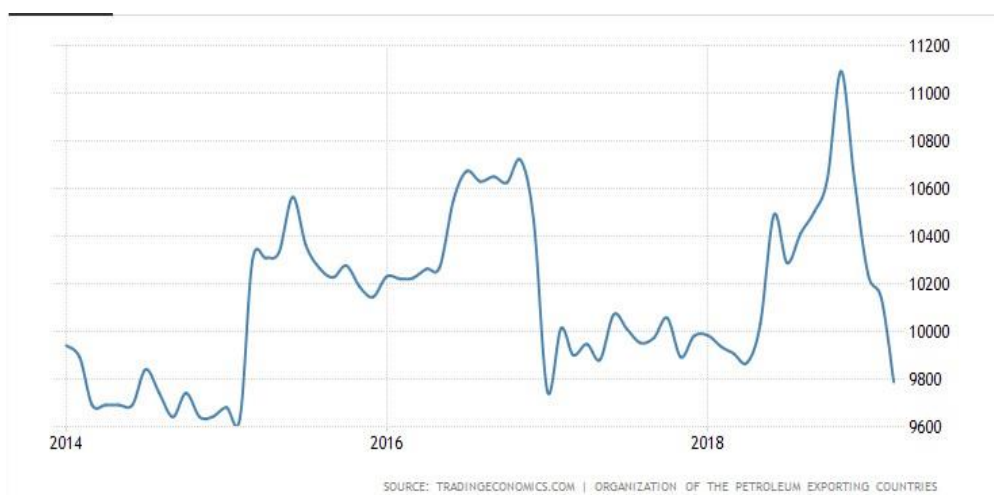
Muitas destas tribos eram consideradas nómadas, criavam camelos, uma vez que era o principal meio de transporte, assim como ovelhas e cabras. Numa primeira fase, o reino saudita criou planos de ajuda à dinamização da agricultura, principalmente através de subsídios e incentivos para quem atuasse no sector agrícola. O reino conseguiu alcançar a autossuficiência através da produção de trigo, leite, ovos, melões, tomates, batatas, pepinos ou abóboras, entre outras culturas. Tal como muitas outras heranças, esta também acabou por se perder ao longo do tempo e nos dias de hoje emprega uma pequena

quantidade de trabalhadores, também porque existem algumas restrições ao cultivo, como o mau abastecimento de água e um solo pobre, devido ao clima do Estado saudita.

Foquemo-nos então na principal fonte de rendimento económico, o petróleo – que representa cerca de 22% das reservas mundiais conhecidas –, que começou a ser explorado em 1933 e exportado em 1939. O recurso permite classificar a Arábia Saudita como o maior exportador de petróleo, desempenhando, assim, um papel de líder na Organização de Países Exportadores de Petróleo (OPEP).

A seguinte figura representa a produção de petróleo entre 2014 e 2018, sendo que os números representam milhares de barris de petróleo por dia; podemos evidenciar que a produção tem vindo a ter altos e baixos, com o ponto mais alto da história da produção de petróleo do reino saudita a ser registado em 2018m com cerca de 11,093 de barris por dia. A pior estatística registou-se em agosto de 1985, quando a produção chegou a ser apenas de 2,340 barris de petróleo por dia. Decidimos apresentar dados económicos desde 2014, uma vez que o atual presidente Hassan Rouhani subiu ao poder do estado iraniano com o objetivo de melhorar e potenciar a económica do estado (Martins, 2020).

Figura 14 - Produção de petróleo da Arábia Saudita.



Fonte: Trading Economics. 2019.

O petróleo representa cerca de 87% das receitas do orçamento e 42% do PIB, contudo, nota-se um esforço para tentar diversificar a economia e tem sido feito um apelo ao sector privado para que tal seja uma realidade. O objetivo é empregar trabalhadores nacionais e combater o desemprego, uma vez que *“a grande dependência da economia saudita do setor energético torna-a muito vulnerável a fatores externos, particularmente aos preços internacionais desta commodity”* (AICEP, 2017). A dependência de recurso

natural é tanta que existem cerca de 6 milhões de trabalhadores estrangeiros na área dos hidrocarbonetos e serviços.

Esta segunda figura representa as exportações do reino saudita que, depois de uma queda a partir do ano de 2014, tem vindo a mostrar uma tendência para crescer, alcançando mesmo os 290 508 milhões de riais sauditas. Quando falamos em produtos exportados, falamos principalmente de crude (petróleo), que representa cerca de 65% do total das exportações sauditas, 8,3% de petróleo refinado e 6,4% de polímeros de etileno. Os principais destinos destas exportações são a RPC, o Japão, a Índia e a Coreia do Sul. (The Observatory of Economic Complexity, 2019)

Figura 15 - Exportações da Arábia Saudita.



Fonte: Trading Economics. 2019.

Por outro lado, se o Estado saudita teve essa quebra depois de 2014, já as importações têm vindo a diminuir desde 2016, uma vez que, em 2018, passou-se dos 113 236 milhões de riais sauditas para os 110 449 milhões, o que demonstra também alguma preocupação com o tamanho das importações, que em anos anteriores se revelaram bastante elevados. Grande parte das importações eram de produtos ocidentais de elevado custo, para satisfazer, não necessidades primárias, mas sim luxos. Por exemplo, carros (7,6%), aviões, helicópteros (3,3%) e medicamentos 2.8%.

Figura 16 - Importações da Arábia Saudita.



Fonte: Trading Economics. 2019.

A nível de comércio internacional, os principais fornecedores da Arábia Saudita são a China, com uma quota de cerca de 14,5%, seguindo-se os EUA, Alemanha, Japão e EAU. Quanto aos grandes importadores do petróleo clientes, salientam-se RPC, EUA, Alemanha, Coreia do Sul e Japão (The Observatory of Economic Complexity, 2019).

A moeda saudita é o rial da Arábia Saudita (SAR), que está indexado ao dólar americano (USD). Ao nível do ambiente de negócios, está no 29.º lugar; no que diz respeito a competitividade, encontra-se em 2.º no *ranking* do *Global Competitiveness Index* 2016/2017; já a nível de transparência e corrupção encontra-se no 62.º lugar do *Rank Corruption Perceptions Index* 2016.

A dívida pública, em percentagem do PIB, subiu de 17,2% em 2017 para 19,1% em 2018. Apesar de alguns especialistas afirmarem que as percentagens tenderiam a subir, a verdade é que subiram, mas não tanto como perspectivado, como previa o Economist Intelligence Unit (EIU): *“prevê que as percentagens continuem a aumentar nos próximos quatro anos e que o valor percentual de 2021 possa superar 50% do PIB, representando a dívida pública 50,7% do PIB.”* (AICEP, 2017).

“My first objective is for our country to be a pioneering and successful global model of excellence, on all fronts, and i will work with you to achieve that”. (Rei Salman Bin Abdulaziz Al Saud) (Arab News, 2016).

Ao longo dos anos, o PIB tem vindo a ter a tendência para ser positivo, à exceção de 2017 e do primeiro quadrimestre do 2018. A partir daí, voltaram a ser positivos, sendo

que no último quadrimestre do ano de 2018 teve um crescimento de 2,5% e no primeiro quadrimestre de 2019 de 3,6%.²¹

O *Kingdom Vision*, ou *Saudi Vision 2030*,²² é um plano para reduzir a dependência do petróleo por parte do Estado saudita. Para além disso, o objetivo é diversificar a economia, desenvolver outros sectores, como o dos serviços públicos, por exemplo, nas áreas da saúde, educação, turismo e infraestruturas.

Em 2016, o Conselho de Ministros aprovou o programa nacional de transformação, que estabelece objetivos e metas a serem alcançadas até 2020. Esta é considerada a primeira fase de três, cada uma delas com a duração de cinco anos.

O documento divide-se em três grandes objetivos: o primeiro é uma sociedade vibrante, isto é, conseguir que três cidades sauditas sejam reconhecidas nas principais cem cidades do mundo, aumentar a capacidade de receber visitantes de 8 milhões para 30 milhões de pessoas por ano e aumentar para o dobro o número de sítios patrimoniais registados na UNESCO.

O segundo grande objetivo é alcançar uma economia próspera, que passa por baixar a taxa de desemprego de 11,6% para 7%, aumentar a participação das mulheres no mercado de trabalho de 22% para 30%, tornar o país mais competitivo a nível internacional, aumentar a contribuição do sector privado no PIB e, sobretudo, aumentar a participação de exportações não petrolíferas no PIB de 16% para 50%.

O terceiro e último objetivo é ser uma nação ambiciosa, que passa por melhorar a eficiência do Governo, aumentar a poupança das famílias e aumentar a contribuição do sector sem fins lucrativos do PIB de menos de 1% para cerca de 5%.

Para além destes três grandes objetivos, o Estado saudita também pretende melhorar em sectores específicos, como agricultura, fabrico de automóveis, educação, saúde, turismo, transportes, equipamento industrial, energias renováveis, entre outros.

Espera-se que cerca de 80 projetos se desenvolvam na Arábia Saudita até ao ano de 2030. Estes projetos terão um papel significativo no sucesso da *Saudi Vision 2030*, e na maioria serão financiados pelo Fundo de Investimento Público da Arábia Saudita.

No que concerne à componente económica da República Islâmica Iraniana, a questão de acordo nuclear do Irão e a imposição reiterada de sanções económicas por parte dos EUA ao Irão levaram a um aumento da inflação e a uma rápida depreciação da

²¹ Consultar anexo n.º 7 – Taxa de crescimento anual do PIB da Arábia Saudita.

²² O Projeto *Kingdom Vision* foi anunciado em abril de 2016 pelo príncipe e ministro da Defesa saudita, Mohammad bin Salman.

moeda iraniana, o rial iraniano. Para além disso, houve ainda uma dificuldade nos fluxos de investimento necessários ao país, a que se junta uma força contrária por parte de grupos de interesses ligados à segurança e à religião que impedem um caminho em direção a uma maior abertura económica. Tal como a Arábia Saudita, o Irão tem como objetivo o crescimento económico sustentável, que continua a ser um grande desafio devido à extrema dependência do sector petrolífero. Ao longo dos anos, o Irão deparou-se com uma baixa qualidade de vida para a população em geral, um alto índice de desemprego, falta de liberdade associada à corrupção, aspetos que levaram a inúmeros protestos ao longo do seu passado recente.

A figura seguinte representa a produção de petróleo nos últimos anos, e mostra que, depois de uma queda em 2013 e 2014, a produção voltou a ganhar tendência crescente, chegando a 3806 barris de petróleo por dia. O momento que remonta para o menor número de produção foi em 1976, quando se produziram 510 barris por dia.

Figura 17 - Produção de petróleo do Irão.



Fonte: Trading Economics. 2019.

A segunda figura representa as exportações da república iraniana nos últimos cinco anos, que chegou aos 29 064 milhões de dólares americanos em 2018, tendo descido, no mesmo ano, para os 16 353 milhões. Os principais parceiros económicos são RPC, Índia, Coreia do Sul e Japão. A nível de exportações, é principalmente o petróleo, com cerca de 72% do total das importações, 2,4% petróleo refinado, 5,1% polímeros de etileno e 2,2% minério de ferro.

Figura 18 - Exportações do Irão.



Fonte: Trading Economics. 2019.

Semelhante às exportações, as importações também decaíram a partir do ano de 2014, sendo o ponto mais baixo dos últimos cinco anos em 2016. Em 2018, as exportações atingiram o ponto alto no segundo quadrimestre do ano, com cerca de 29 336 milhões de dólares americanos e o ponto mais baixo de sempre foi datado no ano de 1999 com 3112 milhões de exportações. Os principais parceiros económicos no que toca a importações são a RPC, Coreia do Sul, Índia, Turquia e Japão. (The Observatory of Economic Complexity, 2019).

Sendo que destas importações, 5,4% dizem respeito a viaturas, 3,4% a peças de automóveis, 2,2% a milho e 1,8% a arroz.

O PIB iraniano, em 2017, atingiu os 439,51 mil milhões de dólares americanos, o ponto alto dos últimos anos. Depois de ter passado por taxas de crescimento do PIB negativas em 2015, voltou a subir vertiginosamente em 2017, alcançado os 16,8%; voltou a cair da mesma forma até atingir uma taxa de crescimento de apenas de 1,8%.²³

e) Fator sociocultural

Ao nível do índice de desenvolvimento humano, os dois Estados registam uma subida constante, sendo que, no ano de 1990, a Arábia Saudita registou um índice situado nos 0,698, e no ano de 2018, situado nos 0,857. Quanto ao Irão, registou 0,577 e, no ano de 2018, 0,797 (United Nations Development Programme, 2019).

²³ Consultar anexo n.º 8 – Taxa de crescimento do PIB da República Islâmica do Irão.

Quando abordada a área sociocultural, em particular a área da educação, os países do Médio Oriente têm uma preocupação redobrada, uma vez que, apesar do número de crianças que frequentam a escola ter aumentado consideravelmente, a qualidade continua a não ser a desejada e o acesso desigual.

O número de crianças fora da escola no Médio Oriente e Magrebe (norte de África) decaiu de cerca de 15 milhões, em 2008, para 12,3 milhões em 2015. As taxas de frequência escolar variam em toda a região. O nível das rendas escolares varia também, o que acaba por não trazer grande interesse para os visados. A tendência será para continuar, uma vez que o número de crianças forçadas a abandonar o ensino nos países em crises, como Síria e Iraque, é considerável.

Segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), cerca de 22 milhões de crianças estão fora da escola ou em risco de abandono escolar. As grandes barreiras ao acesso escolar são, em primeiro lugar, as constantes instabilidades políticas que ao longo da História demonstraram ser muito propícias na região, as crises humanitárias, também ligadas a essas instabilidades, e a discriminação de género, que continua a ser muito acentuada, embora menor. São igualmente fatores a fraca competência do ensino por parte dos responsáveis, que muitas vezes é considerado de baixa qualidade, e, claro, as baixas e precárias condições das escolas.

Muitas destas crianças acabam por cair nas mãos de organizações terroristas e por ser radicalizadas e orientadas para práticas associadas ao terrorismo, como as crianças-soldado e crianças que fazem parte de organizações como o autoproclamado Estado islâmico (EI), sendo recrutadas muito cedo.

Em concreto, a educação no reino saudita, o seu sistema educacional, tal como todos os outros, sofreu grandes alterações, quando comparado com o passado. Em 1932, data da criação do reino saudita, a educação era ministrada, numa primeira fase, a poucas pessoas, principalmente aqueles provenientes de famílias abastadas e de alto reconhecimento perante a sociedade saudita. Hoje em dia, o sistema educacional saudita é gratuito e aberto a todos os cidadãos, oferecendo aos alunos livros e serviços de saúde. Existem cerca de 50 universidades públicas e privadas e cerca de 30 mil escolas.

A educação sempre foi muito levada a sério, uma vez que, desde o surgimento do Islão, o profeta sempre enfatizou a importância da aprendizagem, tanto assim que no século VII d.C. existiram escolas, universidades e bibliotecas que eram únicas no mundo, e que representaram um momento memorável para o mundo muçulmano, ficando

conhecido como a “idade do ouro”, na qual se deram grandes contribuições nas áreas da astronomia, física, arte, filosofia e medicina. Muitos dos métodos iniciados e fundados por muçulmanos chegaram mesmo a ser lecionados nas universidades e escolas europeias.

O grande contributo para a fomentação desta área foi dado pelo fundador do reino, Abdul Azziz Ibn Saud, estabelecendo um extenso programa de implementação de escolas por todo o reino.

A fim de preparar melhor os seus cidadãos para um mundo em constante mudança, onde o tempo e o espaço são cada vez mais curtos, o reino saudita estabelece alguns objetivos na área da educação, tais como a integração social e cultural e o aumento da produtividade, vendo esta aposta na educação como uma aposta para o futuro (World Data Education, 2006).

Eliminar o analfabetismo dos adultos é de um dos objetivos, por isso a educação é iniciada no jardim de infância, seguindo-se seis anos de escola primária e três anos de ensino médio. Após estas fases, os alunos optam por frequentar uma escola secundária com vários programas, como economia, artes, ciências, ou então uma escola profissionalizante. As disciplinas são semelhantes aos padrões europeus, acrescentando o árabe e o islamismo.

Quanto ao ensino superior, o reino saudita apenas se começou a debruçar sobre o assunto na década de 70, uma vez que o Estado entrou numa nova era de rápido e crescente desenvolvimento. Esse atraso, contudo, não se faz sentir nos dias de hoje, em comparação com outros Estados árabes, em particular os EAU, que, segundo representantes das Nações Unidas, tem demonstrado estar na vanguarda do sistema educacional. Segundo o *The World University Rankings*, em 2019, a Universidade King Abdulaziz foi considerada como a melhor universidade da região do Médio Oriente (The World University Rankings, 2019).

Quanto à República Islâmica do Irão, a área da educação engloba a chamada educação K-12, isto é, a formação desde a pré-primária, como chamamos, até ao 12.º ano. Depois disso, temos a educação superior. A educação K-12 é supervisionada pelo Ministério da Educação, enquanto a educação superior pelo Ministério da Ciência e Tecnologia e ainda o Ministério da Saúde e Educação Médica (K12 Academics, 2019).

Apesar de estar situada numa região menos desenvolvida, a república iraniana detém uma taxa de gastos na educação que consegue mesmo ser superior a muitos países considerados desenvolvidos. Todos os anos, 20% dos gastos do Governo e 5% do PIB são utilizados na área da educação.

Para confirmar ainda mais esta tendência de aposta na educação por parte do Estado iraniano, no ano de 2012 foram feitas algumas reformas neste sector. Alterações como os alunos terem o mesmo professor durante os três primeiros anos da escola primária, o foco na pesquisa, na produção de conhecimento e nas questões, em vez da memorização. Neste novo sistema, o professor passou a ser considerado um facilitador ou guia, em vez de ser o único instrutor (semelhante ao esquema universitário). Para o Irão, esta reforma teria de passar por aspetos como tornar a educação mais global em termos de conhecimento, criar cidadãos que acreditem num único Deus, proporcionar um sistema educacional mais justo, aumentar a eficiência do sistema, alcançar o mais alto padrão de educação na região e ser líder nessa área.

No ensino secundário, à luz do que acontece também nos Estados europeus, os alunos terão de aprender, para além da língua persa e árabe, uma língua estrangeira, nomeadamente a partir do 7.º ano, quando poderão escolher entre o francês, alemão, espanhol, chinês ou inglês. Sendo que o inglês continua a ser a língua mais escolhida.

Segundo o *Human Development Index* da Organização das Nações Unidas (ONU), em idades superiores a 25 anos a percentagem de pessoas que detém pelo menos o ensino secundário subiu de forma constante, sendo que, no ano de 1990, a Arábia Saudita se situava nos 34,7%; já em 2018 ficou nos 72,8%. Quanto ao Irão, em 1990 estava nos 25,6% e em 2018 passou para os 69,8% (United Nations Development Programme, 2019).

f) Fator político

O reino saudita autodefine-se, segundo a embaixada do país, como um Estado soberano árabe e islâmico, ou seja, o islamismo é a sua religião e a sua constituição assenta no alcorão e na *sunnah*.²⁴

A nível político, a Arábia Saudita é considerada uma monarquia absoluta, de forma que o rei Salman Bin Abdulaziz al-Saud não é só Chefe de Estado, mas também de Governo, liderado pela família Saud, descendentes de Abdul Haziz Ibn Saud; contudo, em 2017, o rei Salman colocou o seu filho, o príncipe Mohammed bin Salman, como o seu sucessor ao trono saudita, capacitando-o para controlar altas áreas do Governo, como

²⁴ Os trilhos ou tradições do profeta Maomé, prescrevendo costumes e práticas tradicionais da comunidade islâmica.

a defesa e a economia do país. A sua presença na política fez-se sentir rapidamente, com purgas a cidadãos com altos cargos e que eram considerados corruptos. Apesar de levar a cabo inúmeras reformas consideradas conservadoras, por um outro lado, permitiu que as mulheres pudessem conduzir, naquele que foi um passo positivo para o Estado saudita.

A nível de poder executivo, existe um Conselho de Ministros, criado em 1953, que é nomeado pelo rei, sendo constituído por vários membros da família real. Este Conselho de Ministros aconselha o rei e facilita o desenvolvimento do país, e é responsável pela elaboração e supervisão da implementação das políticas internas, externas, financeiras, económicas, educacionais e defesa, bem como de outros assuntos gerais do Estado. É composto pelo primeiro-ministro, ou seja, o rei, o vice-primeiro ministro, o príncipe Salman, e ainda 21 outros ministros. As resoluções só serão vinculativas se houver maioria dos votos; em caso de empate, o primeiro-ministro desempata.

Quanto ao poder legislativo, existe outro conselho, que conta com mais de cem membros e um presidente, nomeado também pelo rei; este conselho não afeta significativamente nas decisões políticas, por isso, podemos afirmar que a população saudita tem os seus direitos políticos limitados, sendo que se trata de uma monarquia absoluta. A constituição do Estado é baseada na *Sharia*, a lei sagrada do Islão (Al-Turaiqi, 2008).

O sistema judicial saudita é baseado na lei islâmica, as decisões dos juizes não estão sujeitas a nenhuma autoridade, para além da jurisdição islâmica, contudo, o rei pode sempre intervir em qualquer processo judicial. O órgão que representa este poder judicial é o Supremo Conselho de Justiça (SCJ), composto por 12 juizes, todos nomeados pelo rei, e de acordo com algumas recomendações dos seus conselheiros. Este SCJ tem poderes para nomear, promover e transferir juizes.

O sistema judicial está organizado em quatro tribunais: o primeiro e mais comum é o tribunal da *Sharia*, onde se ouve a maioria dos casos no sistema legal; o segundo desta nomenclatura são os considerados tribunais gerais, que tratam de casos criminais, ações ilícitas, questões de direito pessoal, familiar e bens imóveis; no terceiro nível existem tribunais que tratam de disputas e reclamações civis; por último, o tribunal de recurso.

No que toca a partidos políticos, estes não existem, uma vez que não são permitidos na Arábia Saudita, embora haja ilegalmente partidos e movimentos políticos, como o partido islâmico Umma e a Associação de Direitos Civis e Políticos, ambos

constantemente hostilizados pelas autoridades, com os seus líderes privados de viajar e com outras privações de liberdades, pois são acusados de desobedecer ao rei saudita.

A família real da Arábia Saudita conta com mais de 15 mil membros, e existem visões diferentes: por um lado, aqueles mais propensos à mudança e desenvolvimento; por outro lado, aqueles que defendem a manutenção do *status quo* (Ferreira, 2018).

Quanto ao Estado iraniano, como já foi abordado anteriormente, a influência do líder Khomeini na República Islâmica Iraniana foi considerável, e essa época que acabou por deixar as marcas profundas no Estado, que evoluiu para um sistema de Governo que conjuga elementos teocráticos com elementos democráticos. (Bruno, 2008)

Ao contrário da maioria dos sistemas de Governo europeus, o sistema de Governo iraniano vai de encontro ao paradigma europeu no que toca à componente democrática, mas adiciona também, e com igual importância, a componente teocrática, isto é, a Igreja e o Estado estão sempre ligados.

Muitos estudiosos afirmam que o Estado iraniano é controlado essencialmente por grupos de clérigos religiosos e antepassados ligados à época revolucionária. A maioria dos políticos que ocupam altos cargos nas decisões do país estão diretamente ligados ao líder supremo e considerados revolucionários.

Abordando a hierarquia política e religiosa, a figura central é o líder supremo, que detém os poderes executivo, militar, judicial, constitucional e política geral do Estado; para além destes poderes, ainda nomeia altos comandantes da Guarda Revolucionária. Em comparação com o presidente iraniano, o líder supremo representa aquilo que estas duas palavras significam.

O líder supremo é eleito pela Assembleia de Especialistas, um corpo de 86 membros do clero. Esta assembleia é nomeada pelo voto popular, é encarregada pela revisão do trabalho do líder supremo e pode, em certas circunstâncias, retirar o líder do poder. Obviamente, o trabalho e credibilidade deste órgão é questionável (Kurun, 2017).

O presidente iraniano é oficialmente o topo do poder executivo, e é visto como a segunda figura principal, a seguir ao líder supremo. É eleito para mandatos de quatro anos. Ao longo dos anos, inúmeras repreensões, e até mesmo rebaixamentos, foram enviadas ao presidente, diretamente do líder supremo.

O Parlamento, ou Majlis, é composto por um corpo de 290 membros que representam todas as províncias do Irão. Está encarregado de introduzir e aprovar legislação, e os seus membros são eleitos para mandatos de quatro anos, com cinco

assentos reservados às minorias religiosas. Apesar da forte influência do clero iraniano, a sua presença no Parlamento vem diminuindo ao longo dos anos.

Um dos órgãos políticos mais importantes no Irão é o Conselho dos Guardiães, composto por 12 membros, seis dos quais teólogos nomeados pelo líder supremo e seis juristas aprovados pelo Parlamento. São encarregados pela revisão da legislação e os candidatos eleitos de acordo com a *Sharia*. É um órgão que tem vindo a estar constantemente contra os movimentos reformistas.

A fim de resolver disputas entre o Parlamento e o Conselho de Guardiães, foi criado o Conselho de Conveniência, em 1988, depois da revisão constitucional, sendo composto por um corpo de clérigos académicos e intelectuais.

Dentro do sistema judicial, temos o mais alto órgão, o Supremo Tribunal, que é composto por membros escolhidos pelo chefe judiciário eleito pelo líder supremo; serve como um tribunal de apelações.

Depois, temos o tribunal clerical, supervisionado pelo líder supremo e usado para julgar membros do clero que sejam acusados de crimes contra o regime: é fonte de muitas decisões contra clérigos que divergem face às ideias do regime.

g) Fator militar

Para além de todos os fatores do potencial estratégico, anteriormente enunciados, demonstrarem uma clara evidência de que as duas potências regionais se encontram acima das restantes dentro do Médio Oriente, e apesar de outros fatores se revelarem idênticos em certos aspetos, neste fator militar existe uma vincada discrepância. As duas potências acabam por se cruzar uma com a outra, por serem da mesma região e por serem considerados Estados rivais a nível social, histórico e religioso, como vimos em capítulos anteriores. Mais à frente, este âmbito será mais desenvolvido no subcapítulo 3.2, a propósito da “corrida aos armamentos”.

Vejamos então, em primeiro lugar, o fator militar correspondente ao reino saudita, onde a primeira discrepância é evidenciada pelo orçamento militar, que foi de 65,8 mil milhões de dólares americanos em 2018.

Na Arábia Saudita, não existe serviço militar obrigatório, mas sim voluntário e possível a partir dos 17 anos. O *manpower* saudita encontra-se nos 17,7 milhões de homens disponíveis para combater pelo seu país, contudo, em termos de militares ativos, apenas conta com 230 mil militares (Global Fire Power, 2019).

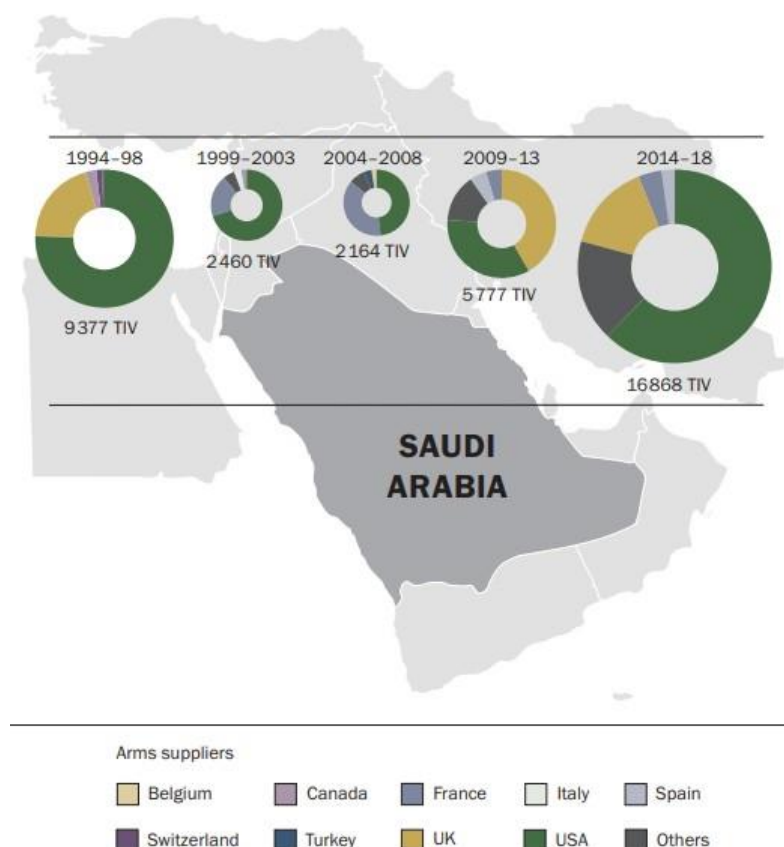
A nível de forças terrestres, o reino saudita conta com cerca de 1142 tanques de guerra, 9096 veículos blindados de guerra; a artilharia conta com 757 armas disponíveis para combate e ainda 122 armas de artilharia equipada com foguetes.

Quanto à força aérea do reino saudita, conta com 855 aeronaves, sendo 62 aeronaves de guerra, 54 consideradas de multitarefas, 168 aeronaves de ataque e a grande maioria, 341, são helicópteros.

A nível de força naval, a marinha saudita é considerada menos forte e algo desfalcada, contando apenas com 27 navios, principalmente fragatas e corvetas, que em comparação com a frota e poderio naval dos seus vizinhos, principalmente o Irão, é muito fraca, como iremos ver de seguida (Global Fire Power, 2019).

Podemos ainda referir que a rivalidade destas duas potências se nota de forma evidente pelos seus fornecedores de armamento, sendo os principais parceiros dos sauditas, neste ramo, os aliados EUA.

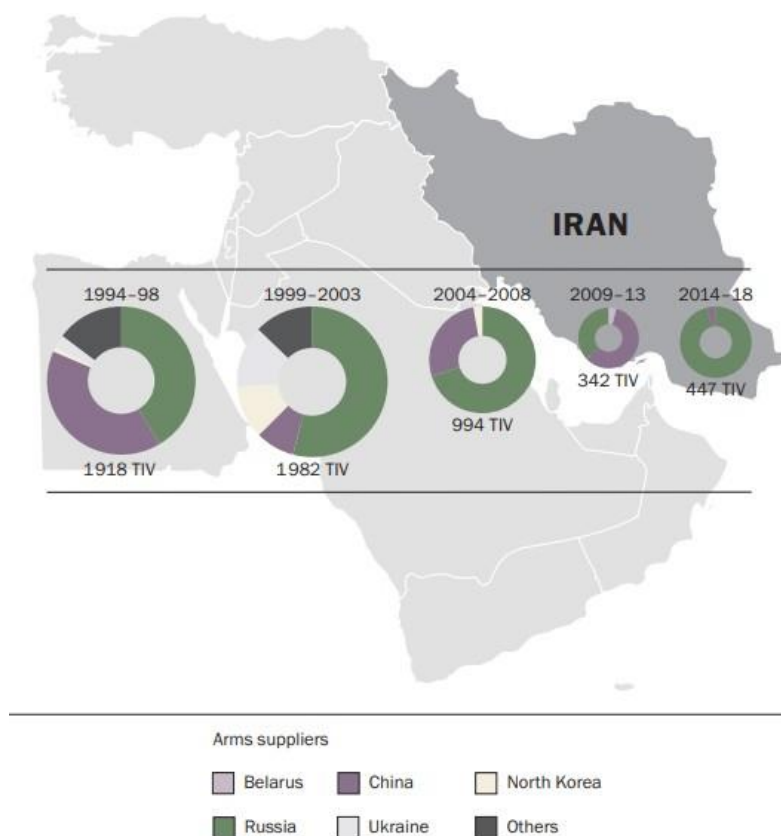
Figura 19 - Importações de armamento militar da Arábia Saudita.



Fonte: SIPRI. 2019.

Em contrapartida, o principal parceiro da República Islâmica do Irão é a Federação da Rússia, demonstrando assim, mais uma vez, o antagonismo.

Figura 20 - Importações de armamento militar do Irão.



Fonte: SIPRI. 2019.

Quanto à força militar e ao *hardpower*²⁵ da República Islâmica do Irão, parece estar em melhor posição do que o seu principal concorrente regional, apesar de ter um orçamento militar bastante mais baixo, menos de metade do orçamento militar saudita, ou seja, 14 mil milhões, que se traduzem em cerca de 2,5% do PIB (Global Fire Power, 2019).

Na república iraniana, o serviço militar é obrigatório aos 18 anos e tem a duração de 18 meses, sendo apenas obrigatório para os cidadãos do sexo masculino. O *manpower* iraniano é de aproximadamente 23,6 milhões de pessoas, no entanto, apenas 550 mil são considerados militares ativos, e em reserva estão mais cerca de 350 mil.

²⁵ Termo utilizado por Joseph Nye, em particular pela escola realista das relações internacionais, que remete para a capacidade de um Estado usar o poder coercivo, seja ele militar ou económico, a fim de influenciar a decisão de outro Estado ou organização internacional.

No que diz respeito a forças terrestres, o Estado iraniano conta com cerca de 2531 tanques de guerra, 1625 veículos blindados de guerra, a artilharia conta com 4096 armas disponíveis para combate e ainda 1438 armas de artilharia equipada com foguetes.

A força aérea conta com 850 aeronaves, sendo 130 aeronaves de guerra, 73 consideradas de multitarefas, 52 aeronaves de ataque, e, à semelhança ao Estado saudita, a maioria também são helicópteros, com 324.

A marinha iraniana, como abordamos anteriormente, tem um peso muito maior, em comparação com a marinha saudita, uma vez que conta com 406 navios, com uma nota importante, uma vez que cerca de 40 desses navios são submarinos (a nível marítimo, e numa eventual guerra naval, a marinha iraniana acabaria por estar em grande vantagem sobre a marinha saudita).

A seguinte figura representa a despesa militar do Irão, da Arábia Saudita e de outros estados da região, tais como o Catar e os EAU, desde 1994 até ao ano de 2018. E confirma a tal discrepância neste aspeto, sobretudo nos respetivos orçamentos de defesa dos Estados em análise.

A despesa saudita situa-se nos 67,6 mil milhões de dólares americanos, que coloca assim o Estado árabe como a terceira maior despesa militar do mundo; por outro lado, temos a despesa do Irão, situada nos 13,2 mil milhões de dólares em 2018.

Figura 21 - Despesa militar do Irão, Arábia Saudita, Catar e EAU.



Fonte: SIPRI. 2019.

Referir o fator militar sem abordar a questão do Programa Nuclear Iraniano seria desajustado, uma vez que quase todos os meses somos confrontados com notícias na comunicação social sobre o tema. A fim de se entender melhor a situação em que atualmente nos encontramos é necessário recorrer, mais uma vez, ao passado histórico.

Recuando no tempo, mais propriamente a 1950, foi lançado pelo Irão, em conjunto com os EUA, o chamado programa nuclear iraniano, uma vez que o Irão passou a ser signatário do Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP), que assentava na utilização da energia nuclear para fins pacíficos.

Numa primeira fase, em que o vice-presidente era Dick Cheney, a situação parecia correr bem, sendo que, inclusivamente, se iniciou o programa com o apoio norte-americano em solo iraniano. Contudo, a situação alterou-se quando se deu a mudança de administração, em que o chefe de Estado passou a ser George W. Bush, e numa altura em ocorreram os ataques do 11 de Setembro de 2001, uma data que ficou marcada por todo o mundo, mas principalmente nos americanos, provando que nenhum Estado estava totalmente seguro e em paz, uma vez que até a maior potência do mundo fora atacada na sua própria casa.

Este sentimento de fragilidade e de medo levou os EUA a abrirem uma guerra contra o terrorismo, e é nesta altura que Bush, num dos seus discursos, utiliza o conceito de **eixo do mal**, englobando a República Islâmica do Irão. Ora, essa inclusão levou, obviamente, a que os iranianos entendessem que os EUA estariam a tomar o todo pela parte.

O acordo gerou inúmeras discussões, avanços e recuos, várias sanções impostas ao Estado iraniano, várias negociações de urânio, e parecia finalmente terminar em 2015, com o presidente Barack Obama, que acabou por firmar um plano de ação conjunto com todas as partes envolvidas, em particular as grandes potências ocidentais, conseguindo que a república iraniana aceitasse e promovesse apenas a energia nuclear para fins pacíficos, permitindo visitas periódicas ao seu território, a fim de se confirmar essa mesma utilização (Jornal da USP, 2019).

Os termos do “acordo nuclear” P5+1, ou seja, os membros do Conselho de Segurança da ONU mais a Alemanha, obrigavam o Irão a suspender o enriquecimento de urânio superior ao nível de 3,67% por 15 anos, o que significava uma redução da capacidade de enriquecer para apenas um terço daquilo que detinham. Ficou também acordado que o Irão não poderia armazenar mais de 300 quilos de urânio. Acordou-se

igualmente a realização de inspeções extensivas pela Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), em troca do levantamento das sanções em 2016 (Roberto, 2015).

Houve inclusive pressões por parte de Israel e da Arábia Saudita aos EUA, no sentido de haver reposição das sanções ao Irão, ganhando assim poder e margem de manobra na região do Médio Oriente. Seguiu-se, em 2018, a saída unilateral dos EUA do acordo nuclear e a reposição das sanções que estiveram na base do acordo (Fonseca, 2018).

Com a mudança de direção norte-americana, voltou a mudar o jogo político, e com Donald Trump no poder da maior potência mundial, o que hoje está firmado amanhã poderá estar acabado, e assim foi. Trump decidiu sair do acordo criado em 2015 e, como se não bastasse, decidiu impor novas sanções, principalmente económicas, afirmando que o Irão não estava a cumprir com o que estava estipulado.

Obviamente, o Irão ripostou, afirmando que deixaria de cumprir algumas exigências anteriormente previstas no acordo, criando-se um ambiente tenso e cada vez mais coercivo entre as partes envolvidas. Houve de imediato uma pressão feita pelos EUA na região, em conjunto com outras potências, como a RPC, a Federação da Rússia, Israel e Arábia Saudita, que apoiam a posição norte-americana, e em particular destes últimos dois países, por serem da região e estarem preocupados com um Irão detentor de energia nuclear que possa ir contra aquilo que foi previsto no TNP.

Mais tarde, os EUA e Donald Trump estariam novamente dispostos a negociar, contudo, é possível dizer que a negociação ficou cada vez mais difícil quando houve uma grande lista de exigências norte-americanas, como, a cessação de enriquecimento de urânio, o fim da proliferação de mísseis balísticos, a libertação de dois nacionais que estão presos no Irão e ainda o corte do apoio aos grupos por procuração, algo que acaba por ser muito frequente no Médio Oriente (Vakil, 2019).

Apesar de haver alguma concordância com as exigências impostas pelos EUA, a forma como estes acabam por bombardear constantemente o Irão, partilhando as imagens inúmeras vezes publicamente, acaba por não ser a melhor estratégia para fazer o Estado iraniano colaborar, uma vez que os EUA acabaram por impor sanções de crescimento económico, acabando, assim, por causar dor na população iraniana, não ficando bem vistos junto da população.

Houve uma clara má interpretação da política e maneira de estar dos iranianos por parte dos EUA, que acreditaram que o Irão acabaria por ceder, mas o que aconteceu foi o

contrário, pelo que será sensato que, na próxima negociação, os EUA tenham em conta políticas com incentivos, e não apenas exigências.

2.2 ESTRATÉGIA DO IRÃO

Da análise do desenrolar histórico da revolução iraniana de 1979, constatamos a existência de traços republicanos e islâmicos, de animosidades contra o ocidente, em particular os EUA, e a existência de conflitos e tensões, nomeadamente com a questão do armamento nuclear. Tais factos acabaram por complicar as relações externas do Irão com outros Estados, sobretudo Estado vizinhos. Acresce que contribuíram para aumentar o número de grupos não estatais extremistas de pendor sunita e de clara campanha anti-xiita. Esta campanha externa do Irão, sobretudo ligada ao terrorismo e ao extremismo, repercutiu-se numa imagem negativa para com os Estados externos à região e em consequência afetou a reputação do país a nível regional e global.

Um dos interesses nacionais do Irão, a nível externo, é ser reconhecido como uma grande potência regional. O Irão enfatiza a sua histórica independência e a raiz nos primórdios da civilização. Afirmam ter o direito de serem reconhecidos como uma grande potência no Médio Oriente, em particular pelos países daquela região. Alegam que a sua história deve ser equiparada à dos grandes Estados do Golfo Pérsico, como Arábia Saudita, Kuwait, EAU, Catar, Bahrein e Omã (Congressional Research Service, 2019).

Segundo o *Congressional Research Service* (CRS), o Irão acaba por atuar de forma semelhante à das dinastias anteriores. Além disso, parece que tem havido uma constante prioridade aos assuntos regionais, em detrimento dos assuntos domésticos, o que levou mesmo alguns manifestantes, em 2017, a afirmar que o Estado estaria mais preocupado com os assuntos regionais, em vez de melhorar as condições de vida da sofrida população nacional, dadas as sanções a que o Irão esteve sujeito, devido ao acordo nuclear, acabou por sofrer.

Não obstante, o regime ainda não alterou o seu *modus operandi* e continua a dar ênfase às questões regionais, a fim melhorar a imagem internacional, algo que os líderes nacionais acreditam ser uma boa estratégia, com a constante reprovação dos Estados Unidos da América (Congressional Research Service, 2019).

A nível estratégico, o Irão recorre muitas vezes à influência e suporte de regimes, grupos e até mesmo grupos extremistas aliados para conseguir gerar influência e poder na região, conseguindo instrumentalizar isso a seu favor.

Um exemplo é o Hezbollah, no Líbano, bem como as fações xiitas iraquianas, grupos e milícias xiitas armados em alguns Estados vizinhos. No caso do Líbano, até conseguiu que houvesse uma legitimidade política e assentos no Parlamento e nos gabinetes nacionais.

A título de exemplo da pretensão do Irão em criar laços e influência na região, temos a visita do Presidente Hassan Rouhani com o Chefe de estado maior das forças armadas do Paquistão, Qamar Javed Bajwa no dia 19 de Novembro de 2019, onde o presidente realçou que as relações entre Teerão e Islamabad devem-se desenvolver mais do que o atual estado, dando como o exemplo o Afeganistão e a importância da cooperação de todos os grupos para poderem determinar o futuro do país, sem interferência de poderes externos. *“We all know that the solution is the cooperation of all groups and different ethnic groups in determining the future of the country, and it is the people of Afghanistan who can decide without the interference of foreign powers”*. (Ministry of Foreign Affairs, 2019).

Numa conferência de imprensa, no dia 15 de outubro de 2019, o Presidente Hassan Rouhani salientou a importância dos assuntos que dizem respeito ao nível regional e internacional. Falou inicialmente sobre o facto de o Irão ter conseguido dar a volta às adversidades, como a inflação ou os ataques por parte dos EUA com uma intenção imperialista na região do Médio Oriente, *“Today, we can strongly announce that the plots of the United States, the Global Imperialism, Zionism and regional reactionaries to harm the Islamic Republic have ended and they all admit that we have handled the situation.”* (Página oficial do Presidente do Irão, 2019).

Salientou ainda as boas relações com estados externos à região, mas estados considerados importantes e influentes no sistema internacional, como a RPC ou a Federação Russa, *“Relations of the Islamic Republic of Iran with Russia and China are good and they have made a lot of efforts, but unfortunately, the three European countries did not live up to their commitments and did not do what they were required to”* (Página oficial do Presidente do Irão, 2019).

Referiu a importância de resolver problemas regionais, sobretudo com a Arábia Saudita e de focos de tensão e conflito que advém desses problemas como o Iémen. *“What is important for us, and Mr Imran Khan himself seemed to have sought to resolve regional issues, including Iran-Saudi Arabia relations and the Yemeni issue, which are important”*. Referiu que o Irão nunca quis ter problemas com os seus vizinhos, *“We have no problem*

with the resolution of regional problems with regional countries, including Saudi Arabia, through dialogue” (Ministry of Foreign Affairs, 2019).

Segundo estudos provenientes dos EUA, em particular vindos do departamento de Estado, há uma caracterização clara do Irão como o Estado mais ativo ou principal em termos de terrorismo, como patrocinador deste, através do fornecimento de armas, treino e conselheiros militares em apoio a certos governos ou movimentos aliados, sendo alguns destes considerados organizações terroristas estrangeiras.

O Irão apoia o presidente Bashar Al-Assad, da Síria, o Hezbollah, no Líbano, e o Hamas, entre outros grupos militantes palestinos, rebeldes Houthis no Iémen, milícias xiitas no Iraque e grupos violentos clandestinos no Bahrain. Quando confrontado com o apoio a estes grupos e a certas entidades de Estados aliados, o Irão refere que o apoio que dá deve-se a causas humanitárias, à proteção de grupos religiosos xiitas ou de santuários. Contudo, grande parte do armamento que fornece é armamento especializado e com grande capacidade de destruição.

Relativamente a grupos extremistas, o Irão apenas se mostra contra pelo facto de serem de cariz religioso de pendor sunita, como o caso da Al-Qaeda e o autoproclamado Estado Islâmico. Em sentido contrário, no caso da guerra da Síria, algumas alegações foram feitas por parte do secretário de Estado norte-americano Michael Richard Pompeo, ligando o Irão à Al-Qaeda, afirmando que o Irão tinha permitido o trânsito de elementos da organização no seu território, acabando por caracterizar esta ligação como um casamento por conveniência.

Para além disso, o Irão tem outras estratégias, como o financiamento e pagamento em troca de influência e de manutenção do *status* de aliado, inclusive nos casos do Iraque e Afeganistão, onde foram feitos vários pagamentos diretos aos líderes dos Estados, a fim de manter esse mesmo apoio. O Irão também implementa programas de treino e educação para jovens muçulmanos fora do seu país que queiram estudar no território iraniano.

Existe uma clara hostilidade face à Arábia Saudita, e tal é evidenciado nos discursos oficiais, como foi o caso do discurso do presidente do Irão, Hassan Rouhani, no dia 24 de novembro de 2018, no 32.º Congresso Internacional da União, em Teerão. O presidente mencionou, entre outros assuntos, o acordo militar feito entre os sauditas e os EUA, afirmando que os sauditas se estariam a rebaixar perante a pressão norte-americana e que eram humilhados pela superpotência, uma vez que, a 27 de setembro, o presidente Donald Trump dissera: “*Without US protection, Saudi Arabia would not last two weeks.*”

Rouhani disse ainda, no mesmo congresso, que o Irão estaria preparado para defender o Reino da Arábia Saudita, mas que este preferia dar dinheiro a atores externos do que aos estados vizinhos, “*Iran is prepared to defend Saudi Arabia [as well] from terrorism and superpowers*” (al-Awwal, 2018).

A nível militar, a estratégia do Irão contempla a possibilidade de ter armas nucleares e certos mísseis com alcance de longa distância, algo que já vem antes do acordo nuclear P5+1, e que agora, com a crescente tensão e instabilidade vivida no sistema internacional, sobretudo com uma administração tão agressiva e *sui generis* como a de Donald Trump, poderá voltar a ser uma das principais estratégias do Estado iraniano. Uma vez falhado de forma definitiva o acordo nuclear, poderá não haver volta regresso à paz, sendo que existe uma ideia muito vincada de que na região do Médio Oriente, Israel detém poder nuclear e a Arábia Saudita tem uma forte componente militar e é bem protegida pelos EUA, pelo que o Irão terá de se preparar para se conseguir defender de possíveis ataques.

2.3 ESTRATÉGIA DA ARÁBIA SAUDITA

No que respeita à Arábia Saudita, os seus grandes interesses a nível internacional são: manter a segurança e a sua posição de liderança na península arábica, defender os interesses e valores do mundo árabe e do Islão em geral, promover a solidariedade entre os Estados islâmicos e manter relações de cooperação com outros países produtores e consumidores de petróleo a nível global (Global Security, s.d.).

Estes têm sido os objetivos do reino saudita nas últimas décadas, contudo, no que toca à componente dos hidrocarbonetos, recentemente sofreu alterações em termos de objetivos e visões, como iremos ver num subcapítulo do Capítulo 3.

Segundo Ali al-Shihabi, com a subida ao poder por parte do príncipe Mohammed Bin Salman, a estratégia da política externa do reino saudita sofreu alterações e, desde 2015, essa política assenta nestes seguintes pilares: fortalecimento das forças militares, reavaliação das alianças e enfrentar o expansionismo iraniano (al-Shihabi, 2017).

Com a tomada de posse de Donald Trump na liderança dos EUA, e a decisão de diminuir o apoio a Estados do Médio Oriente, a Arábia Saudita decidiu reduzir significativamente a excessiva dependência dos EUA em termos militares, optando por fazer uma corrida aos armamentos, como também irá ser analisado mais à frente. Essa

corrida teve como objetivo ser capaz de enfrentar ameaças externas, sobretudo iranianas e jihadistas²⁶.

Quanto à avaliação das suas relações bilaterais e multilaterais, o reino saudita privilegia as relações ligadas ao GCC, a sua principal ligação a nível regional, uma organização ligada a assuntos de segurança e economia. Como esta organização é composta por Estados do Golfo, as relações positivas, cooperantes e produtivas com alguns dos Estados-membros como os EAU, ajudam não só a nível estatal, como a nível da própria organização.

A organização também serve para dar resposta aos interesses e objetivos dos seus membros, e um exemplo disso foi o boicote ao Catar, acabando com o financiamento por parte deste país à Irmandade muçulmana²⁷, com as questões de dissidência política e com campanhas subversivas dos média contra os Estados vizinhos, incluindo membros da organização. É, portanto, uma aliança fulcral para o Reino, por ser considerado um líder e recorrer-se da mesma em seu benefício, pelo que é de claro interesse que a Arábia Saudita estreite, promova e defenda esta organização.

Fora do âmbito de organizações, o Reino decidiu procurar reequilibrar relacionamentos antigos e mais conturbados, como são os casos do Egito e do Líbano, uma vez que a diplomacia com estes Estados se baseava na diplomacia de cheques. E fez com que o Egito visse a Arábia Saudita como um Estado rico, por isso os apoios que provinham do mesmo eram subvalorizados e a retribuição política para o reino saudita era vista com desprezo e com tentativas de demonstrar independência face ao apoio saudita. Algumas decisões políticas egípcias custaram inclusive alguns cortes de apoio saudita ao Egito, como o caso da suspensão de fornecimento de elevadas quantias de derivados de petróleo refinado por mês no final do ano de 2016 (al-Shihabi, 2017).

Quanto ao Líbano, as relações sauditas também se baseiam em apoios, sobretudo a nível monetário, com objetivo de apoiar e fortalecer as forças armadas libanesas; contudo, houve várias contestações por parte da população saudita, por apoiar um Estado que estaria fortemente repleto de militantes do Hezbollah, um grupo inimigo.

Claro que os objetivos, interesses e estratégias da Arábia Saudita não poderiam deixar passar a rivalidade com o Irão, (existindo, neste aspeto, reciprocidade entre os dois Estados). Na última década, a Arábia Saudita quis passar de política externa reativa para proativa, no que toca a assuntos relacionados com o Irão. E aí vemos a quantidade de

²⁶ Fundamentalismo islâmico e que representa a guerra santa, limpeza dos infiéis ou inimigos do Islão.

²⁷ Organização radical islâmica transnacional que rejeita qualquer tipo de influência ocidental.

disputas, guerras por procuração e outras evidências que demonstram a rivalidade e a tensão entre os referidos Estados.

No dia 5 de maio de 2015, numa conferência com o secretário de estado dos EUA John Kerry, em Riade, o Ministro das Relações Exteriores da Arábia Saudita, Saud Al-Faisal, afirmou quais os pontos importantes para a política externa saudita: *“Overall, the talks were fruitful, constructive, in-depth and transparent, as always the case of our meetings. We examined a wide range of bilateral relations issues, in addition to discussing the regional and international issues of mutual interest. The meetings explored the development in Yemen, Syria, Libya and the existing counterterrorism international coalition efforts, in addition to developments of talks on Iranian nuclear program, the Middle East peace process, and other issues”* (Saudi Embassy, 2015).

Esta constante e vincada rivalidade entre as duas potências é notória, até mesmo nos discursos oficiais. De um lado, tivemos oportunidade de constatar o discurso do presidente iraniano Rouhani; do outro, o rei Salman, no dia 19 de novembro de 2018, disse que a comunidade internacional terá de trabalhar em conjunto para conseguir acabar com as intenções nucleares iranianas: *“The international community has to work to put an end to the Iranian nuclear program and stop its activities that threaten security and stability”* (Kalin, 2018).

Apesar de haver uma clara tensão entre os dois estados, muitas vezes nos discursos oficiais e entrevistas dadas pelos líderes das duas potências regionais, salienta-se a ideia de que nenhum quer entrar em guerra e que estão dispostos a dialogar a fim de resolver o conflito, *“I want to avoid war”* disse o Príncipe Mohammed Bin Salman numa entrevista com o secretário de estado norte americano Mike Pompeo. Assim como da parte do Irão o representante do parlamento iraniano Ali Larijani afirmou, *“Iran is open to starting a dialogue with Saudi Arabia and other countries in the region,”* e ainda, que um diálogo entre os dois estados rivais poderia ajudar a resolver os problemas, *“An Iranian-Saudi dialogue, could solve many of the region’s security and political problems”* (Fassihi & Hubbard, 2019).

3. MANIFESTAÇÕES DO CONFLITO ARÁBIA SAUDITA-IRÃO

Neste terceiro e último capítulo, iremos analisar algumas manifestações do conflito entre os dois Estados. Começamos, no subcapítulo 3.1, com o antagonismo visível nos discursos de representantes e líderes das duas potências regionais.

No subcapítulo 3.2, abordaremos também a questão da corrida aos armamentos, a forma como os dois Estados se posicionam em termos de gastos militares, a sua caracterização em termos de poder militar e quem é que parte de melhor posição em caso de conflito armado direto.

Outra manifestação do conflito que é importante salientar, e à qual vimos fazendo referência ao longo do trabalho, é a instrumentalização da religião, que será o tema do subcapítulo 3.3, em particular das correntes sunita e xiita do mundo muçulmano. Como é que esta questão da sectarização se traduz numa manifestação do conflito, abordando aqui as questões das minorias e das diásporas.

Serão também analisadas as várias guerras por procuração, ou *proxy wars*, entre os dois Estados, em que existe um conflito armado, mas não direto, e nos quais estes financiam e potenciam grupos ou Estados que lhes são afetos, de forma a conseguirem os resultados geopolíticos desejados.

Vamos ainda analisar as áreas de disputa de influência, em particular na região do Médio Oriente, e o modo como os dois Estados lidam com constantes disputas de áreas para conseguirem obter mais influência e protagonismo, enquanto líderes da região e representantes do mundo muçulmano.

E finalmente, outras conexões geopolíticas, ligadas a atores e intervenientes externos, como os EUA, a Federação da Rússia ou até mesmo a RPC, que desempenham cada vez mais um papel importante na região.

3.1. O CONFLITO NOS DISCURSOS

Ao longo do tempo, os discursos inflamados e acusatórios por parte dos dirigentes e líderes das duas potências têm vindo a ser uma constante, tanto de um lado como do outro. Esta capítulo tem com objeto demonstrar que o conflito também está presente nos discursos, nas entrevistas ou nas declarações.

Por vezes de uma forma mais indireta, outras vezes mais direta, confirmando, assim, o dissenso nos discursos como uma manifestação do conflito.

Apesar de, na maioria das vezes, os discursos apelarem de certa forma à rivalidade, conflito e antagonismo, em alguns momentos existem evidências nos discursos que indicam uma aparente tentativa de conciliação entre os dois Estados. Apesar de, nestas ocasiões, os líderes afirmarem que querem caminhar para a paz e manter boas relações, afirmam sempre que para isso é necessário que o outro ceda em qualquer

parâmetro. Exemplo disso é o discurso feito pelo presidente iraniano Hassan Rouhani, no dia 10 de dezembro de 2017 (Aljazeera, 2017), em que afirmou que os dois países poderiam ter boas relações se o reino saudita terminasse a sua “amizade” com Israel e com os bombardeamentos no Iémen contra os Houthis, apoiados pelo Irão. *“If Saudi Arabia, our neighbouring country, stops bombing Yemen from tomorrow and stand up against Israel and relies on its own people, we do not see any barriers in front of improving our relations with them”* (Aljazeera, 2017).

No mesmo ano, uns meses antes, a 7 de maio, vários discursos evidenciaram, e bem, este conflito. Após a ameaça de guerra feita pelo príncipe saudita ao Irão, o ministro da Defesa iraniano, Hossein Dehghan, reagiu e respondeu na mesma moeda, ameaçando destruir o reino saudita, deixando apenas os locais sagrados simbólicos da religião. *“If the Saudis do anything ignorant, we will leave no area untouched except Mecca and Medina”*; afirmou ainda que o Irão não se sentia intimidado pela força aérea saudita: *“They think they can do something because they have an air force”* (Independent, 2017).

Aquando do assassinato do jornalista saudita Jamal Kashoggi, a 2 de outubro de 2018, o rei saudita Salman, numa das suas declarações anuais, para além de abordar este tema, falou do rival Irão, deixando bem claro que condena as ações do rival, afirmando que este Estado viola um princípio fundamental das relações internacionais, que é o da não ingerência nos assuntos internos dos outros Estados, uma vez que os Estados são independentes e soberanos. *“The Iranian regime has always intervened in the internal affairs of other countries, sponsored terrorism, created chaos and devastation in many countries in the region”* (Kalin, 2018).

Além desta declaração, fez ainda referência às violações do acordo nuclear assinado pelo Irão, referindo que as mesmas ameaçam a segurança e a estabilidade da região: *“The international community has to work to put an end to the Iranian nuclear program and stop its activities that threaten security and stability”* (Kalin, 2018). Como podemos confirmar, existe sempre um ataque e incriminação de um face ao outro pelos acontecimentos que se desenrolam no âmbito regional.

Mais recentemente, com os ataques feitos às instalações petrolíferas da companhia saudita Saudi Aramco, os discursos em torno dos ataques voltaram a apelar a uma maior animosidade e propensão para um conflito direto.

Para além de envolver a Arábia Saudita, o Irão menciona também o seu aliado, os EUA, descredibilizando a política externa da potência mundial relativamente às

negociações na região e maneira como é praticada pelos dois países, com o objetivo de atingir o Irão. O líder supremo do Irão, Ali Khamenei, um dos homens mais poderosos do mundo, segundo a revista *Forbes*, disse, a 17 de setembro de 2019: *“When America offers to negotiate, it does not mean finding a just solution; what it means is ‘Let’s negotiate so you accept whatever I say’...In the course of the past forty years, [Americans] have failed to master Iran [despite] using all sorts of artifices; instead, their policies, one after another, have been mastered by the Islamic Republic’s policies, and thereafter, by God’s strength and power, they themselves will be mastered by the Islamic Republic”* (Khalajji, 2019).

De acordo com um porta-voz do líder supremo, Sadollah Zarei, que pertence ao jornal *Kayhan*, houve uma clara ameaça ao nível de bases petrolíferas, portos e pontos ligados aos recursos energéticos, contudo, a força do Irão, em caso de ataque, será máxima, com o objetivo de derrubar o atual regime saudita. *“If Iran attacks Saudi Arabia, all Saudi ports, oil wells, and energy resources will be targeted, and the objective will be toppling the Saudi regime, not just partially suspending Riyadh’s oil exports.”* (Khalaji, 2019).

O mesmo porta-voz afirmou no dia 21 de março, que o reino saudita era um governo corrupto, injusto e o pior da região: *“Saudi Arabia is the region’s worst government: despotic, unjust, corrupt, and a puppet...Western governments announce that they will provide nuclear facilities and missile production bases to this government because they know it is dependent on them... We do not mind them building such things because in the near future, by God’s grace, they will be taken over by Islamic warriors.”* (Khalajji, 2019).

Em contrapartida, existe uma clara posição contra o Irão, sobretudo em momentos de tensão e de conflito, como os ataques às bases petrolíferas em 2019, e numa assembleia geral das Nações Unidas, em setembro do mesmo ano, o ministro das relações externas, Adel al-Jubeir, afirmou que o Irão era o responsável, uma vez que as armas utilizadas eram iranianas: *“We believe that Iran was responsible because these were Iranian weapons”*. Afirmou ainda que se espera que a Arábia Saudita evite a guerra a todo o custo, contudo isso não vai acontecer com o Irão a lançar ofensivas como esta, *“But we’re not going to sit there with our hands tied while the Iranians continue to attack us”* (Batrawy, 2019).

Estes discursos inflamados, ameaças e promessas de ataques promovem, em grande escala, a chamada corrida aos armamentos, isto é, um aumento da capacidade militar e do seu armamento, para que, caso o conflito chegue a “vias de facto”, cada Estado consiga corresponder e sair vitorioso.

3.2. CORRIDA AOS ARMAMENTOS

O presente subcapítulo tem como objetivo complementar o subcapítulo 2.1, contudo, o fator militar é agora tratado numa ótica de “corrida aos armamentos”, sempre numa lógica competitiva de um Estado contra o outro.

A corrida aos armamentos é um tema que acompanha a história das relações internacionais, pois o aumento do poder coercivo e militar, de uma maneira muito realista, representa poder, influência e respeito dos outros Estados, sendo que um Estado bem armado garante a segurança interna e serve também de dissuasão para qualquer Estado que pense em atacar.

E a corrida aos armamentos é uma realidade que, no Médio Oriente, sobretudo para as duas potências regionais do nosso estudo de caso, é ainda mais efetiva. Temos vindo a observar, nos últimos anos, um aumento significativo do reforço militar dos dois Estados, em particular desde a chegada de Donald Trump ao poder, nos EUA, com o acordo de venda de armas celebrado entre o reino saudita e os EUA no valor de 110 mil milhões de dólares americanos, no ano de 2017.

Figura 22 - Despesa militar por país, a preços constantes (2017) em dólares americanos, 1988-2018.

Military expenditure by country, in constant (2017) US\$ m., 1988-2018 SIPRI 2019													
Country	Notes	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2018 Current
Middle East													
Bahrain	94	869	973	971	1195	1331	1468	1566	1503	1526	1533	1357	1397
Egypt	95	3307	3210	3209	3117	3033	3008	3281	3479	3277	2766	2564	3110
Iran	96	13341	13959	14204	12809	13497	10661	10574	11123	12604	13931	12612	13194
Iraq	97	4122	3929	4427	4771	4338	7999	6963	9536	5971	7416	6200	6318
Israel	98	15892	16665	16062	16625	16778	17213	18119	18174	15740	15582	15690	15947
Jordan		1686	1962	1859	1827	1614	1511	1574	1656	1827	1940	1874	1958
Kuwait	99	5344	5195	5100	5827	6306	5966	5955	5998	6559	6765	7211	7296
Lebanon		1446	1743	1863	1821	1846	1940	2234	2289	2686	2441	2606	2776
Oman	100	4157	3908	4126	5402	9706	9103	8443	7739	8063	6803	6611	6710
Qatar		2492	2203	2174	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Saudi Arabia	101	49921	51303	53396	54122	61251	70194	82732	88233	63141	70400	65843	67555
Syria		...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Turkey		12482	13357	13087	13214	13504	13838	13917	14355	16630	17824	22088	18967
UAE	102	13467	15856	19885	21600	21282	26070	24601	...	...	...	...	...
Yemen	103	2507	2868	2847	2581	2365	2176	2093	...	...	...	...	...
Yemen, North		xxx	xxx	xxx	xxx	xxx	xxx	xxx	xxx	xxx	xxx	xxx	xxx

Fonte: SIPRI. 2019.

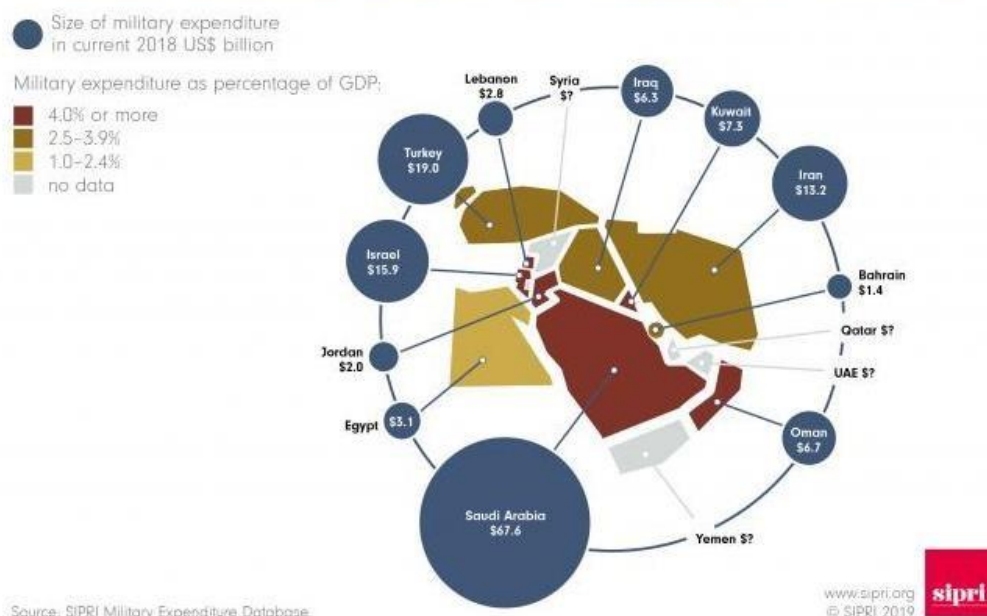
A questão que se coloca é a da matéria nuclear, uma vez que o reino saudita tem comprado grandes quantidades de tecnologia nuclear, embora não haja qualquer indício de que planeiam criar armas nucleares, tendo sido feitas, inclusive, peritagens no sentido de confirmar isso. Não obstante, existiram já discursos oficiais em que os líderes sauditas afirmam que, assim que se descobrir que o Irão tem armas nucleares, o reino saudita seguirá imediatamente o mesmo caminho, violando, assim, o TNP, assinado em 1988.

Por efeitos de contágio perante a região, se existem Estados como a Arábia Saudita e Irão que se estão a militarizar constantemente e a níveis elevados, outros Estados, por razões de segurança e de dissuasão, procurarão fazer o mesmo, a fim de se conseguirem defender e manter uma posição menos inferior numa região instável e conflituosa, tal como já abordamos anteriormente, numa perspetiva realista e sobrevivência.

Tal como podemos observar na figura em baixo, Estados como a Turquia, Irão e Israel começam a acompanhar esta corrida aos armamentos, tentando sempre obter melhor posição face aos seus vizinhos.

Figura 23 - Despesa militar no Médio Oriente em 2018.

MILITARY EXPENDITURE IN THE MIDDLE EAST IN 2018



Fonte: SIPRI. 2019.

Percebemos que o mundo está a caminhar para uma realidade cada vez mais armada e preparada para um eventual conflito.

3.3. INSTRUMENTALIZAÇÃO DA RELIGIÃO E DAS CORRENTES SUNITA E XIITA

A instrumentalização da religião é mais uma manifestação do conflito que se prende não só no Médio Oriente, mas em todo o mundo. Contudo, nesta região, a estratégia de utilizar a religião como um instrumento para fins políticos é mais comum, em particular com o Islão, considerada uma religião descentralizada.

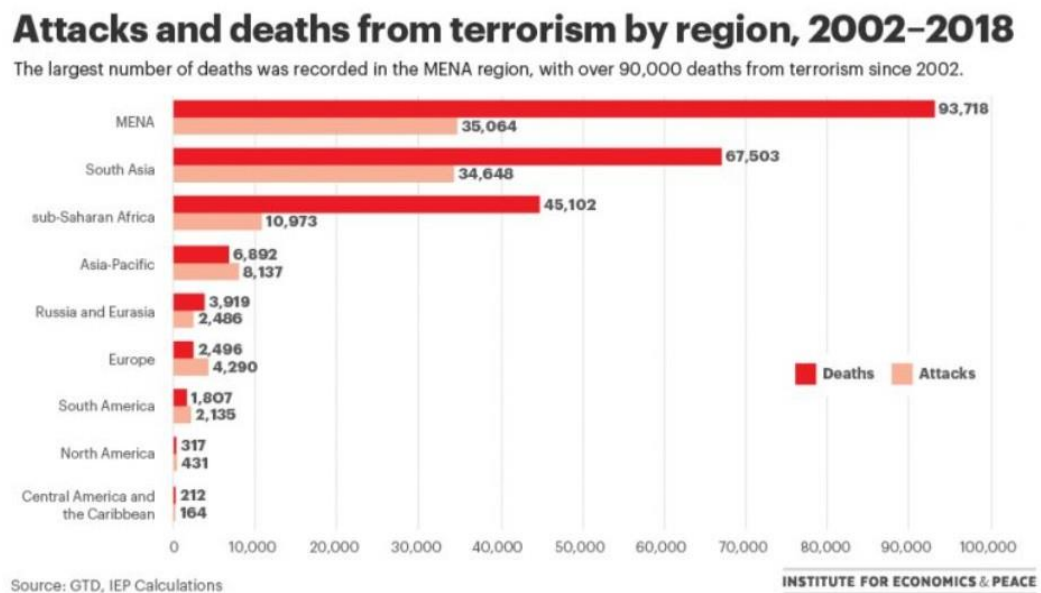
A quantidade de Estados, elites e indivíduos poderosos que utilizam a religião como um instrumento para atingir fins políticos é elevada. Exemplo disso é o Irão, cujo presidente não é o principal líder, mas sim o líder supremo Ali Khamenei, um clérigo que, na prática, tem mais poder do que o próprio presidente e de qualquer outro representante político do Estado iraniano. Do outro lado, na Arábia Saudita, temos uma monarquia absoluta, e a sua doutrina religiosa é seguida pela vertente wahabita, como vimos anteriormente, sempre com uma vertente religiosa muito forte em toda a sua ação política, desde logo por ser a guardiã das cidades sagradas da religião (Behraves, 2019).

A questão da religião toma grandes proporções no conflito entre os dois Estados, pois os dois lados utilizam e afirmam ser os representantes divinos, com legitimidade para projetar influência e poder e, assim, fazer cumprir a sua vontade, mas sempre com os objetivos políticos por trás, passando a fé a ser utilizada como um instrumento da política externa dos Estados.

A título de exemplo, temos os casos das tensões entre os dois Estados aquando da morte de um clérigo de minoria xiita no reino saudita, al-Nimr, que foi acusado de ter estreitos laços com o Irão e promover o terrorismo. Seguiram-se massacres de dezenas de pessoas, que foram classificadas como terroristas pelo reino saudita; em resposta, o Irão retaliou com ataques à embaixada saudita em Teerão, incendiando-a e gerando cortes diplomáticos, seguindo-se momento de tensão e conflito entre os dois Estados.

O pretexto terrorista é uma realidade comum na região, sobretudo com o crescente surgimento de grupos extremistas considerados fundamentalistas do Islão, como o caso do autoproclamado Estado Islâmico, de maioria sunita e com origem wahabita, ou seja, a mesma do Estado saudita. Este facto é usado pelo Irão para atingir o reino, afirmando que este apoia e suporta o grupo terrorista. Tal como este, existem outros grupos menos conhecidos internacionalmente, de origem xiita, como os Houthis, contudo, a verdade é que estes grupos têm produzido estragos humanitários irreversíveis na região.

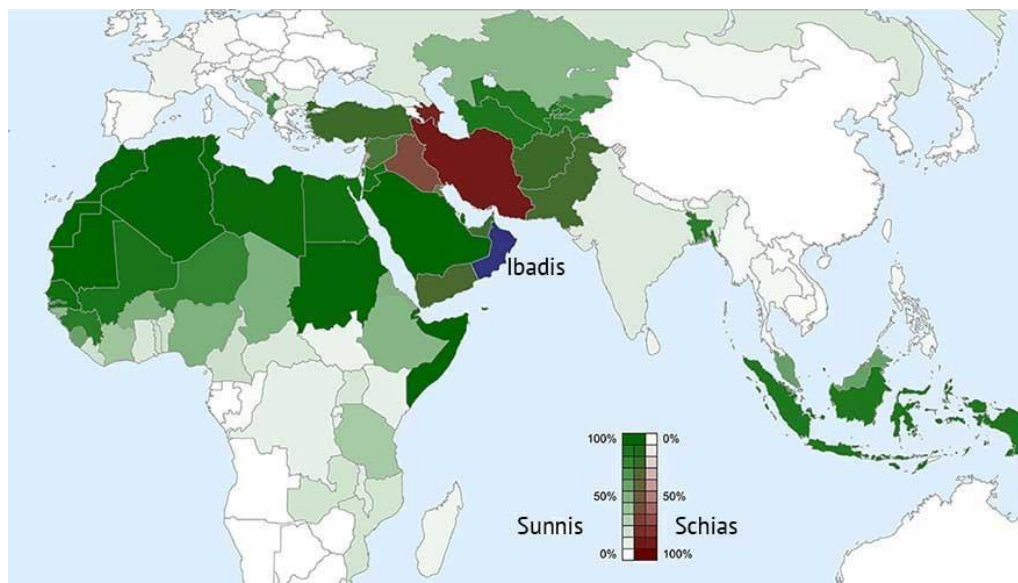
Figura 24 - Ataques e mortes pelo terrorismo, por região, 2002-2018.



Fonte: Vision of Humanity. 2019.

Deste modo, a religião é utilizada como um instrumento para atingir um Estado ou outro, a fim de alcançar os objetivos políticos, e observamos este “jogo” ao longo do tempo, uma vez que não existe um conflito direto entre os dois países. São como as guerras por procuração, uma maneira de se atacarem sem se comprometerem oficialmente, “jogando sempre por debaixo da mesa”.

Figura 25 - Distribuição geográfica dos principais grupos do mundo islâmico.



Fonte: REIMANN, Jakob. 2019. Foreign Policy Journal.

O mapa apresentado reflete como estão distribuídas geograficamente pela região do Magrebe e Médio Oriente as duas grandes correntes sectárias do mundo muçulmano, os xiitas e os sunitas. Como referido, os sunitas estão claramente em maioria, contudo, este mapa dá uma visão mais marcante dos efeitos que o conflito entre as duas potências regionais do Médio Oriente pode fazer e implicar para as populações espalhadas por quatro continentes.

Ao analisarmos as minorias nos dois países em causa, reconhecemos que as mesmas são alvo de variadas discriminações, sobretudo de uma forma não oficial; por exemplo, no Irão, algumas leis reconhecem os direitos de grupos minoritários, como sunitas, judeus ou até mesmo cristãos, mas essas mesmas minorias não conseguem facilmente praticar a sua fé e religião em público ou alcançar cargos elevados a nível político (Rafizadeh, 2018).

Para dar o exemplo, no caso da guerra na Síria, existe então uma clara instrumentalização da religião sendo que o Irão apoiou as forças do governo de Bashar al-Assad, como a guarda revolucionária e por outro lado a Arábia Saudita apoiou os grupos rebeldes e contra o governo regente da altura.

Noutro caso, temos a situação do Líbano, onde a Arábia Saudita propôs uma aliança armada árabe, apoiada pelos EUA e a OTAN, a fim de combater o Hezbollah, apoiado pelo Irão e conseguir assim manter a situação tal como está, e sendo favorável ao reino saudita.

Na guerra civil do Iémen, o Irão apoia os rebeldes Houthis, contra o governo iemenita, com dinheiro e treino às forças rebeldes, fomentando assim o estado de guerra no estado do Iémen em concreto, mas sobretudo entre Arábia Saudita e Irão.

No caso da Palestina, vemos um claro marcar de posição por parte do Irão, sobretudo recentemente, com o próprio Líder Supremo a afirmar apoiar e suportar grupos armados palestinos (Arab News, 2020). Desde há algum tempo que vemos um aproximar saudita a Israel, onde até se fala de uma aliança secreta, embora inexistente confirmação oficial.

No Iraque, e principalmente depois da saída das forças norte americanas do terreno, ficou um vazio de poder no Iraque, e desde então a influência e poder iraniana no Iraque ganhou força. Sendo o Irão o principal parceiro do Iraque, conseguindo assim mais poder que a Arábia Saudita que tenta diminuir esta força e influência iraniana. O estado iraniano goza de forte influência junto do governo iraquiano e apoia milícias xiitas iraquianas como o caso da Kataib Hezbollah e Asa'ib Ahl al-Haq.

Por outro lado, na Arábia Saudita temos a lei fundamental, a *Sharia*, que prevê que a religião oficial do Estado é o sunismo, e muitas vezes as outras minorias são perseguidas. Algo que promove estas diferenças e injustiças é o facto de na Arábia Saudita não existir um código penal escrito, pelo que os juízes podem tomar as suas decisões com base em interpretações da lei *Sharia*.

Agora, se pensarmos que esta rivalidade sectária religiosa não afeta apenas as minorias nos dois Estados em causa, mas sim milhões de cidadãos ao longo de quatro continentes, isso faz com que este conflito ganhe contornos internacionais, estando diretamente relacionado com a geopolítica internacional, ultrapassando a barreira do Médio Oriente.

3.4. CONFLITOS POR PROCURAÇÃO (*PROXY WARS*)

A **guerra civil no Iémen**, que dura há já alguns anos, teve origem nas primaveras árabes de 2011, quando uma revolta popular forçou uma troca de líderes políticos no país, troca essa que mudou o lado ideológico. Esse não foi, contudo, o único problema, pois uma série de eventos, como a pressão da Al-Qaeda, questões alimentares precárias, movimentos separatistas no Sul do país ou a corrupção, fizeram com que a liderança do país ficasse enfraquecida aos olhos da população. Devido à instabilidade e fragilidade política, o grupo rebelde xiita – os Houthis – aproveitou para tomar o controlo e poder de algumas províncias, até que, em 2014, a capital foi tomada pelos rebeldes.

Esta tomada de poder à força por parte de um grupo rebelde de pendor xiita não foi, certamente, bem vista pelos dirigentes sauditas ou pelo povo sunita em geral, de tal forma que, em 2015, tiveram lugar ataques aéreos coordenados entre Estados regionais, juntamente com potências externas, como EUA, Reino Unido e França, numa tentativa de retirar os rebeldes do poder e restaurar o Governo do novo líder político, Abdrabbuh Mansour Hadi.

Em 2015, as tropas da coligação conseguiram restabelecer algumas cidades importantes, como Áden, expulsando os rebeldes Houthis e restaurando temporariamente o Governo de Hadi em Áden, uma vez que a capital continuava tomada pelos rebeldes. Houve inclusive ataques contra a Arábia Saudita, com mísseis e artilharia, o que rapidamente forçou a potência regional sunita a tomar medidas e a reforçar a sua posição contra o Iémen, em particular um Iémen de cariz xiita e controlado por rebeldes que,

segundo o reino saudita, estariam a ser financiados e ajudados a nível de armamento através do Irão.

O que sabe é que esta é considerada pela ONU a pior crise de sempre no mundo, segundo um relatório em fevereiro de 2019, com 14,3 milhões de pessoas em necessidade aguda e 3,2 milhões a requerer tratamento devido à subnutrição, incluindo 2 milhões de crianças com menos de 5 anos. Cerca de 17 700 civis foram mortos ou feridos e 3,3 milhões de pessoas continuam deslocadas, o que aumenta ainda mais a crise dos refugiados.

Outra guerra por procuração é a **guerra civil na Síria**, que teve início em 2011 com as primaveras árabes e movimentos de democratização, que acabaram por depor líderes de vários Estados. Os sauditas viram quase realizado o seu desejo de afastamento do líder do Estado sírio, Bashar al-Assad, um líder alauita²⁸ apoiado pelo Irão que governa uma maioria sunita, pelo que o grande objetivo da Arábia Saudita seria que Assad fosse deposto, evitando, assim, uma Síria com ligações diretas com o inimigo, o Irão. Acresce que alguns dos grupos rebeldes apoiados pela Arábia Saudita acabaram por ser derrotados por forças pró-Bashar al-Assad. Estes grupos foram financiados e ajudados em termos militares, com a disponibilização de armas.

Após ser alvo de inúmeras notícias nos média a nível internacional, pelo apoio a supostos grupos rebeldes com ligações a organizações terroristas como a Al-Qaeda ou o Al-Nusra²⁹, em 2017, a Arábia Saudita adotou uma postura menos ativa. Há que recordar, contudo, alguns aspetos que levam o reino saudita a estar atento e preocupado com o Estado sírio.

Em primeiro lugar, a guerra civil na Síria tornou-se um assunto muito falado não só na região do Médio Oriente, mas também em todo o mundo, principalmente pelo facto de o autoproclamado Estado Islâmico ter conquistado tanto destaque nos últimos anos, forçando a organização de uma coligação internacional, composta por vários Estados regionais, europeus e americanos, todos com o mesmo objetivo de derrubar os extremistas islâmicos. Como não poderia deixar de ser, as potências regionais, como a Arábia Saudita ou o Irão, com pretensões de liderar a região, não poderiam deixar de estar envolvidas.

²⁸ Os alauitas são um grupo étnico e religioso da região do Médio Oriente e estão localizados sobretudo no Estado sírio, representando cerca de 15% da população síria, isto é, cerca de 3 milhões de pessoas. Para além da Síria, também estão presentes na Turquia, Líbano e uma minoria situada na Austrália.

²⁹ Grupo jihadista pró-sunita que operou na Síria com o fim de instituir o autoproclamado Estado Islâmico, acabando também por ser uma das principais forças contra o Governo de Bashar al-Assad.

Cerca de 20% da população síria representa tribos árabes, localizadas maioritariamente no leste do país, pelo que existe, desde o início da guerra, uma clara intenção de ganhar reconhecimento e ligação com essas tribos, conseguindo algum poder e influência para a Arábia Saudita, com um intuito de derrubar Bashar al-Assad; já para o Irão, o intuito é proteger e assegurar que Assad continua no poder da Síria, uma vez que este é ligado ao ramo xiita, a corrente seguida pelo povo iraniano.

Outro caso de guerra por procuração é o **Iraque**. Trata-se, mais uma vez, de um conflito de base sectária, ou seja, entre xiitas e sunitas, num Estado de maioria xiita. O Iraque tem estabelecido, ao longo do tempo, uma relação de dependência para com o Estado iraniano.

Esta relação de dependência fortalece a influência na região do inimigo direto do reino saudita, por isso, a política externa saudita tem vindo, ao longo dos recentes anos, a estabelecer uma ligação com o Iraque, tendo aparentemente percebido que a melhor abordagem neste caso seria uma ligação que privilegiasse o fator económico, acima de uma abordagem militar ou política, sendo que hoje em dia, num mundo mais globalizado e interdependente, em que as fronteiras de uma área e de outra são cada vez mais turvas, esta estratégia saudita está diretamente ligada à dimensão política. Neste sentido, o reino saudita aproximou-se, durante 2019, do Iraque, com uma proposta de ligar este país à sua rede elétrica e de fornecimento de gás natural, oferecendo ainda um projeto de investimento, algo que poderia ser muito bom para ambas as partes, isto é, para o Iraque significaria uma redução de dependência face ao Irão, para o reino saudita uma aproximação a um Estado de maioria xiita, uma forma de demonstrar poder e influência na região face ao inimigo.

Esta proposta é uma excelente manobra de política externa por parte do reino saudita, isto porque nos últimos tempos o descontentamento da população iraquiana tem sido crescente e está diretamente relacionado com a escassez de energia elétrica, ou seja, apagões e quedas de energia ao longo de todo o país. Esta escassez, juntamente com a corrupção e a má gestão, fazem com que a população esteja cada vez mais impaciente, e a Arábia Saudita surge aqui como uma facilitadora para os grandes problemas do Estado iraquiano.

“The new government in Baghdad walks a tightrope between appeasing Iran, the dominant power broker in Iraq, and capitalizing on new opportunities from Arab Gulf states, such as Saudi Arabia. Iranian President Hassan Rouhani boasts that Iranian exports to Iraq could increase from \$12 to \$20 billion dollars in 2019” (Abdo, 2019).

Para além de os dirigentes políticos do Iraque estarem na “corda bamba”, pelo facto de estarem no meio dos dois grandes Estados da região do Médio Oriente, existe ainda o problema de algumas elites e grupos influentes no Iraque, como algumas milícias e o famoso clérigo Moqtada al-Sadr, um líder xiita do movimento Sadr, com fortes ligações a milícias, que não apoia a ligação ao Irão, país que, segundo al-Sadr, tem segundas intenções, sublinhando que o Irão terá de respeitar o Iraque e a sua soberania, pelo que poderá apoiar uma ligação mais forte com a Arábia Saudita, em detrimento do apoio iraniano.

Por outro lado, é óbvio que o Irão não está satisfeito com esta eventual ligação mais forte por parte do Iraque à Arábia Saudita, uma vez que deseja ver um Iraque fraco, mas não o suficiente para entrar em colapso, mas ao mesmo tempo não quer de todo um Iraque suficientemente forte para fazer frente na região do Médio Oriente.

Por fim, temos a questão do **Catar**, que, embora não sendo propriamente uma guerra ou conflito por procuração, viu-se envolvido no meio do conflito entre a Arábia Saudita e Irão, e o bloqueio árabe/saudita deve-se muito às boas relações e negócios do Catar com o Irão, pelo que decidimos incluir este país neste subcapítulo (Alghussein & Stacey, 2017). O reino da Arábia Saudita e o Catar são dois Estados que estão na península arábica e que fazem fronteira terrestre e, apesar das relativas boas relações entre os dois Estados de matriz salafista (aliás, apenas estes dois Estados seguem essa matriz), nos anos recentes tem havido algumas controvérsias e um chocar entre os dois Estados, assim como com outros que apoiam e seguem as decisões sauditas (Kerr, 2017).

Em causa estão Estados como Bahrein, EAU, Iémen, Líbia, Maldivas e ainda o Egito, que já cortaram no passado relações com o Catar. Segundo a Arábia Saudita e estes países, a razão deste afastamento é o facto de alegadamente o Catar ajudar e financiar grupos extremistas e terroristas, pelo que estes países, por razões de segurança, cortaram relações diplomáticas, assim como as ligações marítimas e aéreas com o Estado catariano. Em particular o Egito, que acusou o Catar de apoiar terroristas como a irmandade muçulmana³⁰. Acresce que o Catar foi expulso da coligação árabe liderada pela Arábia Saudita.

Em contrapartida, o Catar respondeu dizendo que estava a ser objeto de injustiças, negando o apoio a grupos terroristas e afirmando estar a ser alvo de um plano para fazer com que o Estado seja alvo de sujeição vexatória.

30 Organização islâmica radical que tem como objetivo recuperar os ensinamentos do Corão, fazendo frente e rejeitando todo e qualquer tipo de influência ocidental. Estão presentes em cerca de 60 a 70 Estados.

As consequentes suspensões de voos por parte de companhias aéreas do Médio Oriente causaram, obviamente, grande transtorno para o Estado catariano, que, caso continuem estas acusações e sanções, poderá ver o Mundial de Futebol de 2022 mudar de local. A posição americana quanto à questão é a de mediador, se necessário, apoiando uma reconciliação dos Estados do Golfo.

3.5. OUTRAS DISPUTAS DE INFLUÊNCIA NO MÉDIO ORIENTE

Neste subcapítulo, abordaremos a possibilidade de o conflito entre Arábia Saudita e Irão se estender a outros países do Médio Oriente que são alvo de disputa de influência por parte das duas potências regionais, em que uma se envolve e “joga” melhor com Estados/dinastias árabes e a outra com estados de orientação xiita.

Começando pelo **Egito**, as suas relações com o reino saudita são vistas como algo já centenário, pelo simples facto de serem dois Estados árabes e os dois maiores Estados dentro dessa categoria, pelo que a sua influência é maior e preponderante do que a dos restantes, acabando por influenciar a tomada de decisão de organizações e da comunidade árabe de uma forma mais efetiva.

Ao longo dos anos, o Governo saudita financiou e apoiou economicamente o Estado egípcio, e isso é algo que pesa nas relações entre os dois países. A isto acresce o facto de haver a componente religiosa em comum (arabismo) (Ottaway, 2019).

Essa mesma componente levou, contudo, a alguns anos menos positivos nas relações entre os dois países, uma vez que o Egito tentou exportar a sua democracia para o mundo muçulmano, enquanto na Arábia Saudita, com o seu wahabismo, essa mesma corrente foi vista como algo que potenciou um extremismo por parte de atores individuais, como Bin Laden, ou até mesmo coletivos, como a Al-Qaeda.

Já as relações com o Irão, nas últimas décadas, são vistas como algo instável, com altos e baixos, com alguns desacordos e hostilidades, como o pacto de Bagdade, de 1955, durante a Guerra Fria, no qual o Irão foi incluído sem o apoio do Egito, que não via os iranianos como aliados confiáveis. Contudo, temos momentos altos, como a guerra de Yom Kippur datada de 1973 que resultou mais tarde (1978) nos acordos de Camp David, que significaram uma aproximação do Egito aos EUA e, consequentemente, à melhoria das relações com o Irão. Um ano depois, o acordo de paz celebrado entre Israel e Egito levou novamente a um decair das boas relações entre os dois Estados, já que Teerão

rejeitou o pacto. Em 2018, houve uma tentativa de aproximação, com o Irão a demonstrar abertura para promover boas relações com o Egito.

Para o Irão, ter boas relações com o Egito é uma forma de obter ainda mais poder e influência na região, primeiro, porque se trata de Estado árabe, e estar ao lado do segundo maior líder do “mundo árabe” seria uma afronta para o seu maior inimigo na região, a Arábia Saudita. Em segundo, porque existem sempre interesses geopolíticos por detrás da política externa, e o facto de o canal do Suez estar geograficamente perto do território egípcio tem muita influência.

O Irão tem utilizado, ao longo da História, acordos e conexões com grupos e fações que não passam primeiro pelo governo, o que é algo impensável, que ameaça e reduz o poder estatal de qualquer Estado na região. Para o Egito e o Irão terem boas relações, o primeiro necessita que o segundo tenha relações estáveis com outros países da região e principalmente que pare de interferir nos assuntos internos de outros Estados, como o Iémen ou o Iraque (Saied, 2019).

No caso do **Bahreïn**, um Estado arquipelágico situado entre a Arábia Saudita e o Irão, a maioria da sua população é xiita, contudo, quem domina é uma minoria sunita. Apesar de ser um Estado relativamente pequeno, as ações e acontecimentos neste arquipélago podem ter consequências graves.

O Irão tem pretensões consideradas históricas, e reclama que o Bahrein é território pertencente ao Estado iraniano. Estas pretensões territoriais são algo que pode durar décadas ou até mesmo centenas de anos, podendo mesmo nunca se vir a realizar. Contudo, tal como já é habitual na região, o Irão apoiou e financiou grupos de rebeldes que pretendiam alterar a situação, ou seja, retirar o grupo minoritário sunita do poder. Exemplo disso foi o golpe de Estado de 1981, organizado pela Frente Islâmica de Libertação do Bahrain, que não teve sucesso. Nos anos seguintes, houve várias tentativas por parte de grupos xiitas, suportados pelo Irão, de tentar mudar o regime, mas esse objetivo foi impedido com apoio saudita, que acabou por anular grupos de manifestantes, prendendo-os ou matando-os em nome da segurança e bem-estar do Estado, impellido, assim, o chamado sectarismo.

Nos anos mais recentes, os factos têm demonstrado que o Bahrein continua a estar sob alçada dos sauditas, apoiando-os nas decisões e ações internacionais; exemplo disso é o apoio do Bahrein aos EUA quanto às sanções impostas a países importadores de petróleo ao Irão, lesando, assim, o Governo iraniano que, segundo os EUA e o ocidente, apoia o terrorismo por todo mundo (Aldroubi, 2019).

Em relação ao **Líbano**, estamos claramente noutra disputa na região, pois trata-se de um país dividido por comunidades xiitas, sunitas, cristãs e drusos³¹.

Um país que esteve sob uma guerra civil que durou cerca de 15 anos, até que, em 1989, foi alcançado um acordo que dividiu o poder pelas partes envolvidas, que eram subordinadas à Arábia Saudita e ao Irão. Nesse acordo ficou estipulado que a Síria ficaria como que responsável pelo Estado libanês e, por conseguinte, nos anos seguintes o grupo Hezbollah, com ligações ao Irão, tomou conta do país. O acordo estipulava que o presidente seria cristão, o primeiro-ministro sunita e o presidente do parlamento xiita, a fim de se conseguir manter um equilíbrio.

Durante anos, o Hezbollah, financiado pelo Irão, foi considerado mais poderoso do que os próprios militares libaneses. Em 2006, o grupo conseguiu resistir à invasão de Israel no Líbano, ganhando assim mais força e influência, controlando questões políticas no Estado libanês.

Para a Arábia Saudita, a guerra civil na Síria, em 2014, seria benéfica em termos geopolíticos, uma vez que, caindo Bashar al-Assad, apoiado pelo Irão, o Hezbollah ficaria enfraquecido. Contudo, não foi isso que aconteceu, e o regime sírio, apoiado por Irão e Rússia, conseguiu manter-se no poder. Os sauditas, que perderam influência na região, sobretudo no Iraque e na Síria, não queriam perder influência também no Líbano, mas o apoio e intervenção do Hezbollah na guerra civil da Síria apenas fez com que o reino saudita ficasse prejudicado em relação aos seus inimigos iranianos.

Sendo assim, a Arábia Saudita e o Irão estão a disputar o poder em várias frentes, como no Iémen, Síria e Iraque, sendo que estes últimos dois estão mais a favor do Irão. O único que pode estar à mercê dos sauditas poderá ser o Iémen; já no Líbano, a Arábia Saudita teria de conseguir combater a força do Hezbollah, apoiado pelo Irão, acabando, assim, com a falsa paz que se vive (Bokhari, 2017).

Outra disputa que merece atenção é a **Palestina**. Apesar de ser a parte mais fraca em termos de conflitos e disputas regionais, é importante ressaltar que é disputa mais intensa entre as duas potências regionais.

Com a aproximação de Israel ao reino saudita, ainda que pouco admitida publicamente, as relações com o líder do mundo árabe têm sido um pouco postas de parte; contudo, as relações com o Irão também não demonstram ter grande preponderância.

³¹ Comunidade religiosa, de língua árabe presente no Líbano, Israel, Síria, Turquia e Jordânia.

A Palestina adotou recentemente uma posição neutral, uma estratégia que poderá ser benéfica, uma vez que os palestinianos verificaram o que aconteceu após 2011 e as primaveras árabes, depois de alguns Estados tomarem partidos. Para além disso, recordam-se ainda de como acabou o apoio à posição do Iraque na invasão do Kuwait, décadas antes, isto é, a Palestina acabou forçada suportar grandes perdas políticas. (Amer, 2019).

O facto é que no que toca à Arábia Saudita, esta também não toma uma posição concreta relativamente à questão Israel-Palestina, apesar de o príncipe Mohammed bin Salman afirmar que mantém uma visão positiva face à Palestina. O príncipe afirmou, em 2018, que os líderes palestinianos deveriam aceitar um acordo de paz ou “calar a boca”, garantindo que o país estava preparado para avançar para a normalização apenas com Israel, o que, contudo, não aconteceu, pelo menos oficialmente. Estas declarações não deixaram os palestinianos satisfeitos.

3.6. OUTRAS CONEXÕES GEOPOLÍTICAS

Conforme temos vindo a analisar ao longo do trabalho, este conflito não envolve apenas os dois Estados em causa, envolve muitos mais atores, não apenas atores estatais, mas também não estatais, organizações internacionais, regionais, grupos radicais e grupos terroristas.

Para além desta lente mais macro, temos uma lente mais micro, isto é, a forma como este conflito influencia outros níveis, sobretudo níveis locais e religiosos. E se o modo como este conflito condena as minorias envolvidas a uma vida de tensão e de constante conflito e desconfiança já é preocupante, pensemos que este conflito envolve ainda atores estatais externos que são líderes e potências mundiais, como EUA, RPC ou até mesmo a Federação da Rússia.

A fechar este capítulo dedicado às múltiplas manifestações do conflito entre Arábia saudita e Irão, abordamos agora as conexões geopolíticas dos dois países, bem como o conflito entre ambos, a outros atores, jogos de poder e dinâmicas relevantes. Em particular, salientam-se as interações mútuas com dois outros atores “residentes” no Médio Oriente – Turquia e Israel –, com as grandes potências globais “não residentes” – EUA, Rússia, RPC e União Europeia – e ainda as ramificações da disputa saudita-iraniana no norte de África, exemplificado no conflito na Líbia.

Quando falamos de geopolítica internacional, seja em que continente for, as maiores potências do globo vão querer estar presentes, sobretudo numa região muito instável e inconstante, como o Médio Oriente, que envolve uma série de fatores que podem alterar a ordem mundial, como o facto de ser a região com mais hidrocarbonetos do mundo, matéria-prima necessária para todo o funcionamento da economia de qualquer Estado desenvolvido. Para além disso, devido às diferenças religiosas e passado histórico que existe entre o mundo muçulmano e o mundo cristão ou ocidental, a probabilidade de haver mais grupos extremistas radicais e terroristas tem vindo a crescer ao longo dos tempos. Mais ainda por ser uma região muito central no mapa mundial, por onde passam grande parte das rotas comerciais mundiais.

Por isso, e por serem ainda um modelo e líder mundial (apesar de uma imagem de força mais fraca, comparando com os tempos da Guerra Fria) temos uns EUA muito atentos à geopolítica da região do Médio Oriente. A presença americana na região já não é vista, contudo, da mesma forma que outrora, nos tempos da Guerra Fria e da rivalidade com a URSS. A chamada fadiga de guerra, o declínio do apoio da população americana nas intervenções na região do Médio Oriente e as direções políticas mais conservadoras e mais viradas para dentro, como a de Donald Trump, levam a que haja uma intervenção muito menos ativa na região (Feltman, et al., 2019).

Apesar desse mesmo recuo e da menor interação no Médio Oriente, existem exceções, e a exceção dos EUA é a República Islâmica do Irão, já desde os ataques às torres gémeas no dia 11 de setembro de 2001 e a consequente guerra ao terror, com acusações de um alegado eixo do mal, do qual o Irão fazia parte.

Ao longo dos anos, as relações entre o maior inimigo do Irão e os EUA vieram a melhorar de forma constante, apesar de alguns contratempos, como o embargo de petróleo, em 1973, ou os ataques terroristas de 11 de setembro, em que a maioria dos sequestradores dos aviões era de origem saudita. Apesar de tudo isso, ao longo das administrações, os líderes políticos dos EUA continuam a afirmar que as ligações com o Estado saudita representam uma mais-valia geoestratégica.

Após a tomada de poder de Donald Trump, juntamente com a liderança do príncipe Mohammed bin Salman, as relações tornaram-se mais “quentes”, isto porque ambos juntaram esforços a fim de combater o inimigo comum, o Irão. Após o recente assassinato do jornalista Khashoggi (Benjamin, 2018)³², as relações voltaram a estar

32 Jornalista saudita que foi dado como morto no dia 2 de outubro de 2018 na embaixada da Arábia saudita na Turquia. Jamal Khashoggi tinha fugido do seu país de origem por considerar não estar em segurança,

conturbadas e com muita agitação mediática. Contudo, as relações com a Arábia Saudita voltaram a estar melhores do que os seus rivais do Irão, devido à falta de confiança no relativamente ao programa nuclear iraniano e aos ataques iminentes contra os EUA e seus aliados.

Algo que confirma essa maior aproximação ao Estado sunita é o acordo de armamento que os EUA têm com o reino saudita, que chega aos 110 mil milhões de dólares, assinado no dia 20 de maio de 2017. Este acordo envolve cooperação e treino por parte das forças militares norte-americanas às forças sauditas, algo que ajuda claramente o reino a manter-se atualizado e bem armado. Esse armamento já foi usado, e a prova disso foi ter sido encontrado um míssil de origem norte-americana num dos ataques na guerra civil do Iémen.

Ao longo dos anos, têm sido registados ataques a instalações e bases de produção de petróleo; alguns têm sido mais fortes em termos de destruição, outros nem por isso, contudo, no dia 15 de setembro de 2019, foram atacadas as bases petrolíferas de Khurais e Abqai, ambas pertencentes à companhia de petróleo Saudi Aramco³³, a companhia estatal, talvez a mais importante companhia de todo o Estado saudita e uma das mais importantes ao nível da região e até do mundo.

Estes ataques tiveram consequências severas para a economia saudita, uma vez que atingiram partes fulcrais da produção de barris de petróleo, produção essa que vai diminuir drasticamente até a situação estar controlada e solucionada. Acresce que os mercados internacionais sofreram alterações quanto ao preço do barril de petróleo.

Os EUA colocaram-se de imediato ao lado do aliado saudita e acusaram o Irão de ser o responsável pelos ataques conduzidos por *drones*. O Irão respondeu rapidamente, afirmando estar a ser novamente culpado por algo que não cometeu, já que os rebeldes Houthis do Iémen tinham reivindicado o ataque; contudo, essa teoria foi facilmente revogada, pois é do conhecimento geral a ligação do Irão aos Houthis.

E é nesta situação que se encontra mais uma vez a região do Médio Oriente, numa autêntica “panela de pressão” prestes a implodir a qualquer momento, isto porque o Irão

uma vez que o seu jornal e as suas ações pró-progressistas na Arábia Saudita estavam a causar desconforto aos dirigentes e responsáveis sauditas.

33 Em 1936, a Texas Oil e a Standard Oil Company formaram uma parceria com a o reino saudita, e juntas acabaram por formar a conhecida Arabian American Oil Company, mais conhecida por ARAMCO, em 1944. Este consórcio expandiu-se, englobando outras companhias petrolíferas acabando assim por tornar a Arábia Saudita num dos maiores exportadores de petróleo do mundo. Mais tarde, a ARAMCO passou a denominar-se Saudi Aramco, uma vez que passou a ser propriedade governamental, contudo, ainda hoje empresas americanas possuem empreendimentos a nível de refinaria e petroquímica na Arábia.

afirma estar preparado para contra-atacar qualquer ação por parte das forças sauditas ou norte-americanas, garantindo que a Guarda Revolucionária estará preparada para atingir qualquer alvo num raio de cerca de 2 mil quilómetros e que os alvos principais serão as bases petrolíferas, assim como as bases aéreas no Catar e EAU, a marinha e os navios situados no golfo e mar arábico.

Neste momento, a região encontra-se sob pressão de poder haver uma guerra a qualquer momento, e o problema é atualmente, num mundo globalizado e interligado, a guerra não envolveria apenas a região do Médio Oriente e os Estados próximos, mas sim o mundo. Seria um conflito que envolveria um dos Estados mais poderosos do mundo, os EUA.

Há já alguns anos que as relações com o Irão têm vindo a deteriorar-se, nomeadamente desde a subida de Donald Trump ao poder nos EUA. Antes, houve algumas ações a nível de acordos e tratados, que acabaram por trazer consequências a nível mundial. Uma delas foi em 2015, quando Washington decidiu fazer um acordo com o Irão, prometendo o alívio de sanções em troca de restrições no programa nuclear do mesmo. Na verdade, aconteceram ainda mais sanções e uma campanha de pressão máxima a um dos países do “eixo do mal”. E em consequência desse aumento das sanções, o Irão respondeu com quebras no compromisso que tinha sobre o programa nuclear, ameaçando igualmente bloquear o estreito de Ormuz, no qual passa cerca de 20% do petróleo mundial.

Para além disso, o Irão acusa os EUA de apoiarem a Arábia Saudita, responsável por milhares de mortes devido a bombardeamentos na guerra civil do Iémen, e defendem a saída dos EUA da região, deixando de ingerir nos assuntos dos Estados do Médio Oriente (Aljazeera, 2019).

Atualmente, os EUA já não participam nem “jogam” tanto no Médio Oriente, uma vez que a evolução da tecnologia e a descoberta de novas fontes de energia, como as reservas de gás e petróleo de xisto no seu próprio território, fazem com que os EUA não se importem tanto em fazer jogos políticos, pois conseguem abastecer as suas frotas no seu território, e não no Médio Oriente, região de que dependem Estados terceiros para o fornecimento de petróleo (CBIE, 2019).

Para além dos EUA, existem outros atores estatais importantes na região, nomeadamente a Federação da Rússia, que parece conhecer bem a região; contudo, a maioria dos especialistas acredita que o aumento do envolvimento na região não é uma

estratégia previamente predefinida ou a longo prazo, mas sim baseada no curto prazo e com muitas suas ações oportunistas.

As relações russas na região começaram a aprofundar-se a partir de 2005, com as visitas do presidente russo Vladimir Putin a uma série de Estados da região: Egito, Israel, Arábia Saudita, Jordânia, Catar, Turquia, Irão e EAU. Entre 2005 e 2007, para além dessas visitas, a Federação da Rússia conseguiu ganhar um lugar como observador da Organização de Cooperação Islâmica (OCI)³⁴. Estas visitas trouxeram uma maior presença russa e a participação em negociações como o processo de paz no Médio Oriente ou nas negociações P5+1³⁵ com a República Islâmica do Irão.

Anos mais tarde, tal como todos os Estados com interesses e presentes na região do Médio Oriente, em 2011, a Federação da Rússia temeu que as primaveras árabes pudessem levar a profundas mudanças e, por conseguinte, afetar os seus interesses na região. Durante esse período, a Rússia apenas interveio na região onde assumiu ter os seus interesses mais claros, ou seja, no Estado sírio.

Mais uma vez, especialistas acreditam que a Rússia não foi motivada a intervir e estar presente na região por uma política específica ou uma visão especial para o Médio Oriente, mas sim pelo facto de ser um poder internacional, um poder histórico, uma potência internacional que deve desempenhar um papel na região e estar presente em negociações e decisões importantes.

Algo interessante na política externa da Rússia é o facto de a mesma não ver o Médio Oriente como uma lente ideológica, mas sim secular, e que, por isso, pode falar e estar aberta a negociações com todos Estados da região e até mesmo atores não estatais, com clara exceção do autoproclamado Estado Islâmico. Especialistas afirmam que esta postura de política externa a curto prazo e de cariz oportunista permite à Rússia gerir a sua presença na região com maior flexibilidade. Sabe-se que estabilidade na região e os interesses nos preços globais do petróleo são duas preocupações russas; para além disso, existe também o receio da disseminação do terrorismo para Estados vizinhos e para a própria Rússia.

A Rússia, para ficar bem vista no cenário internacional – ou seja, acima do seu inimigo de longa data, o ocidente – irá manter esta estratégia sem hesitar, aproveitando

³⁴ Organização intergovernamental, composta por 57 Estados de religião islâmica espalhados por cinco continentes.

³⁵ Grupo constituído por RPC, Rússia, EUA, França, Reino Unido e Alemanha e que teve o intuito de juntar esforços nas negociações sobre o programa nuclear do Irão.

para sublinhar que defende a soberania de cada Estado e o direito internacional, opondo-se à interferência externa e culpando o ocidente por o Médio Oriente estar como está, devido às suas intervenções desastrosas na região, como no Iraque e na Líbia. Contudo, e apesar de ser contra isso, a Rússia mantém boas relações com o Irão, que faz exatamente aquilo que eles criticam na região.

Mais concretamente, a Federação da Rússia tem os seus interesses bem vinculados no que concerne ao sector energético, com as suas empresas estatais, Gazprom e Rosatom, a desejarem manter as boas relações com os seus principais consumidores, como são os caso do Irão, Turquia, Iraque. Estas duas empresas energéticas aumentaram consideravelmente a sua presença e atividade na região graças aos Estados do Médio Oriente.

A volatilidade dos mercados globais energéticos, assim como a crescente dependência russa das receitas provenientes do petróleo, acabaram por colocar pressão do lado russo para tentar ganhar nos mercados energéticos do Médio Oriente. Para além da questão energética, coloca-se outra área, a militar, com a assinatura de vários acordos de armamento, sobretudo com Irão e Síria, dois Estados em que a Rússia tem particular interesse.

É importante salientar que a parceria estratégia russa com o Irão é sobretudo contra os EUA e a fim de aumentar a sua influência na região do Médio Oriente, e não contra a Arábia Saudita.

Houve inclusivamente negócios entre a Federação da Rússia e a Arábia Saudita no âmbito militar, isto é, venda de armamento, juntamente com os EAU. A Federação da Rússia encontrou aqui dois parceiros económicos dispostos a pagar bem pelos seus recursos (Bensad, 2019). Depois de começar estes negócios e de ter visto que os lucros estavam a ser do seu interesse, o presidente russo, Vladimir Putin, até fez questão de promover (vender) o mesmo sistema de defesa aérea que Moscovo vendeu à Turquia, isto depois dos bombardeamentos Houthis às fontes petrolíferas de Riade (Weitz, 2019). Algo a que os norte-americanos rapidamente se opuseram, uma vez que esse negócio poderia causar problemas geopolíticos e de influência na região, mudando, assim, o jogo que convinha aos EUA.

E importante referir que a Federação da Rússia também ganhou mais poder e influência na região devido ao seu papel na guerra civil da Síria, pois juntamente com o Irão e a Turquia, formaram uma aliança que foi responsável pela enorme diminuição da tensão na Síria, que já dura há seis anos. Reuniram-se a fim de começar as negociações

de paz, conhecidas como Processo Astana (capital do Cazaquistão, que passou a designar-se Nursultan, onde se desenvolvem as negociações).

Este processo tem como objetivo estabelecer quatro zonas seguras na Síria, asseguradas pelos fiadores do cessar-fogo, decretado em 2016. Este processo terá um mediador da ONU, que tentará negociar com as duas partes: Rússia e Irão, que apoiam o regime de Bashar al-Assad, e a Turquia, que apoia as milícias rebeldes (UOL, 2019).

Outro grande ator externo que cada vez mais se impõe na região do Médio Oriente é a **RPC**, uma potência internacional que há uns anos começou por ser uma potência emergente, mas que rapidamente, através da sua economia, catapultou a sua influência e reconhecimento internacional para um poder muito maior na ordem internacional (Lyll, 2019).

Como observamos anteriormente, num capítulo destinado à dimensão económica, a China tem vindo, tal como a Rússia, a intervir cada vez mais na região do Médio Oriente, sobretudo na área económica e comercial, como não poderia deixar de ser. Os principais parceiros económicos são Arábia Saudita, EAU e Irão. A par destes três Estados, outros menos influentes estão a ganhar destaque, como o Egito e Israel. Mas do Médio Oriente, o país que mais depende da China é o Estado sírio, que tinha em 2017 uma dependência de cerca de 25% nas suas importações.

Documentos oficiais, como o *China's 2016 Arab Policy Paper*, revelam que o plano geoestratégico chinês passa pela criação de infraestruturas, comércio e investimento, apoio na energia nuclear e exploração de novas energias. Estes são os principais pontos da estratégia chinesa no Médio Oriente.

Parte desta estratégia passa pela já famosa e muito falada estratégia de *One belt one road*, que pretende formar uma rede de comércio, logística e financeira que se estende da RPC até à Europa Ocidental, ligando os mercados estrangeiros ao excesso de capital e capacidade chinesa no que toca a economia.

Aparentemente, a maneira como a China se posiciona no mundo e a forma como exerce a sua política externa, com muita paciência e precaução, estimando, na maior parte dos casos, o longo prazo, está a ganhar cada vez mais apoio, sobretudo no Médio Oriente, isto porque a China não se foca em questões sensíveis, ideológicas e religiosas que mexem com muitas componentes e em que a resolução de conflitos acaba por ter uma complexidade maior. A RPC foca-se sobretudo nas transações comerciais, energia e economia, negociando com todos o que promove algum consenso e apoio na região (Dalay, 2019).

O grande objetivo da RPC passa por não tomar partidos, fazendo um balanceamento entre o Irão e a Arábia Saudita, a fim de conseguir manter relações amigáveis com ambos e com todos os países da região, uma vez que necessitam de fornecimento de gás natural e petróleo para conseguirem manter o elevado padrão de gasto energético e, claro, de aumentar a sua influência no Médio Oriente.

Outro Estado que está geograficamente deslocado da região, mas que nem por isso deixa de estar presente e ser uma peça fulcral, é a **Turquia**, (AhvalNews, 2019). Alguns autores afirmam que a Turquia se está a tornar um ator importante na região com a sua própria agenda, ambições, aliados e ideologia, para além da já existente divisão entre pró-Irão e anti-Irão, (Ibish, 2019).

Em 2017, a Turquia esteve presente e ao lado do Catar naquele que foi o boicote liderado pela Arábia Saudita, EAU, Bahrein e Egito; desta forma, o Catar pôde contar com o apoio turco, isto porque a Turquia mantém uma base militar naquele país. Este foi um bloqueio a nível marítimo terrestre e aéreo, porque as forças anti-Irão afirmam que o Catar apoiou grupos terroristas. Contudo, podemos ver este bloqueio também pela perspetiva da sua ligação com o inimigo Irão, pois Doha está claramente dividida, porque o Irão partilha campos de gás natural que fornece ao Catar uma enorme renda *per capita*.

A questão que se coloca é que, se pensarmos em termos de geoestratégia, a Turquia, nas últimas décadas, esteve sempre mais virada para o Ocidente, tentando fazer parte da União Europeia (U.E.). Contudo, a sua entrada acabou sempre por ser negada, com base em medos disfarçados de motivos, isto é, o que poderia acontecer ao Ocidente, à U.E., se entrasse como membro permanente um Estado de cariz islâmico? Então, a Turquia, que continua a ser um membro importante da Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN), decidiu parar de tentar entrar no mundo ocidental e virar-se para o leste, onde pode vir a ser uma grande potência regional e uma figura central na região do Médio Oriente. Para além disso, existe um maior medo por parte da coligação anti-Irão, uma vez que a Turquia é um Estado que representa uma enorme massa populacional, com elevada capacidade económica, tecnológica e militar.

Os países, e em particular as potências regionais, temem que a Turquia volte com uma espécie de novo império otomano, naquilo que se chama de “neo-otomanismo”³⁶, e a Turquia não esconde a ambição de reviver o domínio que deteve outrora.

³⁶ Promove um maior envolvimento e participação política por parte da Turquia dentro das regiões que antigamente estiveram sob alçada do império otomano.

Os países de maioria sunita árabe, em particular a Arábia Saudita, temem que, para além de lutar contra a ambição e expansão iraniana, tenham de lutar contra uma aliança liderada pela Turquia e financiada pelo Catar; isto porque, se esta aliança prosperar, pode mesmo alastrar-se para Estados que são pró-americanos e que, por isso, estão do lado saudita, como a Jordânia ou o Kuwait.

As relações da Turquia com a Arábia Saudita acabam por ser, de forma geral, boas, apesar do acontecimento ocorrido em 2018, a morte do jornalista Kashoggi em solo turco, ter abalado de certo modo as relações.

A Turquia, contudo, tem vindo a aproximar-se do Irão, sobretudo na contenção dos curdos rebeldes (PKK³⁷) presentes na costa oriental da Turquia. Criaram uma iniciativa de cooperação militar com o Irão, algo que os iranianos se recusaram a confirmar (Wilks, 2019). Portanto, a Turquia joga de maneira cautelosa, uma vez que tem contado com o Irão para parar as intenções dos radicais curdos e também porque espera uma decisão sobre o futuro da Síria no Processo de Astana, como foi referido anteriormente.

Por último, mas não menos importante, **Israel**, que recentemente tem vindo a rumar num caminho completamente diferente daquele que há décadas não rumava, nomeadamente nas suas relações com os Estados do golfo, em particular a Arábia Saudita. Sempre houve um travão nas suas relações, especialmente no que toca ao conflito israelo-palestiniano, que foi sempre considerado uma barreira diplomática. Essa barreira passou para segundo plano e permitiu uma normalização das relações de Israel com países do golfo. Prova disso é o apoio a medidas pró-Israel, como a mudança de embaixada para Jerusalém, reconhecendo, assim, a soberania de Israel.

Apesar de curta e estreita, a convergência de interesses de Israel com os Estados do golfo tem o objetivo e interesse de conter o Irão e os seus aliados na região. De forma a manter essa relação bem vincada, surgiram nos últimos anos inúmeras notícias de alianças, alegadas alianças secretas, entre Israel e alguns desses Estados, uma vez que, quando chega a hora de afirmar publicamente essa ligação diplomática, nenhuma das partes, sobretudo os Estados do golfo, a confirmam, sublinhando que Israel tem de fazer progressos em certas áreas políticas, como na questão da Palestina.

Acredita-se também que essa reaproximação tenha acontecido muito por culpa dos EUA e de uma pressão feita no sentido de os Estados do golfo acreditarem, tal como

³⁷ Partido dos trabalhadores do Curdistão, luta contra o estado turco, a fim de conseguir ter um estado do Curdistão autónomo.

Israel, que o acordo em 2015 com o Irão foi um erro e que a política externa de Barack Obama foi menos favorável nesse aspeto que a política externa de Donald Trump, que adotou uma postura de confronto.

As crescentes hostilidades entre Israel e o grupo armado Hezbollah, do Líbano, estão diretamente ligadas ao confronto entre Arábia Saudita e Irão, uma vez que o Hezbollah é alegadamente treinado e financiado pelo Irão; em troca, o grupo participou na guerra civil na Síria do lado iraniano, apoiando o regime de Bashar al-Assad. Para além disso, temos assistido a uma maior presença iraniana no Líbano, e Israel, a fim de conter essa influência, tem agido em sentido contrário. Tem havido bombardeamentos e hostilidades na fronteira desde então, com alguns autores a afirmarem que, para além disso, a resposta firme de Israel está relacionada com a imagem política do primeiro-ministro Netanyahu (Avelar, 2019).

Neste momento, as relações entre Arábia Saudita e Israel estão cada vez mais vincadas. Houve uma aproximação nos últimos anos, sobretudo numa perspetiva anti-Irão, tal como já foi inclusive mencionado publicamente pelo príncipe Mohammed bin Salman, em 2018, *“There are a lot of interests we share with Israel and if there is peace, there would be a lot of interest between Israel and the GCC.”* E ainda o facto de o príncipe reconhecer que a população judaica deve ter direito ao seu próprio estado-nação: *“In 2018, the Saudi authority started to allow Air India to use its airspace for flights between India and Israel. Soon after, MbS explicitly recognised the right of the Jewish People to have their own nation-state”* (Quitaz, 2018).

Em 2020, a política externa dos EUA colocará à prova as ambições e pretensões dos Estados do golfo, uma vez os EUA apresentarão o plano de paz para Israel e Palestina, assim como o presidente Trump chegará ao fim do seu primeiro mandato com a incerteza se continuará ou não.

O reino saudita, por estar disposto a aproximar-se de Israel, com o intuito de, por um lado, ganhar crédito com o governo de Trump e, por outro lado, levar a um maior hiato entre os EUA e o Irão e, quem sabe, levar os EUA a tomar ações mais severas para com o inimigo.

Outra possibilidade para a região será a eleição de um novo presidente americano, um presidente menos mediático e tão genuíno como Donald Trump, que certamente apoiará um acordo de paz entre Israel e Palestina e poderá ter a intenção de suavizar e aliviar a pressão sobre o Irão, acabando por retomar as negociações nucleares com os iranianos (Guzansky & B.Shapiro, 2019).

Seguindo para o segundo Estado considerado uma área de disputa de influência por parte dos dois atores estatais rivais, temos a **Líbia**. Notícias recentes (Haaretz, 2019) referem que a Arábia Saudita estará a financiar Khalifa Haftar, um senhor da guerra, general que comanda as tropas do exército nacional líbio, ajudando-o a tomar a capital Trípoli, defendida pelas forças do Congresso Geral Nacional, o Governo reconhecido pela ONU.

Existe, portanto, esta situação de guerra civil entre dois governos que lutam pela liderança do seu país. Em 2018, a ONU assegurou e apoiou eleições, contudo, estas foram consideradas fracas e pouco significativas, devido ao impasse político que se vive, que origina e potencia violência e incerteza, com ataques frequentes a instalações petrolíferas, mas em que quem acaba sempre por sofrer é a população (mais de 200 mil pessoas estão deslocadas). O próprio autoproclamado Estado Islâmico esteve presente no Estado líbio, realizando vários ataques a civis e membros das forças de segurança.

A ONU tem claramente pressionado e julgado as ações de Haftar, contudo, as suas ações já causaram milhares mortes em ataques contra o Governo apoiado pela organização multinacional. No apoio à ONU está a U.E., que inclusivamente já houve discutido sobre como lidar com o conflito líbio, mandando parar imediatamente as ações tomadas e planeadas pelo Exército Nacional da Líbia (ENL).

A Arábia Saudita apoia Haftar, uma vez que o Governo apoiado pela ONU está ligado à Irmandade Muçulmana³⁸, que assumiu um papel preponderante na Líbia após as primaveras árabes de 2011, algo que vai contra os ideais sauditas.

De outra perspetiva, o Governo apoiado pela ONU vê o ENL como um grupo de milícia ou terrorista, e não tenciona recuar, sendo que esta divergência já resultou em conflitos armados violentos em várias partes do Estado líbio.

Por parte do Governo iraniano, poderá haver algum interesse em tentar ganhar ainda mais influência na região, espalhando, assim, o ideal xiita num Estado em conflito e incapacitado. Tanto que já foram avistados navios perto da Líbia pertencentes ao Governo iraniano (Aboelfadl, 2019). Apesar de mostrar que está presente, como não poderia deixar de ser, se quer ser um líder regional e um modelo a seguir, o Irão ainda não participou nem se intrometeu na Líbia, como fez noutros Estados, talvez pelas boas relações do Egito com a Líbia; uma ação mais incisiva iria espoletar um contra-ataque por parte dos egípcios contra o Irão.

³⁸ Considerada uma organização Islâmica radical que atua em mais de 70 países e é conhecida pela sua visão estrita e inflexível baseada nos ensinamentos do Corão.

Constatamos claramente uma intenção de interferência no Estado líbio por parte de vários atores, como Arábia Saudita, Rússia e Turquia. A Turquia, que está a ganhar cada vez mais poder e influência na região, como vimos anteriormente, tem estado sucessivamente a enviar tropas para a Líbia.

Para além de ganhar influência e poder, a Turquia começa, assim, a posicionar-se de forma a conseguir aquilo que o presidente Erdoğan, tantas vezes aborda: o sonho de regressar aos tempos do Império Otomano, voltando a ser a referência e líder do mundo muçulmano.

Conhecendo a posição do Catar face à Arábia Saudita, a Turquia estabeleceu uma aliança com este país contra os sauditas, o Egipto e os EAU, forças presentes no norte de África, em particular na Líbia.

A questão que se coloca é que o principal parceiro económico da Líbia são os EAU, e uma intervenção na Líbia levaria a uma disputa entre a Turquia e EAU, apoiados pela Arábia Saudita; contudo, também pode abrir precedentes para um conflito com a Rússia, que recentemente tem sido parceira da Turquia, país ao qual vendeu mísseis antiaéreos (Gall, 2020).

Quanto à U.E., embora mais afastada de todas estas questões, nomeadamente face àqueles que temos vindo a abordar ao longo deste capítulo, também merece atenção e tem vindo a pronunciar-se ao longo do tempo sobre a questão do conflito entre Arábia Saudita e Irão.

É claro que a U.E., sendo um grande ator do plano ocidental, ocuparia uma posição ao lado das ideias e ideais dos EUA e, neste caso, como sabemos, os EUA apoiam a Arábia Saudita e diabolizam o seu inimigo, o Irão.

Uma evidência disso é o facto de em 2011 ter havido uma resolução do Parlamento Europeu sobre as relações da U.E. com o GCC, organização que já abordamos anteriormente e da qual não faz parte o Irão. Esta ligação tem por base os desafios da segurança da região do Médio Oriente e do norte de África, sendo que é de claro interesse da E.U. manter a situação controlada e perceber o que acontece em regiões vizinhas, e que a instabilidade nelas poderá rapidamente, tal como muitos outros fenómenos atuais, transitar para território europeu.

Existe, inclusive, reuniões interparlamentares regulares com os conselhos consultivos da região e uma monitorização do desenvolvimento das relações entre as duas partes, assim como um subcomité de direitos humanos afiliado ao Parlamento Europeu que monitoriza as situações no Golfo Pérsico (European Parliament, 2019).

Apesar de estarem do lado norte-americano, como não poderia deixar de ser, os europeus atuam de forma a impedir um confronto entre Irão e os EUA, sobretudo desde que a superpotência saiu do acordo nuclear. Contudo, esse esforço e apelo à diplomacia parece, nos dias de hoje, cada vez mais distante e impossível (Euronews, 2019).

CONCLUSÕES

A Arábia Saudita e a República Islâmica do Irão podem ser referidas como “potências regionais”, significando esta noção o que assumimos no subcapítulo 1.1, ou seja, *“são considerados importantes quanto à região em causa, mas sem significado ou influência no contexto global. Estes poderes possuem uma vasta população e PIB expressivos no contexto da região, e por vezes grande força militar convencional a par de armas nucleares”*. As duas potências regionais estão em “conflito”, significando este conceito que *“o conflito é como uma luta ou disputa entre pessoas, grupos, estados, com necessidades, ideias, crenças, valores, interesses e objetivos opostos, criando assim uma incompatibilidade de posições”*, tal como apresentado no subcapítulo 1.1. “Conceitos Fundamentais”.

O potencial estratégico, que definimos no cap. 1 como *“(...) o conjunto de fatores que possibilitam que um Estado tenha poder para influenciar outros numa determinada situação em apoio da sua Estratégia. O Potencial Estratégico engloba fatores tangíveis e intangíveis tal como disponíveis e latentes, sendo que os fatores latentes poderão estar acessíveis depois do seu desenvolvimento. Desta forma, o Potencial Estratégico revela-se como a capacidade de um Estado ter uma determinada força e o Poder passa a ser a capacidade de aplicar essa força para atingir um objetivo”*, é distinto entre a República Islâmica do Irão e o Reino da Arábia Saudita. Como podemos observar no Capítulo 2, o potencial do Irão assenta sobretudo no fator humano, pois detém um índice populacional elevado, o dobro da Arábia Saudita; o potencial saudita assenta mais na componente económica, embora com um fator humano menor. Ambos têm nos recursos energéticos um fator crucial de potencial estratégico, embora no Irão predomine a incidência no gás natural e na Arábia Saudita no petróleo.

Por outro lado, o potencial estratégico dos dois rivais contempla uma forte dimensão militar, ainda que os número de efetivos (superior o do Irão) e orçamentos de defesa (superior o da Arábia Saudita) sejam bastante diferentes, destacando-se ainda o “chapéu nuclear” virtual dos EUA ao reino saudita e o comprovado interesse do Irão em desenvolver as suas próprias armas nucleares e misseis.

O conflito Arábia Saudita-Irão é ancestral e corporiza velhas rivalidades e hostilidades entre sunitas e xiitas e entre árabes e persas, conforme demonstrado nos subcapítulos *Contexto geo-histórico, Instrumentalização da religião e Disputas de influência no Médio Oriente*”.

Como demonstrado ao longo do Capítulo 3, as manifestações e ramificações do conflito Arábia Saudita-Irão são múltiplas, com incidência no Médio Oriente, mas repercutindo-se muito para lá desta região. Os discursos, pelo conteúdo e pelo tom claramente antagónicos e hostis, são a expressão desse conflito. Dessas manifestações do conflito destacam-se a corrida aos armamentos, a instrumentalização da religião, as guerras por procuração, as disputas de influência na região do Médio Oriente e norte de África e ainda as conexões geopolíticas com outros atores e dinâmicas relevantes.

O conflito Arábia Saudita-Irão é catalisador de conflitualidade e insegurança em todo o Médio Oriente, interligando-se também com outras disputas locais, como o Iémen, Síria, Catar, Líbano, Palestina ou Líbia. Assim como jogos de poder regionais, como os casos do Egito, Turquia ou Israel, e globais, por exemplo, EUA *versus* Rússia.

Pelas profundas e múltiplas ramificações deste conflito, dificilmente o Médio Oriente será uma região de paz e estabilidade enquanto a Arábia Saudita e a República Islâmica do Irão não pacificarem as suas relações.

Pela trajetória recente do conflito e das suas manifestações, que analisámos ao longo do trabalho, a Arábia Saudita e o Irão parecem mais perto de uma “guerra quente” direta entre ambos do que dessa pacificação.

BIBLIOGRAFIA

- Abdo, G. (15 de Abril de 2019). *Ira's Place in the Saudi Arabian-Iranian Rivalry*. Obtido de The National Interest: <https://nationalinterest.org/blog/middle-east-watch/iraqs-place-saudi-arabian-iranian-rivalry-52702> .
- Aboelfadl, M. (12 de Maio de 2019). *Iran's machiavellian calculations may not work in libya*. Obtido em 10 de Julho de 2019, de The Arab Weekly: <https://the arabweekly.com/irans-machiavellian-calculations-may-not-work-libya> .
- Ahmadian, H. (20 de Março de 2018). Iran and Saudi Arabia in the Age of Trump. pp. 133-150. doi:<https://doi.org/10.1080/00396338.2018.1448579> .
- AhvalNews. (14 de Agosto de 2019). *Turkey's middle east policy is imperialist - analysis*. Obtido em 15 de Setembro de 2019, de <https://ahvalnews.com/imperialism/turkeys-middle-east-policy-imperialist-analysis> .
- AICEP. (2017). Mercados. Informação global. Arabia Saudita ficha de mercado. pp. 6-6. Obtido em 12 de Fevereiro de 2019 .
- al-Awwal, R. (2018). Rouhani to Saudi Arabia: 'We'll protect you for free!'. *Crescente International*. Obtido em 12 de Fevereiro de 2019, de <https://crescent.icit-digital.org/articles/rouhani-to-saudi-arabia-we-ll-protect-you-for-free> .
- Aldroubi, M. (23 de Abril de 2019). *Saudi Arabia an Bahrain welcome US decision to end Iranian waivers*. Obtido em 15 de Setembro de 2019, de N World: <https://www.thenational.ae/world/mena/saudi-arabia-and-bahrain-welcome-us-decision-to-end-iranian-waivers-1.852770> .
- Alghussein, B., & Stacey, J. A. (12 de Julho de 2017). *How Saudi Arabia botched its campaign against Qatar*. Obtido em 12 de Fevereiro de 2019, de Foreign Affairs: <https://www.foreignaffairs.com/articles/middle-east/2017-07-12/how-saudi-arabia-botched-its-campaign-against-qatar> .
- Aljazeera. (2017). Rouhani: Ready to restore ties with Saudi Arabia. *Aljazeera*. Obtido em 12 de Fevereiro de 2019, de <https://www.aljazeera.com/news/2017/12/rouhani-ready-restore-ties-saudi-arabia-171210084010955.html> .
- _____. (2019). *Saudi oil attacks: All the latest updates*. Obtido em 15 de Setembro de 2019, de <https://www.aljazeera.com/news/2019/09/saudi-oil-attacks-latest-updates-190916102800973.html> .
- al-Shihabi, A. (Dezembro de 2017). *Saudi Arabia's new foreign policy doctrine*. Obtido em 12 de Fevereiro de 2019, de <http://english.alarabiya.net/en/views/news/middle-east/2017/12/15/Saudi-Arabia-s-new-foreign-policy-doctrine.html> .
- Al-Turaiqi, A. (2008). The Political System of Saudi Arabia. Obtido em 12 de Fevereiro de 2019, de https://d1.islamhouse.com/data/en/ih_books/single/en_Political_System_in_Saudi_Arabia.pdf .
- Amer, A. A. (2019). *Palestinians divided over conflicts between Saudi Arabia and Iran*. Obtido em 15 de Setembro de 2019, de Memo, Middle East Monitor:

<https://www.middleeastmonitor.com/20190703-palestinians-divided-over-conflicts-between-saudi-arabia-and-iran/> .

Arab News. (2016). *Kingdom aims to be global model of excellence*. Obtido em 12 de Fevereiro de 2019, de <https://www.arabnews.com/node/988451/saudi-arabia> .

_____. (5 de Fevereiro de 2020). Khamenei: Iran will support Palestinian armed groups as much as it can. Obtido em <https://www.arabnews.com/node/1623336/middle-east> de Fevereiro de 2020 .

Avelar, D. (2019). Hostilidades entre Israel e Hezbollah geram temor de novos conflitos no Líbano. *Gauchazh Mundo*. Obtido em 15 de Setembro de 2019, de <https://gauchazh.clicrbs.com.br/mundo/noticia/2019/09/hostilidades-entre-israel-e-hezbollah-geram-temor-de-novos-conflitos-no-libano-ck0217cd601zb01qtfj475dk6.html> .

Batrawy, A. (25 de Setembro de 2019). Isolated and restricted, Iran uses UN gathering for outreach. *AP News*. Obtido em 23 de Outubro de 2019, de <https://apnews.com/6163c9f5eb7d4c87a726695ca7a53fec> .

Behraves, M. (20 de Setembro de 2019). *The sectarian dimension*. Obtido em 2 de Outubro de 2019, de D+C Development and Cooperation: <https://www.dandc.eu/en/article/both-iran-and-saudi-arabia-are-instrumentalising-religious-doctrines-political-purposes> .

Benjamin, D. (18 de Outubro de 2018). *Foreign Affairs*. Obtido em 12 de Fevereiro de 2019, de <https://www.foreignaffairs.com/articles/saudi-arabia/2018-10-18/recklessness-of-mohammed-bin-salmans-saudi-arabia> .

Bensad, A. (2019). Russia is selling more weapons to Saudi Arabia and the UAE. *TRTWorld*. Obtido em 9 de Março de 2019, de <https://www.trtworld.com/middle-east/russia-is-selling-more-weapons-to-saudi-arabia-and-the-uae-24431> .

Bokhari, K. (2017). *Profiling Lebanon: The Western Front of a Proxy War*. Obtido em 12 de Fevereiro de 2019, de Geopolitical Futures: <https://geopoliticalfutures.com/profiling-lebanon-western-front-proxy-war/> .

Bova, C. (2019). External variables and the role of minor powers: the case of Portugal. *Sapienza - University of Rome. Facoltà di Scienze Politiche. Corso di Laurea Magistrale in Relazioni Internazionali*. Obtido em 19 de Dezembro de 2019 .

BP Statistical review of world energy. (2019). Obtido em 11 de Fevereiro de 2019 .

Bruno, G. (19 de Junho de 2008). *Religion and politics in Iran*. Obtido em 12 de Fevereiro de 2019, de Council on foreign relations: <https://www.cfr.org/backgrounders/religion-and-politics-iran> .

Carvalho, P. (2016). Lawrence da Arábia e a representação do nacionalismo árabe. 8(3). Obtido em 12 de Fevereiro de 2019, de https://www.researchgate.net/publication/313197952_Lawrence_da_Arabia_e_a_representacao_do_nacionalismo_arabe .

CBIE. (2019). A segunda revolução do xisto nos Estados Unidos. *Centro Brasileiro de Infraestrutura*. Obtido em 2 de Abril de 2019, de <https://cbie.com.br/artigos/a-segunda-revolucao-do-xisto-nos-estados-unidos/> .

- CIA. (Dezembro de 2019). *The World FactBook*. Obtido em 1 de Dezembro de 2019, de Central Intelligence Agency: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ir.html> .
- _____. (dezembro de 2019). *The World FactBook Middle East: Saudi Arabia*. Obtido em 1 de Dezembro de 2019, de Central Intelligence Agency: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/sa.html> .
- _____. (20 de Janeiro de 2018). *The World FactBook. Saudi Arabia Demographics profile 2018*. Obtido em 12 de Fevereiro de 2019, de IndexMundi: https://www.indexmundi.com/saudi_arabia/demographics_profile.html .
- Congressional Research Service. (Outubro de 2019). Iran's Foreign and Defense Policies. Obtido em 8 de Novembro de 2019 .
- Dalay, G. (22 de Agosto de 2019). *Why the middle east is betting on china*. Obtido em 8 de Novembro de 2019, de Project Syndicate. The world's opinion page: <https://www.project-syndicate.org/commentary/china-middle-east-closer-economic-ties-by-galap-dalay-2019-08> .
- Dupont, K. (7 de Agosto de 2019). Religion or Politics?: An Analysis of Sectarian Relations Between Iran and Saudi Arabia. Obtido em 8 de Novembro de 2019, de <http://www.cornellpolicyreview.com/religion-politics-iran-saudi-arabia/>
- Environment Guide. (2018). Areas. Obtido em 3 de Setembro de 2019, de <http://www.environmentguide.org.nz/issues/marine/marine-management/areas/> .
- Euronews. (2019). *Europeans back US in blaming Iran for Saudi oil attack*. Obtido em 30 de Setembro de 2019, de Euronews: <https://www.euronews.com/2019/09/24/europeans-back-us-in-blaming-iran-for-saudi-oil-attack> .
- European Parliament. (2019). *Gulf Countries, Iran, Iraq and Yemen*. Obtido em 22 de Outubro de 2019, de Fact Sheets on the European Union: <http://www.europarl.europa.eu/factsheets/en/sheet/179/gulf-countries-iran-iraq-and-yemen> .
- Fassihi, F., & Hubbard, B. (4 de Outubro de 2019). Saudi Arabia and Iran Make Quiet Openings to Head Off War. *New York Times*. Obtido em 15 de Novembro de 2019, de <https://www.nytimes.com/2019/10/04/world/middleeast/saudi-arabia-iran-talks.html> .
- Feiteira, A., Reis, A. Z., Telo, A. J., Dias, C. M., Garcia, F. P., Silva, J. F., . . . Santos, J. L. (Janeiro de 2016). Ameaças e riscos transnacionais no novo mundo global. Obtido em 15 de fevereiro de 2019, de https://www.fd.unl.pt/docentes_docs/ma/FPG_MA_27511.pdf .
- Feltman, Gross, Indyk, Kirisci, Maloney, Riedel, . . . Jones. (Janeiro de 2019). *The new geopolitics of middle east: America's role in changing region*. Obtido em 12 de Fevereiro de 2019, de Brookings: <https://www.brookings.edu/research/the-new-geopolitics-of-the-middle-east-americas-role-in-a-changing-region/> .
- Feltman, J. (26 de Novembro de 2018). *The only way to end war in yemen. Saudi Arabia must move first*. Obtido de Foreign Affairs: <https://www.foreignaffairs.com/articles/yemen/2018-11-26/only-way-end-war-yemen> .
- Ferreira, A. (2018). Fortuna da família real saudita é 16 vezes superior à britânica. Será maior que o PIB português? *Expresso*. Obtido em 12 de Fevereiro de 2019, de

<https://expresso.pt/economia/2018-08-19-Fortuna-da-familia-real-saudita-e-16-vezes-superior-a-britanica.-Sera-maior-que-o-PIB-portugues-> .

- Figueiredo, I. (2012). Repensar o conceito de potência. Contributo do Brasil para uma definição. *Dissertação de mestrado em ciência política e Relações internacionais*, p. 189. Obtido em 24 de Janeiro de 2019, de <https://run.unl.pt/handle/10362/8212> .
- Fonseca, L. D. (2018). Acordo Nuclear entre Irão e grupo 5+1. Obtido em 24 de Janeiro de 2019, de <https://revistas.ufpr.br> .
- Gall, C. (2020). *Turkey, Flexing Its Muscles, Will Send Troops to Libya*. Obtido em 3 de Janeiro de 2020, de The New York Times: <https://www.nytimes.com/2020/01/02/world/europe/erdogan-turkey-libya.html> .
- Giddens, A., & Sutton, P. W. (2014). *Essential concepts in Sociology*. Cambridge, Reino Unido: Polity Press .
- Global Fire Power. (2019). *Iran military strength*. Obtido em 15 de Março de 2019, de https://www.globalfirepower.com/country-military-strength-detail.asp?country_id=iran
- Global Fire Power. (2019). *Saudi Arabia military strenght*. Obtido em 15 de Março de 2019, de https://www.globalfirepower.com/country-military-strength-detail.asp?country_id=saudi-arabia#manpower .
- Global Security. (s.d.). *Saudi Arabia - Foreign Policy*. Obtido em 6 de Setembro de 2019, de <https://www.globalsecurity.org/military/world/gulf/sa-forrel.htm>
- Grumet, T. R. (1 de Janeiro de 2015). New Middle Eaast Cold War: Saudi Arabia and Iran's Rivalry. *Electronic Theses and Dissertations, Graduate Studies, University of Denver*, p. 160. Obtido em 12 de Fevereiro de 2019, de <https://digitalcommons.du.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=2027&context=etd> .
- Guzansky, Y., & B.Shapiro, D. (5 de Agosto de 2019). *Friends with Caveats*. Obtido em 3 de Setembro de 2019, de Foreign Affairs: <https://www.foreignaffairs.com/articles/israel/2019-08-05/friends-caveats> .
- Haaretz. (15 de abril de 2019). *Saudi Arabia fund another regional conflict: libya*. Obtido em 3 de Setembro de 2019, de Haaretz: <https://www.haaretz.com/middle-east-news/saudi-arabia-funds-another-middle-east-conflict-libya-1.7129427> .
- Hussain, A. (s.d.). Population Density. Obtido em 23 de Março de 2019, de https://www.researchgate.net/figure/Population-Density-in-various-regions-of-Saudi-Arabia_fig2_267763462 .
- Ibish, H. (14 de Março de 2019). *Turkey is changing the middle east. The US doesn't get it*. Obtido em 2 de Abril de 2019, de Bloomberg Opinion: <https://www.bloomberg.com/opinion/articles/2019-03-14/turkey-is-changing-the-middle-east-the-u-s-doesn-t-get-it> .
- Independent. (2017). Iran threatens to leave 'only Mecca and Medina' untouched if Saudi Arabia does something 'ignorant'. *Independent*. Obtido em 12 de Fevereiro de 2019, de <https://www.independent.co.uk/news/world/middle-east/iran-saudi-arabia-threatens-mecca-medina-prince-battle-warning-a7724026.html> .
- Jordaan, E. (Janeiro de 2003). The concept of a middle power in international relations: Distinguishing between emerging and traditional middle powers. *Politikon: South*

- African Journal of Political Studies*, 30, 165-181. Obtido em 12 de Fevereiro de 2019, de <https://doi.org/10.1080/0258934032000147282> .
- Jornal da USP. (14 de Maio de 2019). *O acordo nuclear iraniano e a sua interminável guerra de retórica*. Obtido em 6 de Junho de 2019, de <https://jornal.usp.br/atuais/o-acordo-nuclear-iraniano-e-sua-interminavel-guerra-de-retorica/> .
- K12 Academics. (2019). Obtido em 18 de Outubro de 2019, de <https://www.k12academics.com/Education%20Worldwide/education-iran> .
- Kalin, S. (2018). Saudi king urges action against Iran, backs Yemen peace. *Reuters*. Obtido em 12 de Fevereiro de 2019 .
- Kazanský, R. (13 de Janeiro de 2015). The theory of Conflicts. *House of the Matej Bel University in Banská Bystrica Belianum*. Obtido de <https://www.docsity.com/ru/rastislav-kazansky-the-theory-of-conflicts/4428221/> .
- Kerr, S. (2017). *Saudi Arabia cites terror concerns in cutting ties with Qatar*. Obtido em 12 de Fevereiro de 2019, de Financial Times: <https://www.ft.com/content/79017cc6-9b91-3191-88b9-5b2726bd545f> .
- Khalaji. (2019). Iran's Push for 'Regime Change' in Saudi Arabia and Washington. *The Washington Institute* .
- Khalajji, M. (20 de Setembro de 2019). *Iran's Push for 'Regime Change' in Saudi Arabia and Washington*. Obtido em 22 de Outubro de 2019, de The Washington Institute: <https://www.washingtoninstitute.org/policy-analysis/view/irans-push-for-regime-change-in-saudi-arabia-and-washington> .
- KREJCI, a. (2007).
- Kurun, Í. (2017). Iranian political System: "Mullocracy?". Obtido em 12 de Fevereiro de 2019, de <https://dergipark.org.tr/tr/download/article-file/267727> .
- Larcerda, G. b. (Janeiro de 2006). Algumas teorias das relações internacionais. *Revista Intersaberes*, 1, pp. 56 - 77. Obtido em 12 de Fevereiro de 2019 .
- Lebanon Under Fire* (2017). [Filme]. Obtido de <https://www.youtube.com/watch?v=JYejQXT4NaU> .
- Lyall, N. (4 de Março de 2019). *Can China remake its image in the middle east?* Obtido em 2 de Abril de 2019, de The Diplomat: <https://thediplomat.com/2019/03/can-china-remake-its-image-in-the-middle-east/> .
- Marine Regions. (s.d.). Iran. MRGID 8469. Obtido em 3 de Setembro de 2019, de <http://www.marineregions.org/eezdetails.php?mrgid=8469> .
- Marine Regions. (s.d.). Saudi Arabia. MRGID 8356. Obtido em 3 de Setembro de 2019, de <http://www.marineregions.org/eezdetails.php?mrgid=8356> .
- Martins, A. (2020). *Tensão no Médio Oriente. Como é que Irão e Estados Unidos chegaram até aqui?* Obtido em 12 de Janeiro de 2020, de RTP Notícias : https://www.rtp.pt/noticias/mundo/tensao-no-medio-oriente-como-e-que-irao-e-estados-unidos-chegaram-ate-aqui_es1196218 .
- Mearsheimer, J. (2001). *The tragedy of great power politics*. New York: Norton and Company.

- Miller, & Brodsky. (13 de Janeiro de 2016). *Saudi Arabia and Iran's forever fight. Four reasons conflict will last*. Obtido de Foreign Affairs: <https://www.foreignaffairs.com/lists/2016-01-13/saudi-arabia-and-irans-forever-fight> .
- Mills, R. M. (8 de Outubro de 2019). *Iranian gas gets going*. Obtido em 22 de Outubro de 2019, de Petroleum Economist: <https://www.petroleum-economist.com/articles/politics-economics/middle-east/2019/iranian-gas-gets-going> .
- Ministry of Foreign Affairs. (19 de 11 de 2019). President in a meeting with the Pakistani Army Chief: Iran welcomes neighbours' efforts to resolve regional issues/ US' military presence doubled Afghanistan's problems. Obtido em 5 de Dezembro de 2019, de <https://en.mfa.ir/portal/newsview/568391> .
- Ministry of Foreign Affairs. (15 de Outubro de 2019). President in a press conference: Iran seeks peace in region, not insecurity; We're ready for negotiation. Obtido em 5 de Dezembro de 2019, de <https://en.mfa.ir/portal/newsview/546099> .
- Mousavian, & Sager. (15 de Maio de 2019). *É hora de os líderes da Arábia Saudita e Irão se sentarem apra conversar*. Obtido de O Globo: <https://oglobo.globo.com/mundo/artigo-hora-de-os-lideres-de-arabia-saudita-ira-se-sentarem-para-conversar-23665561> .
- Oliveira, F. (30 de Outubro de 2017). Tese de Mestrado em Direito Administrativo, sob orientação do Mestre Rui de Oliveira. p. 11. Obtido em 12 de Fevereiro de 2019, de <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/24133/1/Tese%20Mestrado%20ADM%20Filipe%20Marques%20de%20Oliveira.pdf> .
- Organization of the Petroleum Exporting Countries. (2018). *OPEC Share of worlds crude oil reserves*. Obtido em 12 de Fevereiro de 2019, de https://www.opec.org/opec_web/en/data_graphs/330.htm .
- Ottaway, D. (2019). *New era of realtions between Egypt and Saudi Arabia?* Obtido em 2019, de <https://www.wilsoncenter.org/new-era-relations-between-egypt-and-saudi-arabia> .
- Página oficial do Presidente do Irão. (Outubro de 2019). President Hassan Rouhani attended a press conference Monday evening, with domestic and international media, discussing the most important issues and the Islamic Republic of Iran's stances regarding regional and international issues. Obtido em 4 de Janeiro de 2020, de <http://www.president.ir/en/111788> .
- Pina, R. C. (2018). *Os herdeiros do profeta. Etnias Religiões, interesses e conflitos* (1ª edição ed.). Lisboa, Portugal: Edições Parsifal .
- Pinto, A. (2011). Política externa e as relações internacionais. *Coimbra. Imprensa da Universidade de Coimbra*, pp. 77-98. doi:<http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0086-4> .
- Pinto, D., & Bravo, J. d. (2016). O realismo nas relações internacionais: uma revisao de literatura. *Revista de estudos innternacionais (REI)*. Obtido em 15 de Janeiro de 2019, de <http://www.revistadeestudosinternacionais.com/uepb/index.php/rei/article/view/303> .
- Prasanpot, O. (2016). MIDDLE EAST DOMINANCE SCENARIO. p. 86. Obtido em 15 de Janeiro de 2019 .6 .
- Priberam. (2019). Obtido em 12 de Fevereiro de 2019, de Dicionário Priberam: <https://dicionario.priberam.org/conflito> .
- Quitaz, S. (2018). Saudi-Israeli relations: The emergence of a new alliance. *The New Arab*. Obtido em 15 de Janeiro de 2019 .

- Rafizadeh, M. (2018). Iran's worsening treatment of religious minorities. *Arab News*. Obtido em 15 de Janeiro de 2019, de <https://www.arabnews.com/node/1239901>
- Reimann, J. (2016). Saudi ARabia Vs Iran: Predominance in the Middle East. Obtido em 4 de Fevereiro de 2019, de <https://www.foreignpolicyjournal.com/2016/02/05/saudi-arabia-vs-iran-predominance-in-the-middle-east/> .
- Richter, F. (2019). Venezuela sits atop the world's largest oil reserves. Obtido em 16 de Junho de 2019, de <https://www.statista.com/chart/16830/countries-with-the-largest-proven-crude-oil-reserves/> .
- Roberto, W. M. (Setembro de 2015). O acordo nuclear do Irã: uma análise das possíveis razões e impactos. Obtido em 15 de Janeiro de 2019 .
- Ruggie, J. G. (1998). What makes the world hang together? Neo-utilitarianism and the social constructivist challenge. *International Organization at Fifty: Exploration and Contestation in the study of world politics*, 52(4), pp. 855-887. Obtido de <http://ir.rochelleterman.com/sites/default/files/ruggie%201998.pdf> .
- Saied, M. (4 de Março de 2019). *Egyptian-Iranian relations: Where are they now?* Obtido em 2 de Abril de 2019, de Al-Monitor. The Pulse of Middle East: <https://www.al-monitor.com/pulse/originals/2019/02/iran-egypt-diplomatic-relation-regional-affairs.html> .
- Sanchez, R. (Setembro de 2019). Obtido em 22 de Outubro de 2019, de The Telegraph: <https://www.telegraph.co.uk/news/2019/09/16/analysis-saudi-arabia-wary-war-iran/> .
- Saudi Embassy. (5 de Março de 2015). Minister of Foreign Affairs Prince Saud Al-Faisal at joint Press Conference with US secretary of State John Kerry. *Prince Saud Al-Faisal: in the name of allah, the most gracious, the most merciful*. Obtido de <https://www.saudiembassy.net/statements> .
- Sayed, A. (2017). Security or geopolitics: iranian-saudi security policies in the middle east 2017 central european university school of public policy. *Central European University School of Public Policy*. Obtido em 15 de Janeiro de 2019, de www.etd.ceu.edu .
- SIPRI. (2018). Military Expenditure Database. Obtido em 22 de Junho de 2019, de <https://www.sipri.org/databases/milex> .
- _____. (2019). Military Spending and armas imports by Iran, Saudi ARabia, Qatar and the UAE. Obtido em 17 de Junho de 2019, de <https://www.sipri.org/publications/2019/sipri-fact-sheets/military-spending-and-arms-imports-iran-saudi-arabia-qatar-and-uae> .
- Soromenho-Marques, V. (2016, p. 22). *Os filhos de Maomé. A oposição entre sunitas e xiitas no médio-orient* (1ª Edição ed.). Lisboa, Portugal: Esfera do Caos Editora .
- Tading Economics. (2019). Saudi Arabia Imports. Obtido em 15 de Dezembro de 2019, de <https://tradingeconomics.com/saudi-arabia/imports> .
- The Observatory of Economic Complexity. (2019). *Iran*. Obtido em 22 de Setembro de 2019, de <https://oec.world/en/profile/country/irn/> .
- _____. (2019). *Saudi Arabia*. Obtido em 22 de Setembro de 2019, de <https://oec.world/en/profile/country/sau/> .

- The World University Rankings. (2019). *Best universities in the Arab World*. Obtido em 2 de Dezembro de 2019, de <https://www.timeshighereducation.com/student/best-universities/best-universities-arab-world> .
- TheIranObserver. (Novembro de 2017). *Saudi-Iran war would creat domino effect of global disaster*. Obtido de The Iran Observer. Stay in the Know: <https://www.iranobserver.org/saudi-iran-war-would-create-domino-effect-of-global-disaster/> .
- Tomé, L. J. (Abril de 2010). A geopolítica e o Complexo de Segurança na Ásia Oriental: Questões teóricas e conceptuais. Obtido em Fevereiro de 2018, de <http://repositorio.ual.pt/handle/11144/1767> .
- Too, K. K. (13 de Junho de 2018). *Saudi arabia's Ethnic Groups and Nationalities*. Obtido em 12 de Fevereiro de 2019, de WorldAtlas: <https://www.worldatlas.com/articles/saudi-arabia-s-ethnic-groups-and-nationalities.html> .
- Trading Economics. (2019). Iran Crude Exports. Obtido em 15 de Dezembro de 2019, de <https://tradingeconomics.com/iran/exports> .
- _____. (2019). Iran Crude Oil Production. Obtido em 15 de Dezembro de 2019, de <https://tradingeconomics.com/iran/crude-oil-production> .
- _____. (2019). Saudi Arabia Crude Oil Production. Obtido em 12 de Dezembro de 2019, de <https://tradingeconomics.com/saudi-arabia/crude-oil-production> .
- _____. (2019). Saudi Arabia Exports. Obtido em 15 de Dezembro de 2019, de <https://tradingeconomics.com/saudi-arabia/exports> .
- Trajkovski, I. (s.d.). Mapa do Médio Oriente. Obtido em 2019 de Março de 12, de https://es.123rf.com/photo_40027199_medio-este-mapa-.html .
- U.S. Energy Information Administration. (2018). Obtido em 15 de Janeiro de 2019, de <https://www.eia.gov/tools/faqs/faq.php?id=709&t=6> .
- UNICEF. (s.d.). *Education. Working to ensure that all the children in the region have equitable opportunities to quality and relevant education*. Obtido em 22 de Setembro de 2019, de <https://www.unicef.org/mena/education> .
- United Nations Development Programme. (2019). *Human Development Data (1990-2018)*. Obtido em 15 de Dezembro de 2019, de UN Human Development Reports: <http://hdr.undp.org/en/data#> .
- _____. (2019). *Human Development Data (1990-2018)*. Obtido em 15 de Dezembro de 2019, de Human Development Reports: <http://hdr.undp.org/en/data#> .
- UOL. (2019). Processo de Astana tenta impulsionar comitê constitucional para Síria. UOL. Obtido em 29 de Abril de 2019, de <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2019/04/25/processo-de-astana-tenta-impulsionar-comite-constitucional-para-siria.htm?cmpid=copiaecola> .
- Vakil, S. (9 de Setembro de 2019). *The art of a new Iran deal*. Obtido em 2 de Outubro de 2019, de Foreign Affairs: https://www.foreignaffairs.com/articles/iran/2019-05-09/art-new-iran-deal?utm_medium=newsletters&utm_source=twofa&utm_content=20190510&utm_campaign=TWOFA%20051019%20The%20Art%20of%20a%20New%20Iran%20Deal&utm_term=FA%20This%20Week%20-%20112017 .

- Verhegge, E. (2017). *O acordo de Sykes-Picot*. Obtido em 12 de Março de 2019, de <http://blog.redelijkeigenzinnig.be/2017/05/15/wat-weet-u-van-het-verdrag-sykes-picot-ellen-verhegge-studente-media-cultuur/> .
- Vision of Humanity. (2018). Obtido em 19 de Novembro de 2019, de <http://visionofhumanity.org/global-terrorism-index/chart-of-the-week-regional-terrorism-trends/> .
- Visual Analytics. (2019). Top 15 countries by natural gas reserves (1960-2019). Obtido em 3 de Março de 2019, de https://www.youtube.com/watch?v=797nzg_jqq8 .
- Walsh, N. P. (8 de Junho de 2019). *CNN* . Obtido de Saudi Arabia and the arms race that you've not heard enough about: <https://edition.cnn.com/2019/06/08/middleeast/saudi-arabia-middle-east-arms-race-intl/index.html> .
- Weitz, R. (2019). Saudi Arabia Should Be Careful About Buying Russian Weapons. *The National Interest*. Obtido em 17 de Novembro de 2019, de <https://nationalinterest.org/blog/buzz/saudi-arabia-should-be-careful-about-buying-russian-weapons-87946> .
- Wilks, A. (2019). Turkey announces joint raids with Iran against Kurdish rebels. *Aljazeera*. Obtido em 2 de Abril de 2019, de <https://www.aljazeera.com/news/middleeast/2019/03/turkey-announces-joint-raids-iran-kurdish-rebels-190318164310582.html> .
- World Data Education. (Outubro de 2006). Obtido em 15 de Janeiro de 2019, de http://www.ibe.unesco.org/fileadmin/user_upload/archive/Countries/WDE/2006/ASIA_and_the_PACIFIC/Islamic_Republic_of_Iran/Islamic_Republic_of_Iran.htm .
- World Population Review. (28 de Agosto de 2019). *Saudi Arabia Population in 2019*. Obtido em 22 de Setembro de 2019, de <http://worldpopulationreview.com/countries/saudi-arabia-population/> .
- Yaqing, Q. (Março de 2018). *Understanding Internacional Conflict*. Obtido em 15 de Janeiro de 2019, de ConfluxCenter .